

ANA PAULA VOSNE MARTINS

"UM LAR EM TERRA ESTRANHA": A AVENTURA DA INDIVIDUALIZAÇÃO
FEMININA. A CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA DE
CURITIBA NAS DÉCADAS DE 50 E 60.

Dissertação apresentada para a
obtenção do título de mestre
em História do Brasil, no curso
de pós-graduação em História,
da Universidade Federal
do Paraná.

CURITIBA

1992

AGRADECIMENTOS

O resultado de alguns anos de trabalho embora seja, aparentemente, fruto de um esforço individual, nunca o é na essência. Em muitos momentos, na prática solitária da pesquisa, nas noites mal-dormidas, nas centenas de páginas que foram rabiscadas e lançadas fora, sem dúvida ninguém, além do próprio pesquisador, é o responsável pelo encaminhamento do trabalho, pela prática e pela reflexão. Mas, essa é apenas uma das facetas deste percurso. Sem o apoio, o incentivo, o afeto e o carinho, a crítica, a mão e a palavra de todas as pessoas que acompanharam meu trajeto, nada seria viável.

Agradecer - uma prática que já se tornou ritualizada nesse momento de passagem que é a formação acadêmica nos cursos de pós-graduação - é uma maneira simples mas verdadeira de dizer a essas pessoas que há um pouco delas neste trabalho:

Ao meu orientador prof. Carlos Roberto A. dos Santos, pelo apoio e amizade que desde o início, mesmo nos momentos de indecisão por minha parte, sempre me dispensou, compreendendo e incentivando, sem, contudo, deixar de manter uma postura profissional quando era necessário;

A professora Maria Cecília Solheid da Costa, co-orientadora dessa pesquisa, sempre amiga e leitora crítica, nunca se furtou a me apoiar e incentivar através de sua atitude profissional e do carinho com que sempre me recebeu;

Aos professores do Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da UFPR, pelo trabalho honesto que desenvolveram durante o curso de mestrado;

Ao professor e amigo Edgar S. De Decca, em parte grande responsável pela mudança de caminhos;

As professoras Jungla Pimentel Daniel e Marília Carvalho, por terem me "iniciado" na Antropologia Social, quando ainda era uma estudante do curso de História;

A Universidade Estadual de Maringá, meu local de trabalho, onde iniciei minha profissão, por insistir, apesar de todas as adversidades, numa política de formação e capacitação docente;

A CAPES e ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa;

Aos meus amigos e companheiros do Departamento de História da UEM, que tiveram que assumir meus encargos enquanto estive afastada para encerrar a dissertação;

A Casa da Estudante Universitária de Curitiba e às suas dirigentes, por permitirem o acesso ao arquivo e à documentação da Casa;

Aos meus ex-alunos, pela "torcida" e pela amizade;

Ao amigo Maurício, pela dedicação, paciência e competência com que "decifrou" minhas anotações e processou em computador a pesquisa;

Aos amigos e amigas de ontem e de hoje: Olinda, Roseli, Ildeu, Suzana, Humberto, Julio, Marisa, Rosana, Vera, Silvia, Evandir, Chico, Ana Cristina, Paulinho, João Laércio, Zé Henrique, Fátima, Dennison, Cristina, por terem me acompanhado em diferentes momentos;

A minha família, pelo apoio;

A Lúcia, mulher corajosa, por tudo que vem fazendo por nós;

E, à pessoa que tem nesses últimos dois anos de minha vida, se dedicado a mim com todo amor e carinho, que enfrentou meus "ataques de nervos", minhas lágrimas, que soube sempre ser gentil, presente e afetuoso; meu marido Marcelo.

SUMARIO

Introdução	I a XXVI
Capítulo 1	
Territórios em Movimento	2
Capítulo 2	
Mulheres nos Tempos Modernos	26
Capítulo 3	
Uma Casa para Moças	50
Capítulo 4	
Memórias	83
Conclusão	
Entre o Público e o Privado, "mulheres desdobráveis" .	127
Referências Bibliográficas	135
Anexo	142

ABREVIATURAS USADAS

CEUC - Casa da Estudante Universitária de Curitiba. Também é referida como Casa.

CEU - Casa do Estudante Universitário.

UPE - União Paranaense dos Estudantes.

CAs - Centros Acadêmicos.

LSC - Liga das Senhoras Católicas.

DCE - Diretório Central dos Estudantes.

Introdução

"BAUS DO TEMPO

*Guardem-se nos baús do tempo:
As ilusões todas,
dentro de envelopes fechados
lacrados.
Os amores vãos,
Dentro de caixas pequenas
com tampas de camafeus.
As esperanças indevidas,
dentro de almofadas de cheiro
alfazema e jasmim.
Os medos do mundo,
dentro de potes de cristal
nacarado.
O resto pode ficar aí mesmo
Espalhado sobre espelhos."*

(Margaret P. LAMY, 1987)

Este é um estudo sobre uma Casa e suas moradoras, a Casa da Estudante Universitária de Curitiba, "um lar em terra estranha" organizado para abrigar jovens mulheres que estavam entrando na universidade em busca de uma formação profissional. Nosso objetivo ao realizar esta pesquisa sobre a CEUC através de seus significados e do cotidiano de suas moradoras foi, por um lado, entender como uma categoria específica de mulheres - estudantes universitárias - começou a viver e a lidar com a experiência da individualização e, por outro lado, desvelar a construção da identidade feminina à luz de algumas representações sobre o feminino no Brasil entre a década de 50 e o início dos anos 60.

A sociedade brasileira começava a viver nesse momento sob o signo do moderno, ou melhor dizendo, sob uma ideologia de modernização e desenvolvimento. Uma grande produção discursiva - intelectual e política - tentava "explicar" o Brasil através de uma dicotomia entre o passado e o presente; um passado "arcaico" ou "feudal" e um presente "moderno", "industrial" e "cosmopolita". O moderno e o tradicional marcavam um encontro na formulação ideológica sobre a sociedade brasileira; procurava-se mudar o Brasil rompendo com o passado "arcaico", liberando energias humanas, transformando e criando novos territórios.

Estas interpretações sobre a sociedade brasileira constituíram o fundamento do nacional-desenvolvimentismo e

foram elaboradas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, reunindo intelectuais dos mais diversos matizes ideológicos, mas que se mobilizaram em torno de uma produção intelectual que estava sintonizada com as idéias de progresso e desenvolvimento:

"Inspirado nas idéias e soluções propostas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) enquanto saídas para o subdesenvolvimento, os isebianos consolidaram uma visão dualista das grandes questões nacionais, cujo cerne residia na luta entre o setor arcaico (identificado com o campo) e o setor moderno (urbano-industrial), de cuja tensão resultava o atraso do Brasil. O remédio definido como capaz de superar tal impasse consistia na técnica, agente modernizador e neutralizador da miséria e das desigualdades. Em seu nome, legitimava-se a própria presença do capital estrangeiro enquanto alavanca do desenvolvimento, o que deslocava a reflexão sobre as desigualdades sociais para a esfera de uma disputa entre nações - detentoras de maior ou menor tecnologia."

(MENDONÇA, 1990:268)

Interpretações dualistas sobre a realidade social brasileira foram, posteriormente, objeto de análise e crítica por parte de alguns autores que procuravam entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como OLIVEIRA (1977), MELLO (1982) e CARDOSO & FALLETO (1970).

Tendo em vista as transformações estruturais da economia brasileira no período e as formulações ideológicas sobre a modernização e o desenvolvimento com base no eixo urbano-industrial, a cidade passa a ter proeminência sobre o meio rural, porque nela é que se percebe com maior intensidade os "efeitos" do desenvolvimento. A cidade passa a ser o pólo de atração para populações oriundas do meio rural; constitui-se em centro de decisões políticas e econômicas, em símbolo da ideologia desenvolvimentista - pensamos aqui principalmente na construção de Brasília.

O crescimento do meio urbano, principalmente as capitais da Região Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, proporcionou maior diversidade do setor produtivo e de serviços, oferecendo novas oportunidades de emprego, bem como

de ascensão social, principalmente para as camadas médias, que tiveram acesso às atividades no setor terciário. Enfim, é na cidade que se inaugura um novo estilo de vida: o cosmopolitismo.

A partir desse quadro podemos pensar o significado do moderno numa sociedade complexa como é a brasileira.

O que distingue uma sociedade complexa é a diversidade de domínios e códigos culturais que embora estejam relacionados, apresentam uma certa autonomia. Entendemos que as sociedades complexas modernas são aquelas onde a representação da totalidade social cedeu lugar para a categoria indivíduo, como é o caso da sociedade norte-americana, por exemplo. É no espaço urbano diferenciado, segmentado, que o indivíduo encontra espaço para atuar e construir sua identidade. Entender o moderno na sociedade brasileira nos remete a uma reflexão sobre a diferenciação dos domínios público e privado, tendo em vista que a ideologia da modernização estava fortemente vinculada às práticas sociais do domínio público.

Seguindo as análises de DA MATTA sobre a sociedade brasileira (1983, 1985, 1986) podemos entender a realidade social no Brasil por meio de um código duplo: de um lado temos um sistema de pessoas que sustenta um universo segmentado e altamente hierarquizado; de outro uma vertente individualizante, representada pelo aparato legal e pelos serviços prestados pelo Estado. Num sistema de pessoas todas se conhecem e sabem o seu lugar na hierarquia social; o que importa é a relação entre o superior e o inferior, numa tentativa de buscar a todo custo superar as diferenças individuais e chegar à totalidade. Já o universo dos indivíduos é marcado pela impessoalidade, pela falta de mediação e de relações pessoais; é não pertencer a nenhum segmento e estar sujeito à impessoalidade das leis. Tal análise nos leva a constatar que a sociedade brasileira é fortemente segmentada, dificultando a criação de associações e entidades que sirvam de instrumento para o exercício da cidadania:

"... A idéia é de uma sociedade segmentada com as oposições clássicas entre homem/mulher, velho/moço, rua/casa, boa vida/trabalho... Em termos da dialética do indivíduo e da pessoa temos um universo formado de pequeno número de pessoas, altamente hierarquizado, comandando a

vida e o destino de uma multidão de indivíduos, esses que devem obedecer a lei."

(1983:179)

Conforme DA MATTA, na sociedade brasileira convivem dois ideais: o de igualdade e o da hierarquia. Um fundamentado nas leis universais e do mercado e o outro fundamentado nas relações pessoais. Em outros termos, há um domínio público, diferenciado, "desordenado", individualizante, e um espaço privado, homogêneo, "ordenado", relacional. Segundo o autor, as sociedades que passaram por uma "revolução individualista", instituíram um código de conduta homogêneo, fundado na noção de indivíduo; enquanto sociedades como a brasileira, tem muitos códigos de comportamento operando simultaneamente, porém, não de forma excludente, mas complementar, o que dá à realidade social brasileira uma visão complexa e múltipla:

"[O Brasil] combinou no seu curso histórico e social, o indivíduo e a pessoa, a família e a classe social, a religião e as formas econômicas mais modernas. Tudo isso faz surgir um sistema com espaços internos muito bem divididos. (...)"

(1986:120)

Embora divididos, os espaços são também complementares; assim, o que se perde num domínio ganha-se no outro e para ter uma visão mais abrangente da sociedade brasileira é importante perceber que cada espaço é uma fonte de cidadania, com valores e visões de mundo diferentes.

A partir dessa análise da estrutura social brasileira parece-nos bastante problemática a oposição entre o moderno e o tradicional presente na ideologia desenvolvimentista e de modernização, pois o sistema de relações pessoais e os valores tradicionais não são sobrevivências do passado que podem ser simplesmente ultrapassadas por uma lógica racional das forças econômicas; pelo contrário, sistemas globais, de caráter universal, não se estabelecem num vazio cultural, mas são permeados e sistematicamente deformados por este sistema relacional. Falar sobre o moderno no Brasil é falar sobre o tradicional, pois, na lógica cultural brasileira os valores e as idéias definem o "moderno" ou o "novo" bem como o "tradicional" ou o "arcaico" acabam se confundindo, criando assim espaços sociais marcados pela ambigüidade.

Esta leitura da cultura brasileira, visando entender o significado do moderno, bem como, da oposição entre os domínios público/privado num período delimitado da história contemporânea brasileira, tem como referencial teórico mais amplo duas vertentes: a antropologia social e a história. Embora se constituam enquanto saberes diferenciados quanto às metodologias e mesmo objetos de pesquisa, há, recentemente, tentativas em andamento, para que história e antropologia social se aproximem. Historiadores passam a se interessar por metodologias que tiveram seu desenvolvimento nas pesquisas etnográficas, principalmente aquelas onde a dimensão simbólica das sociedades faz parte do arcabouço teórico dos antropólogos. Por outro lado, antropólogos passam a ver nas tendências historiográficas como a história social, a história nova, a história das idéias e a história cultural, possibilidades de ampliação e questionamento de conceitos, contribuindo para a qualidade de estudos comparativos não só no espaço mas também no tempo.

As noções e conceitos utilizados nesta pesquisa são, por um lado, construções abstratas sobre determinadas práticas sociais contextualizadas historicamente, e por outro, são conceitos operacionalizados tendo em vista a especificidade da sociedade brasileira contemporânea.

Como nos referimos anteriormente, entender a modernização (no sentido mais amplo que essa palavra sugere) brasileira no período que propomos nos levou a uma análise sociológica conforme é praticada por DA MATTA. Essa análise se fundamenta principalmente num modelo teórico que foi formulado por DUMONT, mais especificamente, um modelo teórico que procura explicar e contextualizar o surgimento da ideologia moderna (1985). Embora a ideologia moderna - conjunto social das representações, das idéias e valores comuns da chamada civilização ocidental moderna - possa ser analisada sob os mais diversos aspectos, DUMONT traça um perfil para essa ideologia derivado, em parte, de sua experiência de campo ao estudar a sociedade indiana (1970), e também da história das idéias, da sociedade ocidental moderna. Seu método é comparativo, seu quadro é ao mesmo tempo etnográfico e histórico.

Procurando entender as representações coletivas na sociedade indiana DUMONT depara-se com seu próprio sistema de representações, a ideologia moderna. Buscando entender essa ideologia, o autor estuda suas origens em momentos históricos diferentes, procurando compreender como ocorreu a

mudança de uma ideologia holista para uma ideologia moderna, individualista, que, segundo o autor são inconciliáveis.

Segundo DUMONT a ideologia individualista se fundamenta em um tipo específico de sociedade - a moderna - onde a noção de indivíduo, enquanto sujeito moral independente e autônomo, é um valor supremo. Quando o indivíduo é negligenciado ou subordinado à totalidade social, temos o oposto da ideologia individualista; é a situação que DUMONT chama de holismo ou sociedade tradicional.

DUMONT lembra que a base para a transformação do holismo para o individualismo é a idéia de societas, de um contrato social, onde os membros permanecem distintos apesar de sua relação, onde a unidade é "coletiva" e não "orgânica" como na idéia de universitas, tão presente no vocabulário das sociedades holistas e que expressa a unidade orgânica, *corporate*.

Determinadas expressões caracterizam e diferenciam as sociedades do tipo moderno, individualistas, das de tipo tradicional, holistas: liberdade e igualdade x interdependência e hierarquia; mobilidade x permanência, realização x atribuição. Segundo a análise de DUMONT, trata-se de concepções do homem, valores, estilos de vida, totalmente diferentes, embora possam existir empiricamente numa mesma sociedade, mas são incompatíveis. (1985)

Se contextualizarmos historicamente essa formulação teórica de DUMONT, percebemos que, enquanto ideologia, o individualismo não se constituiu linearmente, mas de forma complexa e contraditória, e nesse sentido, saímos do terreno exclusivo da história das idéias.

É o que demonstra SENNETT (1988), com farta documentação sobre as mudanças sofridas na sociedade moderna ocidental entre os séculos XVIII e XIX.

SENNETT localiza no séc. XIX o surgimento do mito de que os males da sociedade eram derivados da impessoalidade, alienação e frieza. Frente às grandes transformações sociais e econômicas do capitalismo as pessoas sofriam seus maiores "efeitos", a saber, a dissociação, a separação, o isolamento, a "estranheza". Como sobreviver a esse deslocamento? SENNETT diz que as pessoas procuraram encontrar significações pessoais em situações impessoais, em objetos e nas próprias condições objetivas da sociedade. Não encontrando tais significações as pessoas tentaram fugir e encontrar nos domínios privados da vida - principalmente a família - um elemento ordenador na percepção da personalidade. (p. 318) Constitui-se o que SENNETT chama de ideologia da intimidade,

ou seja, acreditava-se que quanto mais as relações sociais estivessem associadas às preocupações interiores psicológicas de cada pessoa, mais essas relações seriam reais, autênticas.

Esse é o primeiro passo para a transformação radical da vida pública nas sociedades modernas: desvaloriza-se o público na busca de uma experiência íntima; transforma-se o território local, o privado, em lugar moralmente sagrado. Nas palavras de SENNETT é a "celebração do gueto". (p. 359)

Numa sociedade que teme a impessoalidade fortalece-se, por sua vez, "fantasias de vida coletiva", procurando forçosamente reconhecer em "nós" uma identidade, interesses comuns e compartilhados. A radicalidade da ideologia da intimidade encontra na noção de Gemeinschaft a sua concretização. Gemeinschaft significa comunidade de pessoas, onde é possível a abertura dos sentimentos para os outros, caracterizando-se como um grupo social especial. O problema, como muito bem analisa o autor, é que se uma pessoa se transformar, se ela se individualizar, estará "traindo" a comunidade, ameaçando o todo, e por esse motivo, nesses "guetos", as pessoas precisam ser vigiadas e testadas. (pp. 378 e 379)

Estas questões nos remetem a pensar como nas sociedades modernas ocidentais a ideologia individualista, conforme o modelo de DUMONT, mesmo fundamentada nos ideais de igualdade e liberdade, não desenvolveu-se sem tensões, constituindo-se, ao mesmo tempo, ideologias holistas, fundamentadas nas relações e na intimidade, na noção de todo, tentando reestruturar uma visão orgânica do tecido social.

Como é possível que o holismo, a Gemeinschaft, tenham se tornado uma alternativa numa sociedade individualista? Esta é uma resposta que vai depender de diferentes variáveis que, em momentos históricos determinados têm que ser analisadas cuidadosamente. Mas, de qualquer forma, num nível geral, poderíamos dizer que tal possibilidade ocorre porque a ideologia moderna ou individualista se constitui na dinamicidade das práticas sociais e estas, não são homogêneas nem uniformes, mas processuais, complexas, múltiplas. Podemos pensar em modelos ideológicos dominantes - o individualismo nas sociedades modernas, por exemplo - mas não exclusivos, havendo espaço, portanto, para contextos ou processos individualizantes e holistas.

Distinguir os níveis em que essa ideologia individualista possa surgir e atuar: procedimento antropológico e histórico que revela as diversidades tanto a nível indivi-

dual e biográfico, como a nível das condições e dos grupos sociais.

Essa é a orientação geral das pesquisas que vêm sendo realizadas por VELHO (1987) e DA MATTA (1983) entre outros antropólogos que estudam a sociedade brasileira e o meio urbano na contemporaneidade. Vimos como DA MATTA analisa a estrutura social brasileira através de um código duplo. VELHO (1987) destaca que, em casos específicos, saindo do elevado nível abstrato da teoria de DUMONT, há que se distinguir entre ideologia individualista e processos de individualização:

"(...) Em toda sociedade existe, em princípio, a possibilidade da individualização. Em algumas será mais valorizada e incentivada do que em outras. De qualquer forma o processo de individualização não se dá fora de normas e padrões por mais que a liberdade individual possa ser valorizada. Quando vai de encontro às fronteiras simbólicas de determinado universo cultural - ou as ultrapassa -, ter-se-á então, provavelmente uma situação de desvio com acusações e, em certos casos, estigmatização. Ou seja, há regras para a individualização, mais ou menos explícitas. (...)"

(p.25)

O que VELHO nos informa - através de uma atitude intelectual que procura perceber os limites dos modelos teóricos quando estes se confrontam com uma situação social específica como a sociedade brasileira -, é que mesmo nas sociedades modernas industriais individualistas encontram-se instâncias e domínios desindividualizantes, ou seja, o processo de individualização envolve uma noção de projeto, de escolha, ou melhor, de possibilidade de escolha, mas que não está dissociado do contexto histórico e cultural onde vive o indivíduo. Portanto, o processo de individualização indica a existência de uma tensão entre os projetos individuais e os grupos sociais em que o indivíduo participa ou está incluído.

A noção de projeto enfatiza a possibilidade do indivíduo de se destacar de uma unidade, ou de contextos englobadores, como a família, por exemplo, para fazer a sua vida. Como isso ocorre é que se constitui na grande questão para entendermos o espaço do individualismo no Brasil. Conforme

VELHO a tensão entre a individualização e a inserção num contexto englobador parece ser problema universal, logo a questão é "tentar mapear o espaço do individualismo". (1987:45)

A alternativa individualizadora nem sempre aparece com nitidez, pois nem todo comportamento individualista expressa uma visão de mundo em que o indivíduo empírico é o sujeito moral e unidade mínima significativa. Nesse sentido VELHO remete-se às diferentes formas de se lidar com a individualização no Brasil, baseado em suas observações sobre as camadas médias urbanas. Seguindo as trajetórias sociais de alguns representantes do universo pesquisado por ele, VELHO reforça a questão da existência de uma tensão entre dois modelos de individualismo - um mais ligado à estabilidade e situado numa ordem hierarquizante e outro associado à mudança e à transformação.

Segundo VELHO, tratando-se do universo das camadas médias urbanas, o que se percebe é um sistema que apresenta hierarquia e individualismo como ordens simbólicas, ora complementares, ora contraditórias:

"O universo moral é permanentemente problematizado devido à alternatividade mencionada. Esta talvez seja sua principal característica, expressando-se nas biografias e trajetórias através de crises e dramas sociais. Os individualismos mencionados referem-se a paradigmas diferenciados, fundamentais para a construção e elaboração social da realidade."

(1987:53)

A partir dessas análises sobre o moderno, a ideologia moderna ou individualista e os processos de individualização procuramos traçar o quadro de referências que fundamenta nossa pesquisa, conforme expomos na definição de nosso objetivo, principalmente se pensarmos que o igualitarismo foi um dos principais idiomas da ideologia de modernização no Brasil dos anos 50, conforme analisou FIGUEIRA. (1985)

Foi a partir destas questões que procuramos analisar a ideologia individualista, ou melhor, a forma como ela atua no contexto específico da Casa da Estudante Universitária de Curitiba.

O interesse pelo tema do individualismo e a questão do gênero tem sua origem na constatação de que um número cada vez maior de jovens mulheres começava a sair de suas

cidades para estudar em Curitiba, e na necessidade de organizar um espaço moral para essas jovens, que fosse seguro como os seus lares de origem. Paralelamente a estas questões algumas representações sobre o feminino no período apontavam para um modelo de mulher "rainha do lar", onde as questões do trabalho e da educação embora estivessem presentes, não eram consideradas fundamentais para a construção da identidade feminina.

Através de um estudo particularizado procuramos compreender como a ideologia individualista se manifesta e em que sentido ela pode ser orientada, a partir de um grupo de jovens mulheres com um projeto de formação intelectual com vistas à profissionalização, apoiadas pelas famílias que saíram de casa e foram viver em outra cidade, num espaço "estranho". Nossa hipótese, portanto, é que aquelas jovens mulheres iniciavam um processo de individualização através de uma experiência orientada em torno de um espaço social, a Casa da Estudante Universitária de Curitiba. Interessa-nos entender esse processo à luz das representações sobre o feminino no período em questão e, por esse motivo, não abordamos a questão da individualização - enquanto hipótese - através de uma análise sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho ou sobre os condicionamentos culturais que levam as mulheres a escolherem "profissões femininas".

No Brasil a incorporação das mulheres no mercado de trabalho foi tema de várias pesquisas na área das Ciências Sociais, principalmente na Sociologia, revelando que essa incorporação se deu de acordo com as condições estruturais do grau de desenvolvimento econômico. Desta forma, as importantes pesquisas de pioneiras como BLAY (1978) e SAFFIOTI (1969) demonstraram como a divisão social do trabalho nas sociedades industrializadas mantém a condição de sexo do indivíduo como critério para a incorporação no mercado de trabalho, qualquer que seja o nível de desenvolvimento tecnológico ou o sistema político.

Mais recentemente o tema trabalho tem sido interpretado através de paradigmas de explicação menos globalizantes (histórico-estruturais) e privilegiado as dimensões simbólicas da vida social. Assim, temas como o trabalho doméstico, as relações entre patroas e empregadas domésticas, a participação das mulheres no comércio, a relação mulher - sindicalismo, os direitos da mulher trabalhadora, as formas de sobrevivência na economia informal, vão ganhando cada vez mais espaço na produção acadêmica conforme podemos observar nas coletâneas Mulher Brasileira - Bibliografia Anotada-2

(1981), Trabalhadoras do Brasil (1982) e Rebeldia e Submissão (1989).

Entendemos que a saída das mulheres da esfera doméstica, seja para ingressar no mercado de trabalho, seja para aperfeiçoar e dar continuidade à sua formação intelectual, envolve uma grande diversidade de experiências, resultante das diferenças de classe social, visão de mundo, origem urbana ou rural, grau de escolaridade, etnia, religião, etc. Embora algumas representações sobre o feminino ainda associassem a mulher ao papel tradicional de dona de casa e o trabalho remunerado não fosse a regra, muitas mulheres começavam a sair de casa, fosse para trabalhar ou estudar.

Tal mudança foi possível tendo em vista as transformações sócio-econômicas pelas quais passava a sociedade brasileira naquele período, bem como uma tendência de mudança de valores nas famílias de alguns segmentos das camadas médias urbanas, objeto de análise de autores como FIGUEIRA (1985) e NICOLACI-DA-COSTA (1985). Esses segmentos sociais procuravam fornecer aos filhos uma educação que lhes possibilitasse um futuro mais promissor através de uma carreira profissional. Essa mudança de valores permitiu que algumas mulheres de camadas médias tivessem acesso a uma formação intelectual que poderia ir além do nível médio, chegando à universidade.

Estas são colocações muito gerais, que levam em consideração as mudanças num nível macro-social, embora não descartemos a importância dessas mudanças no processo de conhecimento da realidade social. Contudo, entendemos que esta seja uma forma de conhecer a realidade e suas mudanças e permanências; um caminho que busca apreender a totalidade através de conceitos universalizantes e de modelos explicativos pouco flexíveis. Conceitos e categorias universalizantes não dão conta de outros níveis da história e da cultura, de outras tramas e cores desse tecer humano. Para se entender a totalidade - se isso for realmente possível - e as mudanças sociais, não podemos nos agarrar somente às chamadas grandes transformações históricas, mas percebê-las como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações quotidianas, "colando" as palavras de VELHO (1987:132).

Nesse sentido, buscamos o significado das experiências vividas pelas jovens estudantes universitárias através de uma análise etnográfica do espaço que criaram e organizaram, seu "lar em terra estranha". Tal procedimento implica em inscrever o contexto onde surgiu a CEUC, sua organização, seus símbolos, suas moradoras, suas regras e normas, suas

positividades e negatividades, em suma, o significado desse "texto". Realizamos, portanto, uma interpretação de um espaço feminino procurando entender o significado desse espaço e especificar o que esse conhecimento pode contribuir para uma compreensão da condição feminina na sociedade brasileira no período em questão.

Embora uma das características da análise etnográfica seja seu caráter microscópico (GEERTZ, 1978:31), não podemos esquecer que esta não é, efetivamente, uma pesquisa antropológica, mas histórica; buscamos a mudança social e também as permanências de um passado mais ou menos recente da sociedade brasileira. Podemos dizer que realizamos uma história etnográfica: um conhecimento do passado informado por um procedimento etnográfico, cujo acesso só foi possível pelo material pesquisado.

Na primeira parte da pesquisa, "Territórios em movimento", procuramos descrever algumas representações sobre a sociedade - mais especificamente, a sociedade paranaense nos anos 50 -, através de uma concepção de história que se formava em torno da noção de progresso e da polarização moderno-arcaico. Tais representações tinham na mudança e no movimento de territórios físicos e existenciais sua principal referência ideológica.

Na segunda parte abordamos algumas representações sobre o feminino procurando entender a relação entre estas representações e as representações das moradoras da CEUC. Na terceira parte, buscamos compreender o significado da CEUC para suas moradoras através de uma análise sobre a estrutura da Casa, os valores e os papéis ali desempenhados. Finalmente, na parte quatro analisamos o cotidiano da CEUC procurando testar nossa hipótese sobre o processo de individualização daquelas jovens estudantes.

Sem dúvida a ideologia individualista antes de se mostrar como um caminho como vai ocorrer com o movimento feminista (FRANCHETTO et alii, 1981), fez parte de uma visão de mundo de mulheres de alguns segmentos sociais que, lentamente, começavam a individualizar-se. Esse processo enveredou algumas vezes por caminhos tortuosos, exigindo da mulher ser "boa em tudo", mas, por outro lado, propiciou a muitas delas uma consciência de que a ideologia individualista tem muitas armadilhas, que é necessário articular códigos e condutas diferentes e, principalmente, que não há respostas nem certezas.

Para aquela geração de mulheres (que hoje estão com mais de 45 anos) os medos, as ilusões, os amores e as espe-

ranças vividas estão dentro, fazem parte dos "envelopes lacrados", "caixas", "almofadas" e "potes" guardados na memória, nos "baús do tempo". Nada mais intrigante e, por que não dizê-lo, emocionante, do que abrir esses baús, descobrir a experiência de vida de mulheres que ousaram, que negaram e disseram sim e que viveram a dura realidade de "mulheres desdobráveis" (conforme a belíssima imagem de Adélia Prado).

"ROTEIRO DE VIAGEM"

Para realizar esta pesquisa fiz muitas viagens, algumas com deslocamento horizontal, físico, mas a maioria delas, da qual resultou este roteiro, foram viagens verticais, ou como diz DA MATTA (1978:29) "viagens xamanísticas", estas que a gente paradoxalmente não sai do lugar e vai ao fundo do poço de sua própria história e cultura. Na maioria das vezes "peguei carona" em outras viagens, aprendendo a reconhecer novas paisagens e a usar novos instrumentos de observação. Devo muito a esses viajantes e os relaciono no final do trabalho, mesmo aqueles e aquelas que não foram citadas diretamente.

Essa experiência começou com a descoberta de um arquivo na CEUC, totalmente preservado, embora desorganizado, onde tive acesso a muitos documentos que foram essenciais na produção da pesquisa. Vou relacioná-los, bem como outros documentos que foram encontrados em outros arquivos como a Biblioteca Pública do Paraná, a Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, o IBGE e algumas pessoas que gentilmente se dispuseram a colaborar com esta pesquisa me recebendo para dar seus depoimentos como Odila Zorzi, Jungla Pimentel Daniel, Dalila de Castro Lacerda, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Demeia Correia Alves, Clair da Flora Martins, Norma Dolores Correia Santos e Dinah Ribas Pinheiro.

Ao empreender essa viagem procurei saber se outro(a) viajante já havia realizado esse trajeto. Encontrei uma referência sobre um "estudo sociológico" de residências universitárias femininas, mas tratava-se de pensionatos dirigidos por religiosas, visando fornecer subsídios para a atuação da pastoral da Arquidiocese de Campinas (SP). (CRESCENTI, 1972) Sobre a CEUC, especificamente, há uma monografia sobre a necessidade de assistente social para uma moradia desse tipo. (SCHEMES, 1984)

Quanto ao caminho escolhido, sem dúvida o mapa de orientação foi fornecido pelos viajantes da antropologia social e de algumas tendências da historiografia contemporânea que, embora não sejam citados no decorrer da pesquisa, estavam presentes na forma de conceber e organizar o conhecimento histórico, principalmente Georges DUBY (obra), Richard SENNETT (1988), Robert DARNTON (1986 e 1990) e Alan MACFARLANE. (1989 e 1990) Embora estes autores tratem de questões diferentes em períodos igualmente diferentes e tenham origens teóricas das mais diversas, todos caminham em

direção a um conhecimento das práticas sociais na história sem buscar um elemento decisivo que, em última análise, determinaria essas práticas. Buscam, cada um a sua maneira, estabelecer relações entre fenômenos distintos e, para isso utilizam os mais diversos tipos de fontes, valorizam temas que até então estavam "fora da história", recorrem a formulações teóricas e conceituais elaboradas por outras ciências humanas como a psicologia social, a antropologia social, a linguística, a estética, e tantas outras que não caberia aqui relacionar.

Cabe ainda, como viajante, informar que esse estudo não teve sua origem somente no interesse "objetivo" em "mapear" o individualismo através de um grupo específico. Há muito de subjetivo nesse empreendimento, pois o interesse pelo passado de um espaço como a CEUC e da vida de suas fundadoras e organizadoras foi orientado pela experiência que também vivi, só que em outro momento - a década de 80 -, como "ceuqueana", como estudante universitária que numa ânsia de liberdade e desejo de realização profissional "aportou" no "lar em terra estranha". Ninguém se livra do passado impunemente. E talvez esse passado tenha representado tanto que, através de um procedimento intelectual, foi possível ritualizá-lo. Esse processo teve início com a elaboração de uma monografia sobre rituais na Casa da Estudante Universitária de Curitiba no período em que lá morei. (MARTINS, 1989)

Não pretendo aqui opor conhecimento objetivo a conhecimento subjetivo, mas pelo contrário, recuperar essa qualidade das "humanidades", que não separa radicalmente sujeito de objeto. Logicamente é importante conhecermos e estabelecermos os limites que separam a afinidade emocional da produção do conhecimento, mas como muito bem registrou DUBY, a partir da constatação de MARROU: "A história é uma aventura espiritual na qual a personalidade do historiador se compromete por inteiro." Eis o que DUBY acrescenta:

"Nós medimos a influência exercida sobre nosso procedimento, sobre a maneira pela qual formulamos as questões e pela qual iniciamos a busca das suas respostas, pela história que se diz imediata, isto é, pelos tumultos do presente. Nosso "pensamento ativo" sobre o reflexo desses abalos. Eles o atingem, nós o sabemos, muito mais fortemente do que se imaginava outrora. O importante é que os historiadores

tenham aprendido a não mais desconfiar tanto dessa agressões, a tomá-las pelo que são: estimulantes... Controlando-nos, conservando um olhar frio quando se trata de criticar as fontes - é nessa etapa do trabalho que a vontade de subjetividade se concentra -, mas entregando-nos, dóceis, aos impulsos quando eles mantêm a insatisfação diante da problemática, quando eles nos forçam a interrogar sempre de forma diferente os documentos. Não seria possível explicar a vivacidade dos progressos realizados sob nossos olhos pela história sem pôr em questão o sentimento cada vez mais vivo de que para ser bom historiador é preciso manter os olhos abertos para o próprio tempo, que a história neutra, a que se escreve fechado nas bibliotecas, é sempre pálida e adocicada."

(1989:189 e 190)

Ao "encontrar" esta passagem de DUBY no meio do caminho de minha viagem "encontrei" outra fala, que vinha de 1958 e que talvez nunca fosse encontrada, pois estava numa página em meio a tantas centenas e centenas de páginas que não haviam sido "descobertas" por outro curioso viajante. Não sei quem foi a pessoa que escreveu, não a conheci, mas nossa identidade, apesar do tempo, ali estava presente:

"Neste lar em terra estranha, nesta Casa onde vivi boa parte da minha vida, onde houve alegrias e grandes tristezas, quero deixar expressas minhas desculpas pelas ofensas, cara feia e mau humor. Vocês sabem que perfeição só Deus, portanto... Onde quer que eu esteja esta Casa estará sempre comigo, em suas atrapalhadas e novidades. Que todas sejam muito felizes e que consigam se realizar na vida (casamento, profissão, etc.). E o dia que tenhamos uma escritora que queira contar da CEUC, estejam certas que terá muito sucesso."

(Isolda, 01-12-58)

Quando encontrei esta passagem estava iniciando minha pesquisa nos arquivos da CEUC, em 1989, e não poderia deixar de dizer que este estímulo foi, talvez, o mais importante de

todos. Percebi que "contar" sobre a CEUC tinha um significado muito mais amplo do que uma primeira leitura da passagem possa sugerir. "Contar da CEUC" é contar uma história de pessoas muito diferentes que um dia, por motivos, às vezes, muito diferentes também, acabaram se encontrando no espaço - a Casa - e no tempo - na escritura da história dessa experiência.

LÉXICO

Estas são algumas das principais definições que já estavam presentes e outras que foram acrescentadas durante o trajeto da viagem.

CAMADAS MÊDIAS

- Empiricamente este é um conceito difícil de ser constatado, pois além da ocupação há uma grande diferenciação interna nesse universo das camadas médias. Nesta pesquisa, o conceito foi empregado tendo em vista alguns dados sobre a origem social das moradoras da CEUC, mas, principalmente como um conjunto heterogêneo, com visões de mundo, estilos de vida, formação e ethos mais ou menos comuns.

ETHOS

- Este tema refere-se, na discussão antropológica, aos aspectos morais e aos elementos valorativos de uma dada cultura. (GEERTZ, 1978:143)

IDENTIDADE

- Esta palavra é empregada como conceito de referenciação e de relação entre o self e a sociedade. Embora a dimensão psicológica seja de fundamental importância, a identidade é uma produção condicionada e produzida pelo externo (sociedade ou cultura). (VELHO, 1986:21)

REPRESENTAÇÃO

- Este conceito é empregado como sendo a imagem ou as imagens de uma realidade empírica; é condição e produto da prática social, tal como foi analisada por MAUSS. (OLIVEIRA, 1979)

TERRITÓRIO

- É empregado tanto como espaço físico como um conjunto de representações e projetos que desembocam em comportamentos e investimentos nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. (ROLNIK, 1989)

VISÃO DE MUNDO

- Este termo refere-se aos aspectos cognitivos e existenciais de uma cultura. É o quadro a partir do qual um povo elabora as coisas, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. (GEERTZ, 1978:144)

FONTES PRIMARIAS

Livros de Atas da CEUC - Realizei uma leitura sistemática de todas as atas das reuniões e assembléias da CEUC onde encontrei muitas informações sobre a administração da Casa, as disputas eleitorais, os conflitos entre as moradoras; dados sobre a realização de concursos e admissão de novas moradoras, sobre as relações com a Reitoria, reclamações sobre a falta de observância das normas e regulamentos da Casa, abusos de toda ordem e problemas com as empregadas.

- Esses documentos foram utilizados principalmente na formulação do capítulo 3, na compreensão da organização da Casa e de sua estrutura.

Livros de Plantão da CEUC (1954-1969)

- Diário coletivo onde as moradoras que ficavam responsáveis pelo andamento das tarefas domésticas da Casa registravam os acontecimentos do dia.
- Esse documento foi utilizado principalmente por ser um registro da memória do grupo, bem como por trazer as mais diversas informações sobre as relações entre as moradoras, a organização do trabalho, as brigas e acusações, as reflexões sobre a vida e a importância de um espaço como a CEUC para as jovens estudantes universitárias que chegavam em Curitiba.

Estatuto e Regimento
Interno da CEUC (1954,
1960, 1964)

- Documentos que definem, caracterizam e regulamentam a Casa.
- Foram de fundamental importância quando cruzados com as informações das atas sobre a organização e a estrutura da Casa.

Fichas de Inscrição para
o Concurso de Moradoras
da CEUC (1958-1968)

- Fichas-questionários preenchidas pelas candidatas a moradoras da CEUC, que traziam várias informações sobre a vida da candidata e de sua família.
- Essas fichas nos permitiram obter algumas informações sobre a vida das estudantes, o tamanho das famílias, a profissão do pai e se a candidata trabalhava. Esses documentos foram usados para caracterizar a origem social das moradoras da CEUC.

FONTES PRIMARIAS IMPRESSAS

Jornais da Imprensa
Estudantil (1952, 1954 e
1955)

- Não foi realizada uma pesquisa sistemática sobre a imprensa estudantil. Utilizamos apenas os jornais que encontramos arquivados na CEUC.
- Procuramos dados sobre a presença feminina na universidade e sobre a caracterização da vida estudantil em Curitiba nos anos 50.

Imprensa local

- Não foi realizada uma pesquisa sistemática nos jornais da época, embora tenhamos pesquisado alguns exemplares do jornal Gazeta do Povo na década de 50.
- Encontramos nestes exemplares uma versão do significado de uma residência para estudantes universitárias, bem como a valorização de um espaço que fosse disciplinado.

Imprensa feminina (1954, 1956, 1961, 1962, 1963 e 1968)

- Revistas de grande circulação nacional, embora uma delas não possa ser caracterizada como tal, como O Cruzeiro, mas incluímos nesta caracterização por ter seções femininas e ser consumida por amplo público feminino. Foram pesquisadas também as revistas Capricho e Claudia.
- Analisamos essa documentação objetivando a apreensão das representações sobre o feminino.

Fontes Bibliográficas

- Pesquisamos alguns livros, álbuns, edições especiais de revistas e trabalhos acadêmicos que procuravam analisar o momento econômico, político e cultural do Paraná na década de 50, mais particularmente após 1953, ocasião da comemoração da emancipação política do Estado. Estas fontes estão relacionadas nas Referências Bibliográficas.

Depoimentos

- Entrevistas realizadas com ex-moradoras da CEUC e pessoas que tiveram algum tipo de relacionamento com a Casa entre os anos 50 e 60.
- Essas entrevistas foram realizadas com um roteiro prévio onde buscávamos a importância da Casa para suas ex-moradoras bem como as lembranças do cotidiano, da vida estudantil e da imagem da Casa no meio estudantil e na sociedade de maneira mais ampla.

FONTES SECUNDARIAS

Conjunto de todos os livros e artigos que foram consultados na elaboração da pesquisa, alguns dos quais já foram citados e comentados nesta Introdução, mas que se encontram relacionados nas Referências Bibliográficas.

NOTAS

BLAY, Eva Altermann. 1978. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo, Ática.

BRUSCHINI, C. e ROSEMBERG, F. orgs, 1982. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo, Brasiliense.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALLETO, Enzo. 1970. Dependência e desenvolvimento na América Latina. São Paulo, Difel.

COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, C. orgs, 1989. Rebeldia e submissão. Estudos sobre a condição feminina. São Paulo, Vértice Editora, Fundação Carlos Chagas.

CRESCENTI, Maria Thereza Caiuby. 1972. Residências universitárias femininas em Campinas; um estudo sociológico. Campinas, Centro Pastoral Pio XII.

DA MATTA, Roberto. 1983. Carnavais, malandros e heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar.

-----, 1985. A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense.

-----, 1986. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Rocco.

-----, 1978. "O ofício de etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'." IN NUNES, E. O. A aventura sociológica. Rio de Janeiro, Zahar.

DARNTON, Robert. 1986. O grande massacre dos gatos; e outros episódio da história cultural francesa. Rio de Janeiro, Graal.

-----, 1990. O beijo de Lamourette; mídia, cultura e revolução. São Paulo, Companhia das Letras.

DUBY, Georges. 1989. Idade média, idade dos homens; do amor e outros ensaios. São Paulo, Companhia das Letras.

- DUMONT, Louis. 1970. Homo hierarquicus; ensayo sobre el sistema de castas. Madrid, Ediciones Gráficas.
- , 1985. O individualismo; uma perspectiva antropológica moderna. Rio de Janeiro, Rocco.
- FIGUEIRA, Sêrvulo A. 1985. "Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil." IN FIGUEIRA, Sêrvulo A. (org). Cultura da psicanálise. São Paulo, Brasiliense. p. 142-146.
- FRANCHETTO, B. et alii. 1981. Perspectivas antropológicas da mulher-2. Rio de Janeiro, Zahar.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. 1981. Mulher brasileira. Bibliografia anotada-2. São Paulo, Brasiliense.
- GEERTZ, Clifford. 1978. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar.
- LAMY, Margaret P. 1987. "Baús do tempo" IN CASTRO, Maria Celeste P. de e FRANCO, Silvia Cintra (coord). Mulheres entre linhas. III Concurso de Poesia e Conto. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Conselho Estadual da Condição Feminina.
- MACFARLANE, Alan. 1989. A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- , 1990. História do casamento e do amor; Inglaterra 1300-1840. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARTINS, Ana Paula V. 1989. Casa de mulheres; um ensaio sobre rituais femininos. Curitiba, monografia, Especialização, Universidade Federal do Paraná.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. 1982. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. 1990. "As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização." IN LINHARES, Maria Yedda. (org). História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro, Campus. p. 243-272.

- NICOLACI DA COSTA, Ana Maria. 1985. "Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos." IN FIGUEIRA, Sêrvulo A. (org). Cultura da psicanálise. São Paulo, Brasiliense.
- OLIVEIRA, Francisco. 1977. A economia da dependência perfeita. Rio de Janeiro, Graal.
- OLIVEIRA, Roberto C. de, org. 1979. Mauss - antropologia. São Paulo, Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 11.
- ROLNIK, Suely. 1989. Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo, Estação Liberdade.
- SAFFIOTI, Heleieth. 1969. A mulher na sociedade de classes; mito e realidade. São Paulo, Quatro Artes.
- SCHEMES, Maria Irene. 1984. A necessidade de assistente social na Casa da Estudante Universitária de Curitiba; o "estranho" lar em terra estranha. Curitiba, monografia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba.
- SENNETT, Richard. 1988. O declínio do homem público; as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras.
- VELHO, Gilberto. 1987. Individualismo e cultura; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar.
- . 1986. Subjetividade e sociedade; uma experiência de geração. Rio de Janeiro, Zahar.

Capítulo I

Territórios em Movimento

"Rumos do Paraná"

O Paraná é uma terra nova, de gente nova que, nos dias do centenário, vê a realização do seu vigor econômico e a sua afirmação social-cultural, dentro da federação brasileira.

É o presente grandioso construído, tenaz e valentemente, pelos homens que compreenderam a terra e a ela se entregaram sem condições e esmorecimentos.

Chegados a esse ponto, é o instante de os paranaenses tomarem rumos, firmando as conquistas já realizadas e abrindo novos caminhos pelo trabalho consciente e dirigido de governantes e governados, ou entregando-se à inércia, à indiferença, ao gozo do apogeu presente, perder o momento histórico decisivo que vivemos.

É a encruzilhada que temos por diante, de onde sairá o Paraná gigante do futuro, ou a terra que foi prometida, mas que os homens não souberam alcançar!"

(WESTPHALEN, 1953:90)

Em 1953 comemorava-se o Centenário da Emancipação Política do Paraná. Uma comissão designada pelo então Secretário da Educação e Cultura do Estado, Dr. João Xavier Vianna, passou a organizar todas as comemorações que teriam lugar naquele momento, entre elas a publicação do livro Pequena História do Paraná da professora Cecília Maria WESTPHALEN, da Universidade do Paraná. Outras publicações também tiveram destaque como Paraná Vivo do professor Temístocles de LINHARES, a edição fotográfica Paraná Brasil e uma edição especial da revista "A Divulgação", o "Album do Centenário do Paraná". Tais publicações tinham um objetivo: mostrar ao Brasil como, em cem anos, o Paraná havia se transformado numa "oficina de progresso" graças ao trabalho e à "qualidade de sua gente", e à ação de seus governantes. Passado e presente se cruzavam naquele ano de 1953 não só numa apologia à ação dos paranaenses, mas visando "novos rumos", novos caminhos que dessem continuidade ao crescimento econômico e sócio-cultural do Paraná. Em 1951 foi eleito governador Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, professor da Universidade do Paraná, político com fortes bases eleitorais na capital, apoiado por intelectuais que reconheciam em sua

prática política a expressão da modernidade e do "novo pensamento político-administrativo nacional". (WESTPHALEN, 1953:82) Em seu governo um vasto programa de obras públicas se efetivou, dentre os mais importantes a construção do Centro Cívico em Curitiba, um conjunto de prédios onde estariam concentrados os órgãos administrativos do Estado. Tais obras, bem como a ampliação da malha viária no interior do Estado, concretizavam o ideal de unidade político-administrativa, como também revelavam uma concepção de desenvolvimento sustentado pela ação e intervenção do Estado. Crescer era um verbo conjugado no imperativo e onde só teriam lugar as ações arrojadas, que se lançassem ao futuro:

"O que se faz no Paraná deve ser feito em grande escala, ou então não ser feito. Fazer com timidez, fazer com acanhamento, fazer com mediocridade, será um crime contra o futuro. É preciso ter a coragem de realizar em tal escala que as construções, quando terminadas, já não estejam envelhecidas, já não estejam superadas, já não sejam caducas e já não pertençam ao passado. À nossa geração cabe este papel, cabe esta missão de realizar, de planejar para o futuro." (Bento Munhoz da Rocha Netto, O Cruzeiro, 16-01-54)

O discurso da modernidade se fazia acompanhar por uma avaliação do passado, feita pelos intelectuais, onde se buscava reconhecer os agentes responsáveis pelo progresso e pelo desenvolvimento. Assim, durante os anos 50 os políticos e os intelectuais paranaenses debruçaram-se sobre a elaboração de um quadro de referências que explicasse e reforçasse o "surto" de progresso que atingia a Estado. Ora partindo do econômico, ora do político, a preocupação era a mesma: identidade. Quem era o responsável pelo progresso econômico e cultural do Paraná que o tornara tão diferente em relação aos outros Estados brasileiros? Quem era o agente de tantas mudanças que plantava cidades onde antes existiam matas e transformava pacatas cidades provincianas em grandes cidades iluminadas por gás neon? É em busca do "homem paranaense", cujas origens étnicas se "diluíram" na "sociedade paranaense", que se olha para o passado, um passado coerente, solo de uma história que se constrói a partir da presença dos imigrantes estrangeiros no Paraná, "a terra prometida".

A história desse passado da ocupação do solo paranaense se inaugura com a presença dos imigrantes estrangeiros, alemães principalmente, após a instalação da província. LINHARES em sua obra Paraná Vivo, de 1953, considerava inaceitável a idéia de que a história de uma cultura só poderia ser conhecida a partir de suas origens ou das circunstâncias primeiras que contribuíram para sua eclosão, lembrando que muito pouco significou para o Paraná o chamado "ciclo português". Segundo o autor, não havia por parte da colonização portuguesa preocupação em construir ou planejar para o futuro. A primeira fase de povoamento do Paraná, constituída por portugueses, castelhanos, índios, negros africanos e mestiços fazia parte de um passado longínquo, um patrimônio perdido ou em franco declínio, tendo em vista a influência de outras culturas. As características da população paranaense e a "situação social" do presente só poderiam ser explicadas a partir da segunda fase do povoamento, quando foram assentados os imigrantes italianos, eslavos, alemães e orientais. Estes são os sujeitos da história, porque não são contemplativos, são dotados de uma consciência histórica, a consciência de que devem fazer algo.

É através da ação que o "homem paranaense" forja a história, dá origem ao movimento, ao progresso. Para o "homem paranaense" a condição de viver está intrinsecamente ligada à ação, ao trabalho, a um "movimento natural" que liga o homem à terra e às coisas. Daí configura-se o herói da história, um herói que é ação pura, que vive seu tempo:

"(...) Há um Paraná vivo à procura de sentido. E este só quem pode dá-lo são os homens paranaenses com a continuação da obra que já iniciaram e que outra coisa não revela senão um heroísmo telúrico. O combate que eles ganharam, nesta primeira etapa, não foi nem em favor do céu nem da história. Foi em favor da terra, de seu esplendor, de sua dadivosidade. O herói sem nada do heroísmo clássico, que surge no Paraná, portanto, é o homem telúrico. Não é nenhum revolucionário. É simplesmente, em última análise, o homem." (1953:34)

Este herói movido pelo desejo de viver, de crescer, de autodesenvolver-se estava, segundo a análise de LINHARES, voltado para o futuro, pois sua origem e sua pátria estavam no passado e cumpria ao homem construir com seu esforço pró-

prio uma nova pátria para si. O Paraná foi o lugar ideal para o estabelecimento de imigrantes europeus, que logo se adaptaram ao clima e às condições do solo. Dentre estes, os alemães foram, conforme o autor, aqueles que mais contribuições trouxeram ao desenvolvimento do Paraná tendo em vista as "virtudes magnificas do germano" como a constância, a tenacidade, a continência, o senso de responsabilidade e a independência, que enriqueceram a cultura paranaense. Nesse sentido, o autor descartava qualquer hipótese de nacionalismos exacerbados, pois a adaptação dos alemães era uma realidade visível, principalmente no meio urbano. Ali, mais do que no meio rural, podia-se perceber a adaptação do imigrante e, principalmente, sua contribuição cultural.

Em 1876 havia quase dois mil alemães em Curitiba, originários de uma colonização fracassada em Joinville. Esse contingente migratório era composto, em sua maioria, por artesãos que acabaram introduzindo muitas alterações na cidade. LINHARES recorre aos relatos de viajantes que no século XIX passaram por Curitiba para contrastá-la com a "Curitiba-européia" que se inaugura com os alemães. "Curitiba muda radicalmente", diz LINHARES, e essa mudança altera a arquitetura das casas e seu interior, a alimentação, bem como introduz o gosto por enfeites, a prática de exercícios físicos, a "mentalidade clubista". A partir da entrada dos imigrantes alemães a "Curitiba arcaica" muda radicalmente. As casas de frontão alto com telhas de escama cercadas por jardins e quintais, substituem gradualmente as casas caiadas de branco, rústicas e desconfortáveis do passado luso-brasileiro. No interior das casas a "simplicidade franciscana" dá lugar a móveis, cortinas, tapetes, toalhas bordadas e bibelôs:

"Como se deduz logo, a imigração e a emancipação política tinham criado um ambiente que constituía fervente incentivo para viver e agir oferecendo ao homem possibilidades de transcendência, digamos. A sua salvação estava em se exceder, em não reconhecer nunca os limites de sua ação. E essa situação permitia que o imigrante não se tornasse um "estrangeiro" na nova cidade e junto de outros homens. Vivendo, trabalhando, produzindo, comprometendo-se num destino singular que ele próprio criava ou modificava a cada passo, o imigrante tinha consciência de sua existência, pois não

podia haver destino fixado de antemão. Dentro de seu senso prático e objetivo, o que ele sentia ou percebia é que tinha de se realizar através de seu próprio esforço." (1953:245)

Eis a melhor descrição do herói moderno, daquele que sabe que está solto no mundo sem depender de forças desconhecidas a não ser de suas próprias para desencadear a mudança. Somente a ação dá a consciência de existência a este indivíduo, pois "não poderia haver de nenhum modo sabedoria em repouso". A sabedoria ou autodesenvolvimento não pode ocorrer sem o desenvolvimento econômico, desta forma o único meio que o indivíduo moderno tem para se tornar "sábio", para se desenvolver, é a transformação simultânea de si mesmo e do meio onde vive. Daí seu caráter heróico, transformador e autotransformador, liberador de imensas energias que antes estavam reprimidas em si próprio e nas coisas e pessoas que estão à sua volta (BERMAN, 1990:42).

Para LINHARES foi o ato transformador do imigrante alemão que em sua busca "ininterrompida e insatisfeita" preparou o terreno para que Curitiba se tornasse uma cidade moderna e industrial nos anos 50. Com a entrada deste herói "bem nórdico" a história se acelera, as paisagens do passado se transformam radicalmente e o movimento gerado pelo progresso começa a atingir todo o território paranaense. Para o autor, Curitiba era o exemplo de tal ação transformadora. Era visível o progresso: 343 indústrias dos mais variados setores incorporando "milhares de operários", novos edifícios surgindo onde antes havia velhas construções, ruas e avenidas bem iluminadas se ampliam por onde passam a circular cada vez mais automóveis e ônibus; o comércio se expande e as novas lojas são um espetáculo para os curitibanos, com suas vitrinas bem iluminadas e com muito neon; novas casas vão sendo construídas com "o que pode haver de mais moderno quanto ao bem-estar e à higiene", resultado não só das conquistas da técnica como também do artesanato trazido sobretudo pelos imigrantes alemães, do seu gosto pelo detalhe e de seu amor à propriedade." (1953:250).

Havia, contudo, mudanças que não podiam ser medidas e avaliadas tão concretamente e que diziam respeito às "atitudes psicológicas do paranaense de cidade", mudanças de mentalidade que eram decorrentes dos "novos tempos" mas para os quais muito contribuiu também os imigrantes alemães. O "paranaense de cidade" freqüentava restaurante, cinemas e clubes, dispunha de boas roupas, tinha rádio em sua casa,

praticava exercícios ao ar livre, participava de rodas de conversa nos cafés, enfim, criava "liames sociais" que revelavam sua "boa educação". Temístocles LINHARES traça o perfil burguês da sociedade curitibana, uma "comunidade de trabalho" que estava fundada em valores regionais "dentro de uma combinação de novas riquezas e energias" que a diferenciavam de outras regiões brasileiras. Elabora-se, assim, um discurso confirmador da identidade populacional do Paraná, fundamentado na história regional, uma história movida pelo progresso, produto do trabalho e da "disciplina educativa" que o imigrante alemão forjou; marca da diferença regional, do particular dentro do nacional. Mais do que marcar as diferenças, este discurso reavalia o passado, principalmente no que diz respeito à população.

No momento em que Temístocles LINHARES escrevia sua obra a economia cafeeira atraía grandes contingentes de migrantes mineiros, paulistas, gaúchos, catarinenses e nordestinos, que numa nova fase de ocupação territorial, representavam mais crescimento, fazendo-se necessário estabelecer um diálogo entre este novo Paraná e o tradicional, numa busca incessante pela integração das regiões e amenização das disparidades. O autor pede uma ação política melhor orientada no sentido de apoiar os novos assentamentos populacionais, principalmente no campo. Nesse sentido a ação do governo era fundamental, fosse construindo estradas que ligassem Curitiba às novas regiões, fosse construindo escolas e hospitais, liberando crédito para os agricultores, apoiando a iniciativa privada e a entrada de novos capitais que acelerassem o desenvolvimento industrial do Estado. Cabia, em última instância, ao governo, administrar esta nova fase de desenvolvimento que se iniciava com a entrada de novos contingentes populacionais. (IPARDES, 1987)

As preocupações de Temístocles LINHARES, bem como de outros intelectuais ligados ao governo, com a integração política do Estado, era bastante oportuna, tendo em vista a riqueza produzida pela economia cafeeira no norte do Estado. Este "Paraná novo" que surgiu nas primeiras décadas deste século poucas relações tinha com o "Paraná tradicional" cujo centro nervoso era a capital, Curitiba. As estradas para o norte começaram a ser construídas a partir de 1947 no governo de Moysés Lupion, e a única ligação do norte do Paraná era pelo Estado de São Paulo, por onde passava a estrada de ferro que escoava a produção cafeeira do Paraná. Além dos problemas infra-estruturais, a distância entre o "novo" e o "tradicional" não era apenas espacial, mas cultural. No nor-

te os tons de pele e o sotaque eram diferentes, as referências não estavam em Curitiba, Ponta Grossa, Lapa ou Castro, mas em São Paulo, Minas Gerais ou no nordeste brasileiro. Logo os "nortistas" começaram a ser chamados de "pés vermelhos" pelos "sulistas" numa clara referência preconceituosa à cor da terra onde trabalhavam. Mas eram os "pés vermelhos" que produziam a riqueza, renovando, com sua ação transformadora, o mito do "herói telúrico", responsável pelo desenvolvimento. Era necessário "integrá-lo", agir no sentido de construir uma identidade populacional e uma unidade territorial e isso cabia ao governo realizar, como pensavam os intelectuais naquele início dos anos 50.

Ao reavaliar o passado, os intelectuais paranaenses partiam de um consenso: a vida material tinha uma periodização semelhante à "nacional", repetindo-se aqui o "fenômeno dos ciclos econômicos". O Paraná havia passado pelo ciclo do ouro, do gado, da erva-mate, da madeira, dos negócios de terra e, no momento em que escreviam, o Paraná estava vivendo o ciclo do café. Era do café que vinham as riquezas particulares e públicas. Foi com a cultura do café que novas cidades começaram a surgir onde antes só havia mata:

"O sertão foi recuando e apareceram novas plantações, fazendas e vilas. Vilas que depressa cresciam e eram cidades. Cidades de intenso movimento, logo por outras suplantadas. É o desenvolver vertiginoso do chamado Norte Novo." (WESTPHALEN, 1953:85)

As cidades proliferavam com incrível velocidade. A Companhia de Terras Colonizadora do Norte do Paraná "plantava" cidades, atraindo população e capitais para a cultura do café. Logo novos centros urbanos começaram a se destacar no Estado, como Londrina, Arapongas, Apucarana e Maringá. Atraídos pelo "Eldorado" paranaense logo começaram a chegar os migrantes gaúchos e já no início dos anos 50 novas cidades surgiram também no sudoeste do Estado, com uma economia agrícola fundamentada principalmente no trigo e outros cereais. Passados cem anos de sua emancipação política, o Paraná havia crescido em riquezas e população. E o governo começava a cumprir o seu papel, conforme WESTPHALEN, ao programar um "vasto plano de obras" cujo objetivo era "mostrar ao Brasil e aos brasileiros quando das comemorações do centenário, em 1953, o que o Paraná conseguiu realizar, após um século de autonomia, na iniciativa particular e governamental".

(1953:87) Estradas, escolas, postos de higiene e puericultu-
ra amparo à produção agrícola, eram as ações orientadas pelo
governo para o interior do Estado. Porém, foi em Curitiba
que boa parte dos capitais destinados às obras públicas
foram aplicados, com as construções do Centro Cívico e das
obras do Centenário. Conforme as análises de intelectuais e
observadores políticos da época, estas obras "coroavam" a
ação do governo, simbolizando com o concreto armado e a
"arrojada arquitetura funcional", o intenso desenvolvimento
do Estado.

Em 1953 passado e presente se cruzavam na escritura
de uma história do progresso, mas também para preparar o
futuro. Esse futuro de onde sairia o "Paraná gigante" só
seria realidade se a par do desenvolvimento econômico o
"homem paranaense" pudesse se desenvolver tendo, para isso,
acesso à educação. O Paraná precisava de técnicos, de espe-
cialistas e de professores para construir o "Paraná gigan-
te", bem como de uma educação "para a mudança" conforme
LINHARES, visando a formação de indivíduos capazes de res-
ponder às necessidades de uma "sociedade em mudança".

Acompanhando o crescimento populacional, durante o
período 1932 a 1944 ampliou-se o número de matrículas de
crianças em idade escolar com a construção de novas escolas
isoladas e grupos escolares. Em 1952, segundo Temistocles
LINHARES, para o ensino primário o Estado contava com "mais
de 3 mil escolas isoladas e 204 grupos, além de 656 escolas
municipais"; e para o ensino secundário havia 6 colégios
estaduais, 33 ginásios e 17 escolas normais. Mas muito havia
ainda a se fazer. O quadro da educação no Paraná não era dos
mais animadores, principalmente no interior do Estado. Fal-
tavam escolas, material didático e professoras formadas em
Escolas Normais. A primeira Escola Normal do Paraná foi cri-
ada em 1870, em Paranaguá, iniciando suas atividades em
1876. Em 1940 funcionavam Escolas Normais em Curitiba e em
Ponta Grossa, e até o final da Interventoria de Manoel Ribas
havia escolas para a formação de professores em Jacarezinho
e Londrina. Erasmo PILOTTO, em seu livro A educação é direi-
to de todos (1952), defendia a existência de escolas normais
no meio rural, pois grave era a condição das escolas rurais
isoladas sem professores com formação especial. Segundo
PILOTTO três grandes resultados se esperava com a formação
de professoras nas escolas normais rurais: formar professo-
res que conhecessem os problemas locais e que exercessem
liderança na comunidade; que promovessem estudos sobre os
problemas pedagógicos da região e que vulgarizassem a cultu-

ra pedagógica junto aos pais de alunos e outros professores da região.

A formação das professoras era um dos aspectos mais preocupantes para autores como PILOTTO e LINHARES. Nesse sentido o Instituto de Educação de Curitiba teve um papel muito importante, pois era a principal escola de formação de professoras do Estado e procurava acompanhar as novas tendências psicopedagógicas bem como novos métodos e técnicas. A escola contava com um jardim de infância, equipes de orientadoras educacionais, um centro de artes plásticas e uma escola experimental fora da cidade. Segundo LINHARES, mais do que um centro de irradiação da cultura e o "maior laboratório pedagógico do Estado", o Instituto de Educação era o responsável com a formação de suas normalistas, pelo futuro das comunidades onde as professoras diplomadas iriam iniciar suas carreiras:

"(...) Se o Norte precisa de professoras diplomadas originárias de Curitiba, como de fato precisa, pois não há termo de comparação entre o rendimento da professora diplomada e o da professora leiga, o fato de serem elas de Curitiba, portanto do Sul, tem grande importância psicológica. Trata-se de realizar, por esse meio, a indispensável, a urgente aproximação entre paranaenses do Norte e paranaenses do Sul e de todos com a capital do Estado, que deve ser a capital de todos os paranaenses."
(1953:293)

Ao mesmo tempo que Curitiba voltava-se para o interior enviando suas professoras formadas, também se constituía em centro de atração para jovens que desejavam ter formação universitária. Segundo LINHARES este era um "intercâmbio humano" muito louvável que fortaleceria as relações entre o norte e o sul do Estado, destacando o papel que a Universidade do Paraná tinha na formação de novos profissionais.

Criada em 1912 e federalizada em 1950, a Universidade do Paraná era descrita com palavras elogiosas, considerada um símbolo do progresso cultural do Paraná e responsável entre outras coisas, pela transformação de Curitiba em uma cidade "moderna", "cosmopolita", "aberta". Ao lado de novos edifícios, das avenidas asfaltadas, do movimento dos carros e das vitrinas iluminadas, a Universidade completava o qua-

dro das mudanças descritas por ocasião das comemorações do centenário de emancipação política do Paraná. Há um destaque nesse momento, para o papel da Universidade e da educação no desenvolvimento: "O Paraná cresce e, galgando as escadarias de sua Universidade, seus filhos crescerão com ele.", era a legenda de uma fotografia do álbum Paraná Brasil publicado em 1953, onde três jovens estudantes subiam as escadas da Universidade "rumo ao futuro". Na mesma publicação há outra fotografia, de um colono, ou "pioneiro", que "tem amor ao campo, porém quer a sua menina no estudo. Ele acredita no milagre dos livros, no poder maior das escolas. Trabalha de sol a sol com a ambição de ter um filho formado. (...) Homens como esse são a força motriz da grande oficina do progresso que é o Paraná". Tais descrições revelavam mudanças numa realidade social mais ampla, onde a educação passava a ser considerada um valor, uma garantia de posição social para segmentos médios e não mais um "luxo" exclusivo às elites. Assim, a partir da década de 50 chegava em Curitiba um número cada vez maior de estudantes vindos do interior do Paraná e também de outros Estados, transformando-a na "Cidade Universitária".

A vida estudantil desse período é registrada como sendo "intensa", "fervilhante" e "muito participativa" como "um tempo melhor" do que o atual - para quem foi estudante entre as décadas de 50 e 60. Há um tom nostálgico nos depoimentos, principalmente quando se referem à participação política dos estudantes. Há um consenso de que "naquele tempo" os estudantes eram "mais conscientes" de seu papel social e, nesse sentido, as suas entidades representativas desempenhavam um papel decisivo, tanto nas atividades políticas propriamente ditas, quanto na organização de atividades assistenciais para estudantes com problemas financeiros e vindos do interior. Grande parte da vida estudantil girava em torno da União Paranaense dos Estudantes - UPE e dos Centros Acadêmicos de Medicina, Engenharia e Direito - C.As. A UPE tinha forte inserção no meio universitário, contava com um órgão de divulgação, sede própria, departamentos assistenciais, uma chácara, restaurante, biblioteca e um espaço onde os estudantes podiam ter acesso a uma "radiola e discoteca". Além disso a UPE organizava, junto com os CAs os trotes de calouros, campanhas de arrecadação de dinheiro para instituições filantrópicas e promovia bailes beneficentes.

Entre todas essas atividades a imprensa estudantil era aquela que melhor revelava a participação política dos estudantes. Os vários jornais que circulavam destacavam os

problemas específicos de cada curso, comunicavam as atividades acadêmicas que estavam programadas, criticavam a política educacional e também se posicionavam em relação às questões políticas nacionais. Havia a preocupação em chamar a "mocidade estudiosa" a cumprir sua missão, a não esquecer seu dever cívico e para isso não deveriam estar atentos apenas a seus livros e exames, mas a tudo que ocorria no país:

"Como estudantes nossa missão é zelar pelo interesse comum de nosso povo, pela integridade da nossa Terra, pela elevação da cultura e da disciplina e no mesmo terreno, vigiarmos os demagogos, os trapaceiros, os ladrões canonicizados, os políticos de profissão e os responsáveis pelos abalos e prejuízos que vem sofrendo a nação brasileira." (Walter Gastaldi, "Flâmula", 15-6-54)

Fortalecia-se a imagem do "estudante consciente", "participativo", representante de uma "vanguarda", de uma "classe dominante em termos intelectuais" ou, como dizia Temistocles LINHARES, os futuros "homens de elite". Elogiava-se a participação dos estudantes em movimentos populares, em greves e passeatas. Os trotes de calouros eram considerados verdadeiros espetáculos e uma excelente oportunidade para expor críticas aos políticos, à cultura, e aos valores sociais:

"A tarde cálida e quente de sábado encontrou Curitiba em galas de júbilo, ao ensejo do tradicional desfile em que os calouros são transfigurados pela mágica do trote em veteranos. Embora não apresentando o entusiasmo que sempre caracterizou o trote todavia agradou, propiciando ao curitibano mais de duas horas de derivativo alegre e entretenimento sadio. (...) Medicina, Odontologia e Farmácia foram o abre-alas. Cerca de duzentos calouros destas três escolas desfilaram, apresentando-se com grande envergadura e colhendo calorosos aplausos. Apresentaram críticas ao programa "Edifício Balança mas não cai", à novela "Direito de Nascer" com Albertinho Limonta, mamãe Dolores e outros; também foram "dissecados" pelos médicos assuntos esportivos com críticas ao

recente jogo Paraná x Bahia, assuntos políticos como a "Banana de São Bento", mais alegorias e outras citações." ("Opinião Universitária", ano 2, nº 6, maio/1952)

A "fervilhante" vida estudantil em Curitiba se dava principalmente pela presença de um grande número de estudantes vindos de outras cidades. Tal situação proporcionava uma intensa sociabilidade com festas, bailes, concursos de misses, chás e tardes dançantes, passeios e churrascadas. Além disso, "repúblicas" estudantis iam se formando bem como organizações como a União dos Gakusseis - entidade que agrupava estudantes descendentes de imigrantes japoneses - e grupos específicos de estudantes bolivianos e peruanos, que sempre promoviam festas e outras atividades no meio estudantil. Assim, o meio universitário de Curitiba ia se povoando cada vez mais de jovens rapazes e moças oriundos das mais diferentes regiões do Estado e do país e até mesmo de outros países, dando à cidade um movimento mais intenso.

A UPE e os diretórios acadêmicos empenhavam-se em congregar os estudantes não somente em torno dos temas políticos mais amplos como o nacionalismo e a defesa das liberdades democráticas, ou então de assuntos acadêmicos, mas agia em favor dos estudantes que não podiam contar com ajuda financeira de seus pais, mantendo para isso, departamentos assistenciais que supriam as necessidades médicas e odontológicas dos estudantes, um restaurante onde as refeições eram mais baratas, além de outras atividades que pudessem auxiliar o estudante que estivesse em dificuldades financeiras. Essas entidades reconheciam que um dos principais problemas enfrentados pelos estudantes vindos de outras cidades era a falta de moradia. Havia pensões, pequenos hotéis e pensionatos, mas nem sempre o aluguel era acessível e as instalações condizentes com as necessidades dos estudantes. Muitos viviam em condições bastante precárias em pequenas pensões, sem o menor conforto e pagando aluguéis bastante elevados. Assim deu-se início a um movimento no final da década de 40 para a construção da Casa do Estudante Universitário em Curitiba, fundada em 1948, atendendo inicialmente em torno de 140 rapazes. Tal moradia visava atender exclusivamente estudantes universitários cujas famílias estivessem com dificuldades financeiras e não pudessem mantê-los. A casa não visaria nenhum lucro e os estudantes pagariam uma mensalidade quase simbólica, apenas para a manutenção básica. Com o apoio do Governo do Estado a CEU recebeu sua sede

própria, ampliando suas instalações para receber 400 rapazes.

Foi nesse mesmo período que um grupo de estudantes universitárias ligadas à UPE e aos diretórios acadêmicos começaram a discutir a necessidade de uma casa para moças, semelhante à dos rapazes, para abrigar jovens mulheres vindas do interior e que não tivessem parentes em Curitiba. A idéia começou a ganhar simpatizantes não só no meio universitário, mas entre as senhoras da sociedade curitibana que cuidavam de obras assistenciais, bem como ganhou o apoio do Arcebispo Metropolitano.

Se a situação não era das melhores para os rapazes que vinham estudar em Curitiba, para as moças não parecia ser diferente, mesmo porque o número delas nas faculdades ainda era muito pequeno na década de 40. Tal situação começa a mudar a partir das décadas de 50 e 60, conforme a tabela:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR
CURSO COMPLETO, POR SEXO (+ 10 ANOS)
ESTADO DO PARANÁ 1950-1970

NÍVEL DE CURSO	1950	1960	1970
MULHERES			
Nenhum	0,1		
Elementar	88,1	86,0	79,0
Médio(*)	11,4	13,5	20,0
Superior	0,4	0,6	1,1
Total	100 (109.033)	100 (316.757)	100 (562.568)
HOMENS			
Nenhum	0,1		0,6
Elementar	82,3	83,7	78,6
Médio(*)	13,8	13,1	18,2
Superior	3,8	3,2	3,2
Total	(126.459)	(372.037)	(618.961)

FONTES: FIBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970.

(*) O ensino médio é a soma do 1º e 2º ciclos.

tabela 1

O aumento da escolaridade feminina nos níveis médio e superior deve-se, provavelmente, ao grau de absorção de mão-de-obra feminina por parte de setores administrativos, financeiros e educacionais, públicos e privados. Porém é no nível médio que as mulheres vão entrar num ritmo mais acelerado, embora isso venha ocorrer no nível superior também, basta compararmos a proporcionalidade homens/mulheres nos dois níveis de ensino entre 1950 e 1970.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PROPORCIONALIDADE ENTRE
OS SEXOS NOS CURSOS MÉDIO E SUPERIOR COMPLETOS.
ESTADO DO PARANÁ - 1950-1970.

SEXO	1950	1960	1970
NÍVEL MÉDIO(*)			
MASCULINO	58,5	53,3	50,1
FEMININO	41,5	46,7	49,9
TOTAL	100 (29.877)	100 (91.288)	100 (224.997)
NÍVEL SUPERIOR			
MASCULINO	91,5	87,2	77,1
FEMININO	8,5	12,8	22,9
TOTAL	100 (5.215)	100 (13.668)	100 (25.962)

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970.

(*) O nível médio é a soma do 1º e 2º ciclos.

tabela 2

Como pode-se observar na Tabela 2, o ritmo de escolarização feminina é bastante acelerado no nível médio enquanto há um decréscimo do número de homens nesse mesmo nível. Já no nível superior as mulheres são numericamente inferiores aos homens, mas a tendência é de crescimento, enquanto decresce a participação masculina.

De qualquer forma, a presença feminina nas universidades começava a ser cada vez maior e isso estava ocorrendo nos maiores centros urbanos do país, conforme a análise que COSTA (1984) fez para São Paulo entre 1940 e 1970. Segundo a autora, é pouco provável que a elevação das taxas de atividade feminina esteja relacionada com a evolução da escolaridade da população embora ela lembre que, do ponto de vista individual a probabilidade de uma mulher entrar no mercado de trabalho é tanto maior quanto mais elevado seu grau de escolaridade. (1984:41) A crescente escolarização feminina entre as décadas de 50 e 60 revela mudanças nos padrões cul-

turais no que se refere à educação para as mulheres e à entrada no mercado de trabalho. O fato é que cada vez mais, jovens mulheres conseguiam sair de casa com o apoio e o incentivo da família em busca de uma futura profissionalização, embora esse projeto não excluísse outras possibilidades como o casamento. Foram algumas dessas jovens estudantes que longe de suas famílias, decidiram criar uma moradia feminina para atender ao número crescente de universitárias que já havia em Curitiba.

Em 1953 Curitiba contava com aproximadamente 200 mil habitantes e a cada ano aumentava o número de pessoas que chegavam, fosse para estudar ou para procurar um emprego. Para os estudantes sem parentes ou amigos restava organizar uma "república" ou então procurar hotéis e pensões. As "repúblicas" de estudantes, opções de moradia que mereceriam um estudo a parte, eram, naquele período, formadas somente por rapazes. Os hotéis eram muito caros e as pensões constituíam-se em grandes problemas, principalmente para as moças:

"O número de moças que procura as faculdades no Brasil vem aumentando dia a dia. Estatística feita no ano passado acusou uma cifra de mais de cem moças pertencentes à Universidade do Paraná, procedentes dos mais diversos pontos do país. É, pois, uma centena de jovens que se intelectualiza, lutando, durante todo o tempo de estudo com o problema da habitação.

Dizer que não há casa para morar, seria faltar à verdade. Diariamente a imprensa anuncia endereços onde se encontram quartos para alugar, portanto, existem moradias, mas dificilmente preenchem as condições mínimas para a vida social, moral e intelectual da universitária." (*"Flâmula"*, 5-6-54).

Depoimentos confirmam esta situação. O problema não era a falta de moradia, mas suas condições. Quando as condições mínimas de higiene eram respeitadas havia ainda os conflitos com as donas de pensão. Tudo era rigorosamente controlado como o uso de ferro de passar, chuveiro e lâmpadas. Qualquer coisa que fosse usada, como o fogão, por exemplo, era acrescido um valor na mensalidade. Havia também o "problema moral", a promiscuidade, a presença de "pessoas suspeitas" que entravam e saíam das pensões, não caracterizando-se, portanto, um "ambiente familiar" próprio para

"moças de família". Havia ainda os pensionatos católicos, que ofereciam boas condições de moradia mas tinham regulamentos muito rígidos quanto aos horários de entrada e saída, não compatíveis com o ritmo de vida das estudantes. Segundo os depoimentos, tais pensionatos eram "muito fechados, não acompanhavam as mudanças, a nova liberdade das mulheres". (O.Z., vice-presidente da primeira diretoria da CEUC)

Frente a estes problemas que se tornavam cada vez mais perceptíveis e atingiam um número já significativo de estudantes, foi organizada em 1952 a Comissão Pró-Construção da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. Esta Comissão teve a duração de quase dois anos e concentrou os esforços das jovens estudantes que a partir daquele momento deram início à construção de um espaço exclusivamente feminino que atendesse as estudantes vindas de outras cidades e que aqui encontravam o grande problema de não ter onde morar. Contavam com o apoio da UPE e dos CAS que ofereciam à Comissão a arrecadação de suas "tardes dançantes" para apoiar a construção da Casa. Os Diretórios Acadêmicos com Departamento Feminino tinham suas representantes na Comissão e elaboravam estatísticas, questionários e artigos para os jornais onde procuravam obter apoio de outros estudantes e tornar pública a idéia da construção da Casa. Conseguiram também, o apoio da Liga das Senhoras Católicas e do Arcebispo Metropolitano, que facilitava o contato com a Reitoria e os políticos.

Em 1954 a Casa da Estudante Universitária de Curitiba - CEUC - começou a funcionar numa casa alugada na Rua José Loureiro, no centro da cidade. Suas moradoras - em torno de 20 moças - pagavam uma mensalidade muito pequena, apenas para manter uma cozinheira e uma ajudante, sendo o aluguel da casa pago pela Reitoria, graças às intermediações de D. Dalila Lacerda, a esposa do então reitor doutor Flávio Suplicy de Lacerda, e integrante da Comissão de Honra da CEUC, junto com a professora Dra. Maria Falce de Macedo, a primeira mulher a se formar em Medicina no Paraná, e D. Ivone Portela Natel, esposa de um vereador, consideradas pelas moradoras como "mães" ou "madrinhas" de todas elas. Ao elaborarem a documentação da Casa as moradoras tiveram o cuidado de manter a administração sob sua direção, pois não queriam que a Casa fosse um pensionato, mas que tivesse total autonomia de qualquer instituição, conforme o depoimento da primeira vice-presidente:

"Estas instituições filantrópicas gostam de exercer caridade e a Liga queria muito ficar

com a direção da Casa. Tivemos que fazer um determinado trabalho de diplomacia, porque não se queria isso. Nós queríamos a Casa dirigida, administrada com a vontade das estudantes.
(O.Z.)

Esse trabalho de diplomacia resultou na criação da Comissão de Honra, que não participava da administração da Casa, mas que ajudou a organizá-la, doando móveis e utensílios domésticos e desempenhou um papel de aconselhamento quando era requisitada pelas moradoras. Quanto à Reitoria nenhuma exigência foi feita, a não ser que as moradoras deveriam ser estudantes da Universidade do Paraná. Desta forma, desde sua criação a CEUC foi administrada por suas moradoras, embora recebesse ajuda financeira da Reitoria e do governo do Estado. Para conseguir uma subvenção do governo as moradoras muito precisaram de intermediários, os "conhecidos" que tinham relações com os políticos. Em junho de 1955 conseguiram a aprovação de uma subvenção anual de Cr\$ 120.000,00 pela Assembléia Legislativa, que foi muito comemorada:

"Nessa ocasião fomos em coro, muito bem arrumadinhas, graciosas e sorridentes à Assembléia para cumprimentarmos os deputados e pressioná-los. Nós causamos um impacto muito grande e todos queriam saber o que aquelas senhoritas tão graciosas estavam fazendo ali. Ninguém conseguiu votar contra. Foi uma experiência que ninguém tinha vivenciado e foi muito boa."
(O.Z.)

Os problemas financeiros da CEUC foram sempre uma questão presente no cotidiano das moradoras levando-as a enfrentar situações até então inimagináveis para jovens estudantes do interior, como ter que freqüentar o Palácio do Governo, a Assembléia Legislativa, a Prefeitura, a Câmara Municipal, sem falar nas constantes visitas a empresários da cidade e, mais tarde, as viagens para Brasília. Embora o feminino estivesse associado à fragilidade e à passividade, aquelas jovens iam, pouco a pouco, ampliando suas experiências no domínio público, assumindo responsabilidades sociais, marcando suas presenças, individualizando-se. Mesmo com dificuldades elas conseguiram fortalecer a CEUC e geralmente eram descritas como exemplo de perseverança. Segundo

os depoimentos de ex-moradoras as conquistas iniciais foram sobretudo, fruto da união entre as moradoras, do apoio dos estudantes e de "pessoas influentes", mas também do "sentimento paternal" que despertavam em governadores, reitores e deputados - embora algumas ex-moradoras afirmassem em seus depoimentos tratar-se de uma posição machista dos políticos que as viam como "mocinhas desprotegidas" que precisavam de ajuda. Machismo ou não, a proteção paternal de alguns governadores e reitores era bem-vinda na CEUC e sempre que podiam as moradoras cercavam-se desses "pais" nas festas e solenidades da Casa. Compreende-se porque a CEUC, enquanto instituição, nunca apoiou qualquer partido político e todos aqueles que a procuravam por ocasião das eleições eram bem recebidos, mas nenhum compromisso era selado. Individualmente cada moradora podia ter suas posições políticas e defendê-las, mas nunca enquanto moradora da CEUC. Autonomia era necessária não só na administração da Casa, mas também fora dela; só assim conseguiriam transitar mais seguramente por terrenos tão escorregadios. Foi com este tipo de ação que conseguiram estabilidade administrativa e a Casa se manteve sem maiores problemas, mesmo em momentos políticos não favoráveis aos estudantes.

Com o meio estudantil de Curitiba a CEUC sempre teve, desde sua fundação, um relacionamento bastante próximo, como também com a Casa do Estudante Universitário. Embora não atuasse diretamente nas disputas políticas dentro da UPE ou dos diretórios, o clima de euforia chegava a contagiar a Casa por ocasião das eleições, com moradoras participando das chapas concorrentes. O maior contato com as entidades estudantis ocorria por ocasião das festas e dos bailes. Era sempre uma boa oportunidade para conseguir dinheiro para a Casa ao dividirem a arrecadação dos bailes. Com a Casa do Estudante Universitário as relações eram menos estreitas embora fizessem algumas vezes festas conjuntas. Era no meio estudantil que as moradoras da CEUC conseguiam muito do apoio que precisavam para manter a Casa e embora a mantivessem muito fechada, principalmente para os homens, a participação individual das moradoras no movimento estudantil garantia para a Casa um certo respeito. Segundo as ex-moradoras isso ocorria, em grande parte, porque a Casa era "fechada", rigorosa com o comportamento das moradoras. Além desse rigor, algumas delas declararam que havia por parte dos rapazes um certo cuidado com as mulheres:

"Nesta época uma moça não saía sozinha na rua à noite. Havia um cuidado muito grande com a mulher, que era carinho. Sempre que tinha uma conferência à noite um colega se propunha a nos acompanhar até em Casa, sem namoro, era só acompanhar. Era um cavalheirismo, uma educação, uma finesse. Coisas desse tipo fazem muito bem, principalmente à mulher. Ela quer se sentir protegida." (O.Z.)

Muita coisa estava em jogo e o cuidado com a imagem da Casa era uma das principais preocupações das moradoras. Assim, o comportamento de uma moradora da Casa deveria ser exemplar, principalmente no que dizia respeito à conduta moral. Os mínimos detalhes eram observados, como as roupas, os hábitos, a maneira de falar e sorrir, as atitudes com os namorados, enfim, qualquer ato que pudesse revelar uma conduta não condizente com o que se esperava de uma "moça séria". E a moradora da CEUC devia, antes de tudo, ser uma "moça séria". Foi através desse restrito controle sobre o comportamento das moradoras que a CEUC passou a ser vista como um lugar confiável e de respeito:

"A CEUC era muito respeitada pelos estudantes e era muito moralista em sua administração. Não entrava homem. Era muito pior namorar uma moça da Casa da Estudante do que outra que morasse em qualquer outro lugar. Era preferível namorar uma moça que morasse com pai e mãe do que na CEUC. Havia uma barreira muito grande."
(C.F.M., presidente do DCE em 1967).

As moradoras da CEUC criaram um espaço exclusivamente feminino e fortemente regulado em torno da idéia que do comportamento feminino depende a honra de uma casa. Tentavam reproduzir ali as mesmas bases da organização familiar tradicional, onde a mulher é o "sustentáculo moral", responsável pelo "bom nome" da família e pela honra masculina, conforme as análises de PITT-RIVERS (1971) e ARAGÃO (1983). Não estavam organizando um pensionato ou uma "república" de estudantes, mas um "lar" e este devia ser fundado sob uma sólida base moral.

É através desta experiência que procuramos entender as mudanças que estavam começando a "desacomodar" um número cada vez maior de mulheres, fazendo com que elas entrassem

no mercado de trabalho e nas universidades, passando a viver situações que suas antepassadas nem sequer sonhavam ser possível um dia. Durante os anos 50 e 60 o Brasil, como também o Paraná, começavam a passar por um forte processo de industrialização e urbanização, possibilitando maior absorção das mulheres no mercado de trabalho o que elevou o grau de escolaridade feminina. Antigos tabus que dificultavam o acesso a algumas profissões para as mulheres como a medicina, direito e engenharia, já não eram mais aceitos no "mundo moderno". Assim, novos espaços começavam a se abrir para as mulheres através da educação.

A partir da década de 50 jovens mulheres ansiosas e inquietas, não mais aceitavam a interrupção de seus estudos para seguir diretamente para o altar. Parece que um novo desejo povoava a cabeça de centenas de jovens fazendo-as laçarem-se à "aventura" de sair de suas casas e partir para a realização de um projeto pessoal. Claro que tal movimento só foi possível tendo em vista as mudanças estruturais da sociedade brasileira, como também o investimento das famílias na educação feminina. Antes restritas ao espaço doméstico ou a uma extensão deste nas atividades filantrópicas, as mulheres passam a ter acesso às universidades e suas aspirações de profissionalização não são mais vistas com ressalvas, mas representam um futuro garantido, bem como uma elevação de status e prestígio também para a família.

A possibilidade de sair de casa e frequentar uma universidade só ocorreu, portanto, quando a família, este espaço incorporador, começou a aceitar e até incentivar a "independência" de suas mulheres. O problema se dá a partir do momento em que as mulheres passaram a viver sozinhas e a enfrentar novas situações mais complexas. Fora de casa, longe da família, começavam uma nova e importante experiência: transitar entre o público e o privado. A Casa da Estudante Universitária foi uma solução encontrada por algumas daquelas jovens mulheres que experimentavam pela primeira vez a situação de "ser livre", de estar só e contando apenas consigo mesma e, por este motivo, necessitando estabelecer novos laços afetivos. Em meio à solidão e à falta de referências imediatas aquelas estudantes criaram um espaço intermediário entre o privado e o público, mas fortemente vinculado aos valores morais do primeiro. Entender a organização de um espaço como a CEUC e seu significado para aquelas jovens mulheres, é pensar sobre a condição feminina naqueles anos 50 e 60. Os "novos tempos" exigiam também novas atitudes por parte das mulheres e de vários pontos vão

se emitir discursos sobre o papel da mulher no mundo moderno.

NOTAS

- ARAGAO, Luiz Tarlei de. 1983. "Em nome da mãe" IN FRANCHETTO, B. et alii. Perspectivas antropológicas da mulher-3. Rio de Janeiro, Zahar.
- BERMANN, Marshall. 1990. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras.
- COSTA, Leticia B. 1984. Participação da mulher no mercado de trabalho. São Paulo, IPE-USP.
- IPARDES. 1987. O Paraná reinventado: politica e governo. Curitiba.
- LINHARES, Temístocles. 1953. Paraná Vivo; um retrato sem retoques. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- MARCASSA, João. 1989. Curitiba, essa velha desconhecida. Curitiba, Refripar.
- PILOTTO, Erasmo. 1952. A educação é direito de todos. Curitiba, Papelaria Max Roesner.
- PITT-RIVERS, Julian. 1971. "Honra e posição social". IN PERISTIANY, J. G. Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. p. 11-59.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. 1953. Pequena História do Paraná. São Paulo, Melhoramentos.

Capítulo II

Mulheres nos Tempos Modernos

"As mulheres não se conformam mais com a vassalagem em que têm vivido e agora vemo-las saírem a campo para se afirmar como seres humanos, realizando alguma coisa em favor da coletividade." (LINHARES, 1953:342)

"Cinquenta anos em cinco": este era o lema do governo JK, conclamando a sociedade brasileira a um movimento único em direção à modernização e ao desenvolvimento do país. A partir de 1955 o Brasil passaria a viver sob a ideologia do desenvolvimento integrado e de um projeto de industrialização de bens de consumo que começavam a atingir segmentos da população cada vez mais expressivos no meio urbano, aptos a consumir os produtos mais sofisticados da indústria automobilística, de alimentos e de vestuário. O crescimento do pólo urbano-industrial fez-se acompanhar do crescimento do setor terciário, ampliando significativamente o emprego de mão-de-obra feminina mais especializada nos setores administrativo, financeiro e educacional. Novas oportunidades começaram a surgir para as mulheres das camadas médias, principalmente nas chamadas "atividades femininas", profissões que permitissem conciliar o trabalho com o cuidado do lar. O acesso das mulheres ao domínio público nos levou, portanto, a analisar algumas das representações sobre o feminino entre as décadas de 50 e 60, especialmente aquelas que se referem à formação profissional e ao conjunto de atitudes e comportamentos que caracterizariam a "mulher moderna".

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial as mulheres vinham assumindo papéis no mundo produtivo que até então eram de atribuição exclusivamente masculina, principalmente nos países mais envolvidos diretamente com a guerra. No Brasil isso também ocorreu, embora não tão maciçamente como nos Estados Unidos ou nos países europeus, ampliando os espaços de atuação feminina sobretudo na indústria e no comércio. Conforme a análise que Leticia COSTA (1984) faz da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado de São Paulo, houve um crescimento acelerado da demanda de trabalho feminino entre as décadas de 50 e 60, resultado em parte, das mudanças na economia brasileira e da urbanização.

No início dos anos 50 o trabalho extra-doméstico já era uma realidade que atingia cada vez mais um número crescente de mulheres, derrubando as idéias que associavam o feminino à incapacidade e à fragilidade e introduzindo uma nova imagem, diferente da dona-de-casa e mãe. A imagem da mulher trabalhadora vem associar-se a outras imagens que

povoavam o universo feminino daquele período, como as artistas de cinema, as primeiras-damas, as cantoras do rádio e as misses. Entre o tradicional e o moderno formava-se uma "nova mulher" consciente de que poderia assumir novos papéis além daquele que a "moral mais aceita" lhe havia concedido como "missão" a ser exercida dentro do lar.

No processo de formação da "nova mulher" a educação tinha um grande destaque, principalmente para as mulheres das camadas médias urbanas, que viram em alguns cursos secundários a possibilidade de profissionalização e de acesso às universidades, embora o casamento ainda fosse o ideal mais disseminado.

Desde o início do século XX algumas escolas já preparavam as mulheres para exercer profissões que fossem adequadas ao sexo feminino, como o magistério e a enfermagem. Tais escolas de nível médio e profissionalizante fundamentavam-se nas discussões sobre as diferenças "naturais" e psicológicas para justificar a necessidade de uma educação diferenciada para homens e mulheres. Dentre estas escolas é a Escola Normal que vai ter um papel preponderante na educação feminina, possibilitando às mulheres das camadas médias oportunidade de formação mais ampla e de profissionalização. Ao analisar a "feminização" do magistério BRUSCHINI e AMADO (1988) comentam que este processo se deu porque ensinar era considerado uma extensão do cuidado com crianças:

"Embora o encargo da mulher com a socialização infantil seja fruto da divisão sexual do trabalho, diferenças biológicas são invocadas para justificar esse fato como "natural". Daí a considerá-lo uma "vocação" é apenas um pequeno passo." (1988:7)

Também Guacira LOURO ao analisar a formação feminina pela Escola Normal, confirma que "a formação da normalista confundia até certo ponto o papel de professora com o de mãe; por isso se falava tanto em vocação e era senso comum a idéia de que a mulher era mais adequada ao magistério primário." (1987:33 e 32) Além da associação entre escolha profissional e vocação, o magistério possibilitava às mulheres conciliar trabalho e tarefas domésticas, caracterizando-se portanto, como uma profissão compatível com o ideal tradicional de mulher-dona-de-casa e mãe e com as idéias modernas sobre a participação feminina no mercado de trabalho.

Apesar do incentivo ao trabalho e à educação o que se visava era, acima de tudo, uma adequação da condição feminina aos "novos tempos", ou seja, desejava-se romper com o passado em todos os sentidos - econômico, político, cultural - e a imagem submissa e inativa da mulher recolhida ao lar começava a ser questionada. Exigia-se da mulher uma nova atitude, mais "dinâmica", mais "eficiente", que colocasse sua "natureza" ou suas "aptidões naturais" a serviço do "bem comum". Começava-se aceitar e até incentivar a individualização feminina. Contudo, tal processo devia ocorrer dentro de uma ordem e orientado por uma concepção tradicional do feminino. Nesse sentido entende-se porque o magistério era o curso de nível médio mais procurado pois formava "mulheres cultas" sem afastá-las dos "deveres específicos de seu sexo"; era mais uma vocação do que uma profissão, embora para muitas delas a escola tenha provocado outros comportamentos como o desejo de saber mais e de realizar-se profissionalmente. O papel de dona-de-casa e mãe podia ser exercido independentemente da profissão; era o que algumas jovens mulheres começaram a descobrir com a ampliação do nível de escolaridade.

Retomando BRUSCHINI e AMADO (1988) um dos motivos que pode explicar o aumento da procura pela Escola Normal entre as décadas de 50 e 60 é que a partir de 1953 as normalistas teriam o direito de ingressar em qualquer curso superior, além do de Filosofia, já permitido desde o início da década de 40. Cursos como Odontologia, Farmácia, Medicina e Direito passaram a ter uma procura maior pelas mulheres, embora a concentração de estudantes do sexo feminino fosse maior nos cursos pedagógicos. De qualquer forma, iniciava-se, na década de 50 um período de crescente escolarização feminina, o que nos leva a pensar sobre os valores presentes no momento da escolha do curso e nas reações às mudanças provocadas pela saída das mulheres do espaço doméstico, mesmo que fosse temporariamente.

Em 1954 a professora Maria Olga MATTAR publicava sua tese de livre docência intitulada "O preconceito e sua força desagregadora na vida social", única pesquisa encontrada sobre o tema neste período, no Paraná, com grande quantidade de dados e um dos capítulos referia-se especificamente aos preconceitos de sexo, principalmente aqueles que se fundamentavam na inferioridade física e intelectual do sexo feminino. Nesta pesquisa a autora revelava sua preocupação em desmistificar alguns preconceitos contra as mulheres, mostrando que nada havia de anormal no fato delas procurarem

aprimorar seus conhecimentos e desejarem algo mais do que cuidar do lar. Seus argumentos fundamentam-se na "natureza feminina", reforçando, portanto outros estereótipos, como ao afirmar que as mulheres têm qualidades morais que se sobrepõem aos homens e que às mulheres cabe o principal papel dentro do lar, atendendo naturalmente aos seus fins biológicos. Seu principal objetivo era mostrar como os preconceitos de sexo estavam presentes no momento de escolha de um curso e na concepção do feminino, tanto entre as mulheres, como entre os homens.

A autora admite que biologicamente a mulher tem diferenças importantes em relação ao homem, como também possui menos força física. Contudo, a mulher é, segundo a autora, mais corajosa, principalmente no que se refere à dor física e mesmo moral:

"Se a força física é um dom biológico cedido ao homem e que precisa apenas ser desenvolvido, suportar a dor, física ou moral é dom superior, que precisa ser cultivado. Sem invertermos a hierarquia de valores, qual o que exige mais força de caráter?"

(MATTAR, 1954:34)

Ao tentar provar que a mulher não é inferior ao homem a autora resgata a polarização passividade/dominação, invocando a passividade como "dom superior", remetendo, portanto, a discussão, para o terreno da natureza e da moral ao eleger a força de caráter como pressuposto de diferenciação e de comparação. Começa, assim, a fundamentar sua concepção sobre o feminino.

Seguindo sua análise, uma das piores consequências do preconceito de sexo para as mulheres é o que ela chama de "deserção da feminilidade", pois frente às inúmeras desvantagens apresentadas às mulheres, algumas passavam a adotar um ideal de vida masculino, o que levava a um desprezo pelas "tarefas femininas" entre as meninas, principalmente em matérias específicas nos colégios, como os trabalhos manuais e a economia doméstica. Apesar de seu incentivo à educação feminina e ao acesso ao mercado de trabalho a autora lembra que tal processo não pode ocorrer desvinculado da "função biológica" da mulher, associando a "feminilidade" à "domesticidade". Procurando definir o papel da mulher na sociedade a autora recorre a uma passagem do livro "A mulher no século XX" de Plínio Salgado:

"O preparo da mulher para todas as eventualidades é hoje um impositivo a que não podemos fugir; nunca, porém, perdendo de vista que a mulher biologicamente foi feita para o lar e tem que dispende a sua energia num alto sentido moral e espiritual, porque dela depende o teor do caráter dos homens e mulheres do amanhã, e será ela, a mulher, que dará o tom à sociedade do futuro e ao sentido da sobrevivência da Pátria".

(SALGADO IN MATTAR, 1954:37)

Nota-se nessa citação como também nos comentários seguintes uma concepção positivista da mulher: ela é a formadora das gerações futuras e a mantenedora dos valores morais. Dentro dessa concepção a realização plena da mulher só é possível se a sua formação for direcionada para fora - filho ou aluno - atendendo um dever que lhe está destinado por sua própria natureza:

"Dentro do realismo cristão a mulher encontra a fórmula higiênica de sua plena realização social, na euforia física e moral dos equilíbrios perfeitos do corpo e espírito, sintonizando segundo os seus fins biológicos os seus fins sobrenaturais e, portanto, preparada para enfrentar todas as circunstâncias e necessidades dos novos tempos."

(MATTAR, 1954:37 e 38)

Mais do que situar historicamente as desigualdades de gênero que estão na raiz dos preconceitos - objeto de análise da autora -, observa-se que suas colocações iniciais visavam, antes de tudo, provar que não havia nenhuma incompatibilidade entre a formação da mulher e a idealização tradicional do feminino, pelo contrário, uma "mulher culta" seria, conseqüentemente, mais apropriada para educar seus filhos e formar o "caráter dos homens e mulheres do amanhã", como estaria mais preparada para enfrentar as dificuldades financeiras caso não tivesse com quem contar. Revela-se assim, uma visão utilitarista da educação feminina onde a questão da profissionalização e da carreira não estavam em primeiro plano, mas sim uma formação geral, que resultaria numa futura dona-de-casa e mãe mais preparada.

Com o objetivo de analisar a extensão do preconceito de sexo entre as pessoas que estavam estudando, a professora realizou uma pesquisa entre 405 estudantes de ambos os sexos no nível médio e superior. Foram entrevistadas 259 moças e 146 rapazes, utilizando-se um questionário com 11 perguntas para as moças e 5 para os rapazes. O objetivo era saber como as moças sentiam o preconceito contra o sexo feminino e até onde elas mesmas o confirmavam e, em relação aos rapazes, o objetivo era descobrir o conceito desses sobre o sexo feminino. As perguntas endereçadas às moças estavam divididas em três blocos: o primeiro referia-se à escolha do curso que estavam fazendo, suas dificuldades para realizá-lo e as influências que sofreram no momento da escolha; o segundo bloco referia-se às carreiras adequadas ou não ao sexo feminino e à idéia de inferioridade intelectual da mulher; e o último bloco objetivava conhecer o conceito sobre a mulher e o homem, assim como a definição do papel social de ambos. Utilizamos esta investigação porque as respostas individualizadas revelam como, naquele momento, as novas atitudes em relação ao acesso das mulheres ao domínio público estavam marcadas pela polarização e mesmo uma tensão entre o moderno e o tradicional.

No que diz respeito às dificuldades encontradas pelas entrevistadas para realizar o curso que escolheram ou que ainda desejavam escolher, surgem, principalmente, os impedimentos familiares. Os motivos mais alegados eram:

- "A vontade de papai e mamãe me levou a frequentar o Normal";
- "Minha mãe achava que o papel mais importante da mulher é como esposa e mãe";
- "Meus pais sempre acharam que a mulher necessita para a vida apenas o Curso Secundário e de Artes Culinárias";
- "Papai achava fantasia minha a idéia de tirar o curso superior, mas quanto ao Normal foi de pleno acordo";
- "O lugar da mulher é em casa e não na Universidade";
- "A mulher nunca termina o que começa".

Estas frases revelam que o ideal continuava sendo o casamento, embora muitas moças estivessem indo além do curso secundário e entrando em cursos onde a predominância era masculina. O Normal era o curso mais aceito por parte das famílias porque era profissionalizante, permitindo às moças formadas exercer uma profissão bastante valorizada na época, até o casamento, podendo continuar a trabalhar caso preci-

sassem ajudar os maridos. Podem também indicar como as escolhas individuais das moças estavam, na sua grande maioria, de acordo com os projetos de suas famílias.

Quanto ao que as entrevistadas pensavam sobre as carreiras adequadas à mulher surge a questão da vocação. Nem todas consideravam qualquer carreira adequada às mulheres, embora algumas declarassem que qualquer profissão exercida com boa orientação e tendo vocação, poderia ser acessível à mulher. As carreiras consideradas mais adequadas, por ordem de aceitação, são: magistério, farmácia, medicina, odontologia, filosofia e dona-de-casa, e aquelas com maior rejeição são engenharia e direito. As respostas revelam que era fundamental, não importando muito qual a profissão escolhida, que a mulher conciliasse suas atividades profissionais com o cuidado do lar, embora muitas lembrassem que havia carreiras mais adequadas à mulher:

"Penso que os cursos que nos formam para a vida prática, do lar, são os melhores, porém uma engenheira, por exemplo, pode ser também uma boa dona-de-casa."

As respostas mais significativas referem-se ao papel da mulher na sociedade. Basicamente há dois tipos de respostas. O primeiro tipo aproxima-se muito das colocações iniciais da autora sobre o papel da mulher na sociedade:

- "Ela é o esteio moral da família e em consequência disso ocupa papel de importância na vida social";
- "Ser útil a todos que a rodeiam";
- "Elevar-se moral, intelectual e fisicamente, ajudando o progresso dos seus e da humanidade de maneira sadia";
- "Orientadora, conselheira, medianeira, colaboradora eficiente em todos os setores da atividade humana".

O outro grupo de respostas reservou às mulheres apenas as funções domésticas, enquanto esposa, dona-de-casa e mãe, sendo consideradas pela autora como representantes de um "conceito limitado" sobre a mulher. No conjunto, tanto a pesquisa quanto as afirmações das entrevistadas revelam que as novas oportunidades de realização pessoal que começavam a surgir para as mulheres não se faziam acompanhar de novos valores necessariamente.

As respostas dos rapazes demonstraram duas atitudes básicas: uma de reprovação e reserva e a outra de aceitação

das mudanças. A primeira pode ser definida pela seguinte exposição:

"Na sociedade atual a mulher está fugindo de sua verdadeira função na família, assim é que contrata uma empregada para cuidar de seus filhos, se os tiver, e embrenha-se em muitos ofícios que só ao homem deviam pertencer."

E a segunda:

"Não se admite hoje em dia a mulher como simples dona-de-casa. É a mulher mais que simples expectadora nos momentos que atravessamos. O verdadeiro papel da mulher, a meu ver, na atual conjuntura hodierna, é de igual plano ao do homem, ressaltando naturalmente as condições intrínsecas do sexo."

Há por parte de alguns rapazes uma atitude de total reprovação à entrada das moças nas universidades. Revelam sua preocupação com o "destino" da família se a mulher deixar de se ocupar com o lar e passar a ocupar o "lugar do homem". Esse parece ser o principal entrave, pois algumas respostas, após um breve discurso sobre a família, o lar e os filhos, terminavam lembrando que o acesso das mulheres à universidade poderia representar um perigo à estabilidade masculina, não somente no mercado de trabalho, mas nas relações sociais entre os sexos. Observa-se tal apreensão masculina em não poder mais "controlar" as mulheres, nas respostas sobre o que mais indigna um homem na atitude da mulher moderna:

- "Querer mostrar-se igual ao homem";
- "Tomar parte na política";
- "Andar na rua com atitudes próprias de homem";
- "A atitude que toma querendo masculinizar-se, bebendo, jogando, fumando, enfim, fazendo coisas de homens".

Em compensação, as coisas que mais admiravam nas mulheres eram, o "amor ao trabalho caseiro", a "modéstia", a "fragilidade feminina" e a "conquista de seus direitos".

Percebe-se que havia por parte de algumas reações o medo de uma mulher masculinizada que pudesse transitar indiferentemente por qualquer espaço da vida pública e isto era

insuportável numa sociedade que até então confinara suas mulheres ao lar cuidando dos filhos e esperando seus maridos. A modernização das relações econômicas e sociais era bem vista pela maioria das pessoas informadas no país, contudo quando se tratava das relações de gênero havia limites "impostos pela moral". A formação intelectual das mulheres já não era mais motivo de escândalos e reprovações mas suas atitudes no domínio público deviam se pautar pelo recato, pudor e modéstia, virtudes essas, associadas ao feminino.

Conforme a análise de GAY sobre as reações masculinas frente ao movimento de emancipação das mulheres na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e na Europa, o que estava em jogo era a autopercepção do homem:

"Para a maioria dos homens que se regalavam com a dominação, uma mulher que abandonasse sua própria esfera constituía não apenas uma anomalia, uma mulher-macho; mais que isso, levantava incômodas questões quanto ao papel masculino, um papel que não se definia mais isoladamente, mas numa constrangedora confrontação com o sexo oposto." (1988:128)

Para os rapazes entrevistados por MATTAR não se tratava de uma possibilidade, mas da presença efetiva de mulheres em espaços antes destinados somente a eles. A convivência com as mulheres começava a se dar em outros planos além do espaço doméstico, proporcionando-lhes novas situações de enfrentamento dos sexos numa relação mais igualitária - a sala de aula, por exemplo, e porque não dizer, constrangedora, pois após tanto tempo de separação e de dominação exclusivamente masculina as mulheres começavam a se definir também em áreas de atuação antes restritas aos homens, possibilitando novas formas de relação de gênero, não mais baseadas na hierarquia, mas em valores como competência, competição e responsabilidade.

Embora os homens e mulheres comessem cada vez mais a se relacionar fora da esfera doméstica em posições mais igualitárias, os padrões de comportamento e os modelos de homem e de mulher vigentes eram extremamente segmentados e hierarquizados numa relação de dominador/dominada.

É o que observamos na literatura feminina da época como também nas revistas femininas de grande circulação nacional. Nessas publicações que atingiam um grande número de leitoras admirava-se a conquista de alguns direitos como

a possibilidade de escolha por parte das mulheres e de seu maior "dinamismo", mas a referência continuava a ser um modelo feminino pautado pelo recato, pela pureza sexual e por uma posição de passividade nas relações de gênero.

Ao analisar os romances de M. Delly publicados no Brasil entre 1935 e 1960 na coleção "Biblioteca das Moças", Rosane M. PRADO (1981) reconhece a existência de padrões específicos de homem e de mulher que são complementares e circunscritos a um modelo de casamento, de amor e de moralidade. Tais romances foram lidos por várias gerações de jovens mulheres, fazendo parte de um ethos feminino e alimentando a construção da identidade feminina dessas gerações. (1981:77) Seguindo a análise de PRADO, as histórias são centradas em mulheres sempre num clima de conto de fadas, afastando-se, portanto, da realidade das leitoras brasileiras, mas, no plano simbólico tudo faz sentido e a fantasia apresenta-se carregada de valores. Com poucas variações de enredo e de modelos para o par central do romance, o herói e a heroína possuem características que são invariantes. São sempre belos, inteligentes e possuem qualidades "inatas" que os distinguem dos anti-heróis e das anti-heroínas. A heroína é uma mulher "doce, frágil, séria, jamais vaidosa ou mundana, de formação católica", tende à perfeição, é pura e recatada. O modelo de mulher subjacente nos romances é representado pela heroína remete à idéia do sexo frágil, tanto no plano biológico - a heroína cora, tem frêmitos, palpitações e vertigens -, como no plano das relações onde o homem domina a heroína desamparada. Outro aspecto desse modelo é a subordinação. A mulher está sempre numa situação de dependência em relação ao homem, pois sua pouca experiência e o tipo de vida restrita que leva, faz com que necessite de um guia, de um protetor. Além disso, a mulher atua na esfera privada, se destaca por suas "qualidades domésticas", em oposição ao homem, que se destaca na esfera pública, na administração de seus negócios.

Como complemento dessa mulher frágil, submissa e doméstica, há uma "ideologia da pureza", uma atitude de recato e de valorização das qualidades morais que permitem à heroína uma certa margem de manipulação, de poder mesmo. Daí o sucesso da heroína. Ela "vence" por suas virtudes, por valores que lhe são inatos e não pela ação no mundo. Sua conquista é manipulação pela honra e pela moral.

Rosane PRADO lembra que esses romances eram o tipo de leitura muito usado até meados da década de 60 como instrumento de controle das jovens e o modelo da heroína atendia

as expectativas de comportamento vigentes. As heroínas dos romances não transgridem regras de comportamento, são corajosas, ativas, puras, vencem pelo convencimento e por isso merecem o amor do herói. Trata-se, portanto, de um ideal de mulher que "vence", e obtém seu reconhecimento pessoal, mas está restrita ao poder masculino; é ao homem que dirige sua ação.

Contrastando com as heroínas por sua negatividade, as anti-heroínas transgridem, subvertem, ousam, e por esses motivos "perdem". Suas características negativas - artificialismo, agressão, ousadia, autoritarismo, vaidade, audácia, sensualidade, arrogância a fazem "masculina", "não-mulher".

Conforme a análise de PRADO, as heroínas dos romances de M. Delly não são "bobas e ingênuas" e nem tão passivas a espera de um homem. Elas possuem várias qualidades positivas acrescidas de mais uma: a pureza. Elas vencem - conquistam o herói - porque são persuasivas, pacientes, não se impõem como as anti-heroínas. Ela é o modelo feminino idealizado porque não subverte as relações de gênero e não representa uma ameaça aos homens.

Retomando as respostas dos rapazes e das moças na pesquisa da professora Olga MATTAR vemos como esse modelo da heroína dos romances era socialmente valorizado e alimentado, constituindo-se quase como um paradigma de comportamento feminino. Lentamente admitia-se a presença das mulheres em algumas esferas da vida pública, entretanto a importância da esfera doméstica era muito grande, bem como os valores tradicionalmente definidores do feminino reproduzidos pelos romances e pelas revistas femininas.

É na imprensa feminina que a polarização entre o tradicional e o moderno tem uma dimensão maior, seja pelos conteúdos veiculados, seja pelas características desse tipo de imprensa, produzida para atender uma clientela específica. Acompanhando as grandes transformações estruturais da sociedade, a imprensa feminina passou a incorporar, além da literatura e da moda, outros temas, como a casa, a beleza e a culinária, divulgando e estimulando o consumo de novos produtos colocados no mercado. Por volta de 1940 quatro grandes editorias estavam presentes nessa imprensa: casa, beleza, moda e culinária, entretanto a imprensa feminina é a mais eclética de todas, tratando de qualquer assunto, como pode se observar pelo grande número de seções que caracteriza a maioria dos veículos. Por ser um produto amplamente consumido por um público especificamente feminino acreditamos que

tenha contribuído na formação de várias gerações de mulheres, reproduzindo estereótipos, reforçando preconceitos, mas também introduzindo novos temas e, com certeza, redefinindo paulatinamente o modelo da "mulher moderna".

Na década de 40 as revistas O Cruzeiro e A Cigarra tinham grande popularidade e ambas possuíam seções femininas, além de trazerem muito material fotográfico e várias matérias jornalísticas. Porém a imprensa feminina no Brasil se inicia com a publicação Grande Hotel, uma revista de fotonovelas, similar às publicações européias e que logo se tornou uma espécie de "leitura obrigatória" entre a maioria das mulheres das mais diferentes faixas etárias. Em 1952 é lançada a revista Capricho que além de trazer contos e fotonovelas, trazia invariavelmente temas ligados à moda, beleza e culinária. Era uma revista destinada à "mulher moderna", conforme vinha impresso na sua capa. O sucesso de Capricho foi tanto que no final da década de 50 sua tiragem chegou a 500 mil exemplares, constituindo-se o carro-chefe da Editora Abril. Em 1958 é lançada pela mesma editora a revista Manequim, uma publicação especializada em moda e que trazia moldes de costura como outros trabalhos de agulha, encontrando boa aceitação por parte do público feminino. Enfim, em 1961 é lançada, também pela Abril, a revista Cláudia, inovando no mercado editorial especializado ao incentivar o consumo dos produtos industrializados e trazendo a público temas polêmicos e abrindo novas editoriais além do tradicional casa-moda-corção.

O Cruzeiro não era uma revista feminina propriamente dita, procurando divulgar semanalmente os principais acontecimentos nacionais e internacionais, embora tivesse muitas leitoras entre seus consumidores. Suas páginas abrigavam várias categorias femininas da época que se destacavam pelo cosmopolitismo, pela presença em público, como as estrelas de Hollywood, as atrizes do teatro brasileiro, as cantoras do rádio e as misses, como também as representantes das elites locais que todos os anos faziam sua aparição nas páginas da revista vestidas com trajes de gala na lista das "Dez Mulheres mais Elegantes" do ano. Grande parte da revista era, portanto, povoada por mulheres "distantes" da realidade das leitoras, introduzindo novas imagens:

***"Um manequim é, antes de tudo, uma mulher
"chic" e sofisticada. Todos os seus atos são
pré-fabricados. Mesmo o vício do fumo consti-***

tui uma demonstração de "classe". (O Cruzeiro, janeiro de 1955)

Segundo Guacira LOURO (1987) mesmo que as revistas não pretendessem qualquer posicionamento crítico, possibilitavam uma confrontação de modelos, colocando aquelas mulheres "sofisticadas" e seus comportamentos extravagantes - os diversos casamentos e romances das artistas de cinema - até como uma idealização para as mulheres brasileiras. Revistas como O Cruzeiro popularizavam, portanto, outras imagens além da dona-de-casa.

Ao lado dessas imagens modernas de mulher havia espaço na revista para o tradicional nas seções "Da mulher para a mulher" assinada por "Maria Tereza" e "Elegância e Beleza" escrita e assinada por Elza Marzullo. Na primeira a autora discutia as "novidades" relativas à moda, à puericultura, aos costumes e também, respondia cartas de leitores e leitoras onde exercia o papel de conselheira sentimental; e na segunda, Elza Marzullo trazia sempre algum assunto ligado aos cuidados com o corpo, alimentação e boas maneiras. Eis alguns conselhos de Elza Marzullo para a jovem que ia a um baile:

"Não se exhiba em movimentos coreográficos, atitudes dramáticas, românticas ou extravagantes. Não procure imitar artistas de cinema, pois com isso você só poderá parecer ridícula. Nunca se esqueça de que as atitudes é que revelam a sua educação. Movimente o corpo com graça, ritmo e leveza. Não se aproxime ou se afaste demais do seu cavalheiro. Não converse muito enquanto dança, nem ria, nem tome uma atitude de mártir, como se cumprisse um inevitável sacrifício. Seja natural, discreta, uma perfeita parceira do seu cavalheiro. Não olhe insistentemente para outros cavalheiros que dançam. Não assuma atitudes muito íntimas e, acima de tudo, não cante acompanhando a orquestra e não "durma" sob o ombro do seu par." (O Cruzeiro, 2-1-54)

A jovem que se comportasse segundo essa "receita" bem que podia ser uma personagem dos romances de M. Delly. O comportamento feminino em público devia se pautar pela contenção de gestos e atitudes e essa passagem é bastante reve-

ladora do quanto era limitada e estreita a margem de ação para as mulheres. Das sete frases apenas duas não são negativas, revelando com esse recurso um modelo de mulher a ser evitado e ditando, por contraste, o modelo ideal de mulher. Nesse sentido é interessante observar que todas as frases estão no imperativo reforçando a posição persuasiva da autora e a imposição de regras de comportamento. Como muito bem analisou Dulcília S. BUITONI (1986:75) a imprensa feminina tem armadilhas lingüísticas que convencem por uma imposição sub-reptícia e pela persuasão, raramente abrindo-se a questionamentos.

Os melhores exemplos dessa linguagem persuasiva e impositiva estão na seção de "Maria Tereza", que fala "da mulher" para "a mulher". Com uma variedade maior de assuntos, "Maria Tereza" usava e abusava do aconselhamento, visando sempre um modelo de mulher: a dona-de-casa, não importando as diferenças de idade, de escolaridade, de estilo de vida ou de poder aquisitivo. "A mulher" que ela idealizava era universal, porque suas referências estão mais no plano biológico do que no plano cultural, remetendo-se sempre - como explicação em última instância para o comportamento feminino - à "natureza feminina". Outro tema muito caro a "Maria Tereza" é a "dignidade feminina", valor que deveria estar acima de qualquer outro para a mulher. Em algumas respostas a autora faz severas críticas às moças que eram "levianas", que permitiam "certas liberdades" aos rapazes, contribuindo, assim, para a difamação do sexo feminino. Sem usar palavras específicas para discutir a sexualidade, tendo em vista a forte censura nos meios de comunicação de massa, "Maria Tereza" sabia fazer-se entender, como revela a seguinte passagem:

"É preciso não confundir carinho - expressão sincera de amor, com satisfações sensuais. Há muitas moças que experimentam certo prazer na companhia do namorado, mas que parece que não o amam direito porque não lhe sentem a ausência e às vezes chegam a enfastiar-se deles. Ora, pergunta-se, isso é amor? Há também casos em que o rapaz afirma que gosta de uma pequena, como no caso do nosso leitor da Bahia, mas como a moça não satisfaz as suas exigências em matéria de carinho, está quase disposto a deixá-la e então nos escreve. Ora, convenhamos que este rapaz não gosta da moça, pois é o

primeiro a afirmar que tem certeza que ela o ama, entretanto, como não lhe faz carinhos (certamente por demais concessivos) aventa a possibilidade de deixá-la. O que se pode pensar desse caso? Que a moça em apreço é uma criatura ponderada, consciente do seu valor e que, a correr o risco de perder o namorado depois de o ter satisfeito em todos os seus caprichos, prefere correr o mesmo risco sem nenhum prejuízo entretanto, para a sua dignidade." (O Cruzeiro, 2-1-54)

Podemos traduzir "dignidade" por pureza sexual e "prejuízo" por perda da virgindade. "Maria Tereza" engrossava o coro daqueles que defendiam a preservação da virgindade por parte da mulher, até que encontrasse o homem merecedor de sua pureza, mas somente após o casamento. A mulher corria o risco de ser abandonada pelo homem logo após satisfazê-lo, ou seja, segundo essa visão da sexualidade feminina, era melhor perder o namorado do que correr o risco de perdê-lo junto com a virgindade. Tal concepção das relações de gênero coisifica a sexualidade estabelecendo uma relação de troca: a virgindade pelo casamento.

Segundo "Maria Tereza" a plena realização da mulher se dava com o casamento porque através dele conseguiria cumprir uma de suas finalidades biológicas mais sublimes: a maternidade. Era importante que a mulher não fosse muito mais velha que o homem - o ideal é que ela fosse dois anos mais jovem que o homem -, que ambos fossem da mesma classe social, que a mulher quisesse ter filhos e, principalmente, que soubesse fazer uma "boa escolha". Eis alguns "traços" que "Maria Tereza" considerava fundamentais para credenciar um "bom marido":

- "Ser apreciador do ambiente de família";
- "Confiar na mulher amada";
- "Procurar partilhar dos interesses da namorada e gostar que ela participe dos seus";
- "Dar ampla liberdade à moça, sugerindo apenas em vez de impor";
- "Gostar de crianças";
- "Ser econômico sem ser usurário";
- "Ser bom filho";
- "Procurar se identificar com a família e as amizades da moça";

- "Ter espírito de solidariedade, abstendo-se de fazer exigências";
- "Ser carinhoso, porém respeitador".

Da mesma forma que a mulher, o comportamento masculino revelava características de seu caráter que poderiam ou não habilitá-lo para o papel de marido e de pai. Percebe-se que os modelos feminino e masculino se complementam: ambos são dignos, a mulher é ponderada, recatada e não se "exibe" em público, o que leva o homem a uma atitude mais confiante em relação à mulher; ambos são inteligentes, gostam de crianças, têm hábitos familiares e interesses comuns. O modelo do herói e da heroína dos romances parece ter encontrado ressonância também nas revistas, lembrando e reforçando a cada semana, os valores morais pelos quais as condutas deveriam se pautar.

Porém, a imprensa percebia que as mulheres já não ficavam mais confinadas ao lar e mudanças importantes começaram a chamar atenção. Esporadicamente, a educação e o trabalho femininos começavam a ser matéria de discussão nas revistas, embora sempre estivessem referidos ao casamento.

Para "Maria Tereza" uma boa educação para a mulher era uma necessidade dos "novos tempos". Quando a mulher apenas se preparava para o casamento era compreensível, segundo a autora, que os pais não permitissem que suas filhas estudassem. Mas os tempos haviam mudado e as mulheres não aceitavam mais depender exclusivamente dos pais ou do marido, além do fato de que as dificuldades de um início de vida de um casal exigiam, muitas vezes, que a mulher trabalhasse fora do lar:

"Uma boa educação é tanto proveitosa para a mulher que se casa quanto para a que fica solteira. Para aquela, além de habilitá-la a fazer uma escolha mais caprichada, uma boa educação possibilita trazer a família num nível intelectual mais elevado. Para a moça que fica solteira uma boa educação lhe confere independência de espírito e habilita-a a ganhar a vida por si mesma, permitindo-se assim viver enquadrada dentro de sua época."
(O Cruzeiro, 20-2-54)

Para aquelas que escreviam se queixando de suas vidas e da falta de romantismo dos maridos Maria Tereza lembrava que no passado a situação da mulher casada era muito pior, vivendo enclausurada e sem nenhuma liberdade. No presente as mulheres podiam escolher seus maridos, casar por amor, além de ter muitas oportunidades de se realizar fora do lar. Só tinha uma vida vazia a mulher que não atendesse aos apelos das mudanças sociais:

"Hoje, mesmo que não se case, a mulher tem um amplo serviço social a realizar, obra de imenso alcance social que lhe dará oportunidade para expandir suas tendências maternais em benefício de seres necessitados, seres que precisam receber da mesma forma que ela precisa dar... É um acordo perfeito, de parte a parte." (O Cruzeiro, 1-12-56)

Observa-se que não se trata da profissionalização feminina, mas de uma "obra social" que permite a todas as mulheres, mesmo aquelas que não se casam, cumprir suas finalidades naturais. Quando o assunto era trabalho e casamento a prioridade era, sem dúvida, para o segundo, embora "Maria Tereza" fosse adepta de uma conciliação entre a profissão e o lar, conforme podemos observar pela resposta que dá à "Revoltada", de São Paulo: "Ele diz que não concorda com as minhas idéias."

"Evidentemente se você não quer ter filhos para não prejudicar sua brilhante carreira então, minha amiga, estamos de pleno acordo com seu noivo: não se case. Se admitir a idéia de procurar conciliar as duas coisas - maternidade e profissão -, nada temos a dizer-lhe. Mas na hipótese de recusar-se, terminantemente, à primeira, é óbvio que não deve marchar para um casamento deliberadamente estéril, destituindo-o, assim, de sua natural finalidade." (O Cruzeiro, dezembro de 1960)

"Maria Tereza" como também Elza Marzullo estavam longe de qualquer posicionamento mais crítico sobre a condição feminina, reforçando uma concepção tradicional do feminino, como também do masculino. Admitem maior dinamicidade por parte das mulheres como reconhecem sua maior autonomia,

contudo a realização ainda é restrita à esfera doméstica, ao casamento e à maternidade.

E as revistas femininas? Estariam revendo essa concepção tradicional? O que significava para essa imprensa a "mulher moderna"?

Com a revista Capricho inaugura-se verdadeiramente a imprensa feminina no Brasil. Grande parte da revista era destinada à fotonovela e a um conto, trazendo também reportagens sobre artistas de cinema, testes ("Você é ciumentista?"), horóscopo e a seção de cartas "O coração pergunta". O restante era uma grande vitrina de exposição das "novidades" na moda, nos produtos de beleza e de higiene pessoal e na indústria de alimentos. Os produtos são apresentados em fotos coloridas e sempre associados a uma imagem feminina, seguidos por textos curtos mas extremamente persuasivos. Assim, para ser "loucamente amada por ele", "fascinante", "graciosamente elegante", a mulher tinha que consumir batons, esmaltes, pó facial, perfumes, cremes, sabonetes "delicadamente perfumados", tintura para cabelo, enfim, cercar-se de uma série de produtos da indústria de cosméticos. Na mesma linha vinham as "novidades" no setor têxtil, apresentando os novos tecidos, mais duráveis e bonitos, na indústria de alimentos com seus enlatados que "facilitavam" a vida da dona-de-casa na cozinha, como também os eletrodomésticos. Mesmo a liberdade na relação com o corpo passava pelo consumo, como pode se ver no apelo ao consumo dos absorvente íntimos. Para tratar de um assunto tão cercado de tabus como a menstruação a publicidade apelava para os conceitos de liberdade, segurança e higiene. A mulher que usasse um absorvente íntimo podia se sentir "mais segura" "naqueles dias" e até fazer ginástica, usar calças compridas e ir a festas despreocupadamente. Sua relação com o corpo passava, então, pelo consumo de uma "novidade".

Conforme a análise de BUITONI (1986) a imprensa feminina vive sob o signo da novidade e do atual, contudo a novidade não está relacionada com os acontecimentos, mas com a moda e as tendências do mercado. "Cria-se" uma atualidade como sinônimo de novo, e não de momento situado no tempo. Desta forma, o moderno é um valor fundado no desenvolvimento tecnológico e na moda. Da mesma forma, a "mulher moderna" não é definida pelo que é, mas pelo que tem; sua condição de moderna passa pela infinidade de marcas e modismos que pode consumir. O modelo de mulher ainda é o mesmo, tradicional e conservador, conforme pode-se observar nas outras seções da revista.

As reportagens sobre a vida dos artistas de cinema são novas versões dos romances edulcorados de algumas décadas anteriores. A vida de Elizabeth Taylor e Richard Burton, Claudia Cardinale, Marcelo Mastroiani, Sophia Loren e tantos outros é descrita de uma forma romanceada. Os "depoimentos" das atrizes pouco se referem ao trabalho, mas aos desejos muitas vezes irrealizados como o casamento e filhos, ou então às suas relações amorosas. Da forma como era apresentada, a realidade mais parecia uma ficção encenada em lugares famosos como Hollywood, Roma, Paris, com muita ação, tal qual parecia ser no cinema. A revista mostrava que as artistas de cinema, embora fossem mulheres que tinham uma vida intensa e cheia de compromissos, também tinham seus problemas, principalmente amorosos, aproximando-as, de certa forma, com suas leitoras - as mulheres comuns.

O amor tinha um espaço significativo na revista, fosse pela ficção dos romances e das fotonovelas, fosse pela vida dos artistas. Mas a realidade quotidiana também encontrava seu espaço nas páginas de Capricho, com o consultório sentimental, refletindo as dúvidas e ansiedades das leitoras. As cartas eram respondidas por "Marga Mason" num tom fraternal, mas impositivo, recorrendo a fórmulas moralistas para aconselhar o "melhor caminho" para suas aflitas leitoras. Para "Marga Mason" a mulher devia se impor por sua dignidade, força de vontade e seriedade e seu relacionamento com os homens devia se pautar pelo recato e nunca deveria tomar a iniciativa de aproximação. O casamento é apresentado como a fórmula da felicidade, bastava que a mulher tivesse paciência, pois um dia, quase como por mágica, surgiria o homem que reconheceria nela sua companheira. Mas era preciso ser merecedora de tal felicidade. Tal qual a heroína dos romances de M. Delly, o modelo de mulher que "Marga Mason" construía para suas leitoras estava fundamentado nas "qualidades morais", e por uma posição de passividade e subordinação nas relações de gênero e na família.

Mulheres como "Marga Mason", "Maria Tereza" e Elza Marzullo são representantes de um estilo que por muito tempo predominou nas revistas femininas, um estilo profundamente arraigado a uma concepção tradicional e conservadora do feminino. Percebe-se assim que o moderno, nessas revistas, pouco tinha haver com a mulher enquanto indivíduo, mas com sua capacidade de consumir "novidades". A referência era a esfera doméstica; trabalho e educação pareciam acessórios ainda, sendo o casamento o verdadeiro ideal para a mulher. Ao lado de tantas novidades e modismos a imprensa feminina

reproduzia um modelo de mulher estereotipado e limitado às atividades do lar:

"A mulher de Aquário deseja um marido disposto a adorá-la durante a vida inteira, porque é ambiciosa e tem necessidade de afeto. Não lhe importa que ele perca um tempo precioso adorando-a, porque em geral tem muito pouco senso prático."

"A mulher de Touro é caseira, sedentária, adora fazer programas com antecedência, prevê tudo e gasta com parcimônia. Arrisca-se a tornar-se um tanto aborrecida e monótona mas é a mulher ideal para tempos de dificuldades econômicas."

"A mulher que nasceu sob o signo de Caranguejo deve ser tratada com flores. Em ocasiões especiais pode-se também recorrer às serenatas. É uma criatura sensível, sonhadora, que passa sobre a realidade envolta numa nuvem cor-de-rosa." (Capricho, janeiro de 1966)

Embora surgisse com um novo estilo e formato Cláudia também visava atender um público feminino específico: a dona-de-casa de classe média que tinha condições de consumir. Talvez a principal diferença, no que diz respeito às representações sobre o feminino, seja pelo fato de que a revista começou a tratar de assuntos até então ausentes na imprensa feminina como o desquite, a sexualidade, o controle da natalidade, a educação dos filhos e recorresse à opinião dos especialistas - psicólogos, médicos, advogados - para que suas leitoras tivessem acesso a "informações científicas".

Cláudia dá um novo tratamento à moda, inaugurando um estilo "simples e prático" com o auxílio das grandes tecelagens e de uma equipe de fotógrafos, desenhistas e produtores de moda. Além disso dá ampla cobertura às novidades do mercado, incentivando o consumo de fogões, geladeiras e toda uma parafernália para a dona-de-casa. A própria casa, antes restrita aos enfeites e bibelôs, passa a ser um dos temas mais privilegiados na revista, que trazia sugestões de projetos, de móveis e decoração. Tudo visava a praticidade e a utilidade. Para que usar velhos fogões que faziam fumaça, eram feios e deixavam as panelas tão sujas, se já havia dis-

ponível no mercado belos fogões com até seis bocas, grelhas, fornos eficientes, "super-modernos"? Segundo Dulcília BUITONI, *"com a industrialização e o crescimento da publicidade, a noção do útil estendeu-se para tudo o que dizia respeito à casa, num estímulo ao consumo dos inumeráveis produtos que surgem a cada dia no mercado."* (1986:74) Assim, com o objetivo de tornar a vida da dona-de-casa mais fácil a revista introduzia um ideal de vida que passava necessariamente pelo consumo.

A "mulher moderna" para Cláudia era aquela que estava informada sobre as últimas novidades não só do mercado e da moda, mas também das novas atitudes e comportamentos. Era a "dona-de-casa perfeita", que sabia receber bem seus convidados, era "natural", vestia-se com jovialidade, praticava exercícios e cuidava da forma. Além disso estava atenta aos ensinamentos da psicologia para entender a si própria e educar melhor seus filhos. Para tratar dos "problemas sentimentais e psicológicos que afligem a mulher moderna" Cláudia tinha a seção "A arte de ser mulher" que a partir de 1963 passou a ser escrita e assinada por Carmem da Silva, responsável por trazer a público e tratar de maneira mais crítica vários temas sobre a problemática feminina. No conjunto, porém, a revista veiculava uma imagem tradicional da mulher, admitindo a profissionalização mas somente se fosse compatível com o cuidado do lar. Casa, marido e filhos; este era o universo definidor do feminino para Cláudia.

Embora as representações sobre o feminino veiculadas pela imprensa e pelas escolas reforçassem que a realização plena da mulher se dava com o casamento e a maternidade, mudanças estavam ocorrendo e, como vimos, lançando as mulheres para fora do espaço doméstico. Esse movimento deu-se de várias maneiras e por diferentes motivos, variando conforma a origem social da mulheres, a faixa etária, a escolarização e o estilo de vida.

Procurando entender essas mudanças é que escolhemos uma categoria feminina diferente daquelas que povoavam os meios de comunicação e que se destacava pela existência de um projeto de profissionalização: a estudante universitária. Nesse sentido o estudo de um espaço como a Casa da Estudante Universitária de Curitiba nos possibilita apreender o universo das mulheres que estavam "se preparando para o futuro"; um universo calcado em valores do domínio público - competição, responsabilidade, iniciativa - e do domínio privado - meiguice, fragilidade, passividade. Articulando esses

valores, na CEUC ia se definindo uma identidade para suas "mulheres modernas".

NOTAS

- BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. 1988. "Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério." Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (64): 4-13.
- BUITONI, Dulcília S. 1986. Imprensa feminina. São Paulo, Editora Ática.
- COSTA, Letícia. 1984. Participação da mulher no mercado de trabalho. São Paulo, IPE-USP.
- GAY, Peter. 1988. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud; a educação dos sentidos. São Paulo, Companhia das Letras
- LINHARES, Temístocles. 1953. Paraná Vivo; um retrato sem retoques. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- LOURO, Guacira Lopes. 1987. Prendas e anti-prendas; uma escola de mulheres. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.
- MATTAR, Maria Olga. 1954. O preconceito e sua força desagregadora na vida social. Curitiba, Tese de Livre Docência, Universidade do Paraná.
- PRADO, Rosane Manhães. 1981. "Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly." IN FRANCHETTO, B. et alii. Perspectivas antropológicas da mulher 2. Rio de Janeiro, Zahar. p. 71-112.

Capítulo III

Uma Casa Para Moças

Nosso ponto de partida é a possibilidade de escolha por parte de um grupo de jovens mulheres que buscavam concretizar seus projetos e, para tanto criaram um espaço exclusivamente feminino como a CEUC. Pretendemos, assim, analisar o processo de saída de casa vivido por estudantes universitárias enquanto um processo de individualização, bem como a construção social da identidade nesse contexto, o papel da CEUC e o significado que passou a ter para suas moradoras. Recorremos às análises desenvolvidas por VELHO (1987) sobre o processo de individualização nas sociedades complexas, principalmente para discutirmos a questão da elaboração de projetos individuais.

Acompanhando as análises de VELHO, o ponto de partida para se pensar na noção de projeto é a possibilidade de escolha por parte do indivíduo, de decisão, de opção por um caminho específico. Entretanto, essas possibilidades e margens de manobra estão vinculadas a contextos sócio-culturais específicos, ou seja, os projetos não são "puros" ou totalmente subjetivos, internos, mas são construídos e elaborados em função destes contextos, das experiências de vida e da referência com o social. Como lembra VELHO, o projeto é formulado e elaborado "*dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes.*" (1987:27)

Decorrendo imediatamente destas colocações, o projeto é algo comunicável; é na verdade, condição mesma de sua existência, que o projeto seja expresso através de uma linguagem, que seja "potencialmente público". Outra decorrência da existência do projeto é que ele muda, transforma-se, pode ser substituído por outro projeto. (VELHO, 1987: 27)

Segundo o autor, havendo projeto há, de alguma forma um tipo de planejamento, ou seja, uma noção de riscos e perdas tanto em termos individuais como em termos grupais. O autor refere-se aqui à questão da racionalidade do projeto, de sua eficácia. Quanto mais o projeto se apoiar em domínios diferentes e apresentar uma certa plasticidade simbólica, mais eficaz ele será. Portanto, uma análise sobre a elaboração e a concretização de projetos individuais requer um certo relativismo e um esforço para compreender quais as variáveis que estão presentes:

"Em uma sociedade complexa moderna os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios. A

construção da identidade e elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes "mundos" ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito. A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivências de interesses comuns que podem ser os mais variados, como já foi mencionado - classe social, grupo étnico, grupo de status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político, etc. (...) " (VELHO, 1987:33)

Em termos de pesquisas mais específicas, importa saber o grau de consciência e a coerência dos projetos, pois a nível biográfico, há momentos muito dramáticos, quando o indivíduo vê-se numa situação de mudança, de escolha. Como diz VELHO, uma constante nesses momentos é a "angústia da individualização", principalmente quando "não se sabe o que se quer", quando não há clareza do projeto.

Retomando a questão sobre a existência de projetos individuais e sociais, conforme a citação acima, interessamos compreender como e porquê indivíduos e seus projetos podem ser englobados em unidades mais amplas.

Ao buscarmos as experiências de um grupo de estudantes universitárias, partimos da hipótese de que aquelas jovens mulheres elaboraram projetos em torno de uma formação universitária e de uma futura profissionalização, porém, não afirmamos que esses projetos fossem exclusivamente individuais, pois acreditamos que foram elaborados dentro de um contexto familiar, portanto, sua dimensão é também de um projeto social. Nem todas tinham muito claro esta questão - da individualização - e "aventuravam-se" longe de suas famílias em meio a uma série de indagações e incertezas sobre o futuro. É importante frisar que as famílias apoiaram a decisão de sair de casa para estudar, obter um diploma e ascender socialmente através de uma carreira profissional.

Nossa segunda hipótese é que a CEUC incorporou diferentes projetos individuais estruturando-se como um espaço englobador, muito semelhante à estrutura familiar tradicional. VELHO lembra que a tensão do processo de individualização é indicativa de uma relação entre fazer parte de um todo predefinido e poder sair, criar, explorar novas alternati-

alternativas. De qualquer forma, no Brasil, o fato de pertencer a uma "boa família", ter um "bom sangue" e um "bom nome" são valores essenciais para a constituição da identidade do indivíduo empírico, para a delimitação da diferença entre o indivíduo e os "outros".

É esta a questão que observamos no processo de criação da CEUC, onde um grupo de pessoas com interesses mais ou menos comuns, acabou conduzindo para a construção de um espaço moral fortemente enraizado nos valores da família, onde pudesse delimitar a diferença entre uma "moça de família", honesta e direita e uma "moça suspeita", sem origem social conhecida.

Quem eram aquelas jovens mulheres, de onde vinham? O que as fez sair de casa? Aparentemente a saída ocorreu sem maiores problemas, contando com o apoio e ajuda da família. Parece claro o desejo de ascender socialmente, alcançar um status social mais elevado graças ao investimento na educação. A grande maioria vinha de cidades do interior filhas de comerciantes, agricultores, funcionários públicos, bancários e também de outros grupos profissionais ligados ao comércio e à prestação de serviços.

Observando as fichas de inscrição das candidatas ao concurso de moradoras da CEUC entre 1958 a 1968, pudemos constatar que as famílias eram, em geral, bastante numerosas, em média 7 a 8 filhos, sendo que em quase todos os casos os filhos estudavam nos mais variados níveis, do primário à universidade. Estes segmentos sociais estavam cada vez mais investindo na educação de seus filhos, mesmo que esse investimento não se traduzisse em ajuda financeira concreta. A partir da década de 60 o número de moças que já trabalhavam antes de ingressar na universidade é bem mais significativo do que na década de cinquenta, conforme pudemos constatar nas fichas de inscrição, e aquelas que trabalhavam concentravam-se, quase todas, no exercício do magistério público. Apesar da diversidade de origem social, aquelas jovens mulheres estavam envolvidas num mesmo projeto e numa trajetória de ascensão social através da educação.

Mesmo considerando a grande diversidade cultural no interior das chamadas camadas médias o que se percebe é que a valorização da educação como um bem propiciou a emergência de situações onde as mulheres puderam sair de casa. Aparentemente os projetos individuais daquelas jovens foram elaborados sem muitos conflitos, como parte mesmo de um projeto familiar de status e prestígio social.

Estas questões nos fazem lembrar a discussão de VELHO sobre a ideologia individualista e as suas formas de desenvolvimento. Não podemos confundir a ideologia individualista tal qual é definida e analisada por DUMONT (1970 e 1985) com qualquer possibilidade do indivíduo se destacar em uma ordem totalizadora. É com este cuidado que VELHO (1987) lembra da necessidade de se distinguir as modalidades de individualismo e para isso utiliza as noções de ascensão social e prestígio, embora em situações particulares não seja nítida a distinção entre essas duas modalidades de individualismo. Segundo o autor o prestígio está próximo a uma situação mais tradicional, onde as regras, os modelos e os valores estão relativamente claros e podem ser avaliados dentro de um modelo hierarquizante. Já a ascensão social está ligada a uma situação de mudança social que nem sempre está associada ao prestígio, pois esse tipo de individualismo enfatiza o sujeito como unidade significativa, o que em determinadas circunstâncias pode colocá-lo em uma situação de confronto com os valores e expectativas de seu grupo de origem.

Ao "tratarmos" de um caso específico como o das moradoras da CEUC parece que o processo de individualização empreendido por aquelas jovens ocorreu dentro de uma ordem hierarquizante simbolizada pelo consenso de suas famílias e pelo espaço que criaram. Interessa-nos saber até que ponto essa incorporação realmente ocorreu e porquê ela se fez necessária. Tendo em vista as representações sobre o feminino naquela época aquelas jovens começaram a desempenhar novos papéis, não muito bem delimitados, sem uma fronteira muito nítida entre o modelo tradicional da "esposa-mãe-dona-de-casa" e o modelo moderno da "jovem-profissional-bem-sucedida".

Para a grande maioria daquelas estudantes o local para onde estavam se mudando - a cidade de Curitiba - era um espaço totalmente desconhecido. Fazia-se necessário buscar soluções para esta situação de se sentir "estrangeira", de ter que operar códigos e situações estranhas, enfim, organizar as suas novas experiências. De uma forma mais ampla, todas compartilhavam uma identidade comum: ser estudante universitária. A princípio esta categoria já representava um determinado status social, principalmente quando associada ao sexo feminino. Mas outra condição as aproximava e as diferenciava de outras estudantes: não residiam com suas famílias, não tinham um lar naquela cidade, estavam sós. Instituições religiosas e filantrópicas como alguns pensiões para moças, além de apresentar alguns problemas já

descritos anteriormente, não existiam em número suficiente para atender à crescente demanda de estudantes que chegavam à capital. Pensões, como vimos, também não eram os melhores locais para uma jovem morar e alugar um apartamento ou casa para constituir uma "república" de estudantes podia representar custos financeiros muito elevados. Desta forma a questão da moradia tornou-se o principal empecilho para aquelas estudantes, colocando em risco seus projetos de realizar um curso superior.

O problema da falta de moradias para as estudantes universitárias logo começou a fazer parte das reivindicações estudantis e a preocupar instituições filantrópicas como a Liga das Senhoras Católicas. Em tal contexto nos interessa abordar o significado da delimitação de um espaço que tivesse como principal objetivo proporcionar às estudantes "um lar com ambiente digno à sua completa formação."

Retomemos por um instante a discussão sobre o novo modelo de mulher que começava a ser experimentado pelas universitárias dos anos 50 e 60. Aquelas que precisaram se afastar de suas famílias para iniciar seus projetos pessoais viram-se repentinamente num mundo estranho, tendo que marcar suas identidades frente à impessoalidade de um espaço ainda desconhecido. Para ser uma nova mulher era necessário estabelecer e se adequar a um código de conduta moral, delimitar uma identidade social, acionar mecanismos de defesa contra um ambiente desconhecido e, principalmente, demarcar um espaço social que proporcionasse as condições básicas para responder a essas questões. Onde buscar as referências para este novo modelo? Que tipo de espaço abrigaria essa mulher?

Em 1954 um grupo de estudantes criou um espaço visando proteção, conforto, organização e orientação. Não se tratava de uma pensão ou de uma "república de estudantes", mas de uma casa, de um lar. A partir daquele momento começaram a delimitar um espaço onde podiam se reconhecer, uma área especial onde os ideais de harmonia, familiaridade e hospitalidade integrariam a todas elas, criando uma imagem de ninho, de lar. Mais do que as circunstâncias que levaram à organização da Casa, nos interessa os seus significados e, para isso, faz-se necessário uma diferenciação entre o que é uma casa, um espaço moralmente organizado, e outros espaços que são contrastados por oposição.

Esta discussão está presente em Roberto DA MATTA ao procurar compreender a sociedade brasileira como algo totalizado, como um sistema complexo de relações sociais. Foi com esse objetivo que o autor desenvolveu suas análises em

torno de duas categorias que pretendemos utilizar: a casa e a rua. DA MATTA explica que a casa e a rua são por ele entendidas como categorias sociológicas, ou seja, conceitos que podem dar conta do que uma sociedade pensa e do que vive e faz concretamente, não separando a "razão teórica" ou moral da "razão prática". Desta forma casa e rua são, no Brasil, palavras que não significam apenas espaços físicos coisas mensuráveis, mas "entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positivities, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas".(1985:11 e 12) Contudo, o espaço casa só se define quando em contraste e oposição a um outro espaço, exterior: a rua. Como lembra DA MATTA, não se pode medir um espaço moral como a casa, mas apreendê-lo através de contrastes, complementaridades e oposições. É importante ressaltar que ao utilizarmos as categorias casa e rua para compreender a organização de um espaço como a Casa da Estudante o fazemos porque nos permitem uma leitura que possivelmente as mulheres que experimentavam pela primeira vez o drama de "estar solto no mundo", podiam ter de si mesmas e das referências de uma cultura pautada por valores por nós classificados como tradicionais. São essas leituras que nos interessam, pois é através delas que elaboramos nossas identidades sociais, nos posicionamos e nos percebemos como fazendo parte de um todo.

Não se pode misturar o espaço da casa com o da rua, pois trata-se de códigos diferentes. O universo da casa é controlado, regulado, oposto ao da rua, que é o lugar dos imprevistos e da desordem. Em casa temos o calor do lar, a calma, a harmonia, enquanto na rua há movimentação, trabalho. Os grupos sociais que ocupam a casa são formados por relações de parentesco e de sangue, são pessoas, gente, regidos por uma hierarquia fundamentada no respeito pelos elementos do sexo masculino e pelos mais velhos. Na rua as relações estão fundadas na escolha entre indivíduos ou, pelo menos, há possibilidade de escolha e a hierarquia não é tão perceptível como na casa, embora ela esteja presente, como na relação patrão-empregado por exemplo. Se na casa pode-se confiar, prestar auxílio e ser auxiliado, na rua todo o cuidado é pouco para não ser enganado e prejudicado. A casa é, portanto, o local da intimidade, do controle; é o espaço privado; enquanto a rua é o domínio da impessoalidade, do afastamento; é o espaço público.

Todas as ações que, no Brasil, culturalmente associamos à idéia de intimidade devem ocorrer na casa, como a sexualidade, a repreensão das pessoas, o cuidado com o corpo, enfim, qualquer ação ligada ao uso, cuidado e recuperação do corpo está ligada ao espaço privado e doméstico; ao contrário das ações ligadas aos aspectos externos do mundo, que estão associados e fazem parte do espaço público. (DA MATTA, 1983)

Estas questões revelam o quanto associamos o espaço público ao perigo, a uma negatividade latente em oposição à positividade do espaço privado. Citando DA MATTA: *"o ponto crítico da identidade social no Brasil é, sem dúvida, o isolamento (e a individualização), quando não há nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa (seja pessoa, instituição ou até mesmo um objeto ou atividade). Nada pior do que não se saber responder à tremenda pergunta: afinal de contas, de quem se trata ?"* (1985:50)

Essa é a questão central de nossa discussão: como as jovens que saíram de casa para um mundo estranho e impessoal, portanto perigoso, marcaram suas identidades, se definiram socialmente? Não queremos responder essa pergunta com uma generalização, mas com uma hipótese fundamentada num grupo de mulheres que, num determinado momento, buscaram se definir através de uma instituição para poder se reconhecer e se representar socialmente. Buscamos entender como um momento dramático - a saída de casa, a aventura de lançar-se em busca da realização pessoal, que é o processo de individualização - foi experimentado e orientado no sentido da desindividualização. Esse processo só pode ser entendido através do significado que a Casa da Estudante passou a ter para suas moradoras.

Vamos analisar a organização da Casa, o estabelecimento de sua hierarquia e dos papéis sociais a serem desempenhados no seu interior para melhor entendermos como ocorreu a incorporação do processo de individualização numa ordem totalizante.

Os primeiros anos de funcionamento da Casa da Estudante Universitária de Curitiba - CEUC, estiveram marcados por muitas dificuldades e preocupações. Instaladas numa casa provisória em condições um tanto precárias, tiveram que começar a providenciar os móveis, os utensílios domésticos, arranjar empregadas, assim como elaborar seus códigos internos, normas que regulassem a vida de todas as moradoras e que, acima de tudo, contribuíssem para a criação de um "bom

nome" para a Casa. As primeiras atas das reuniões revelam a preocupação constante com a organização, com o estabelecimento de um espaço homogêneo, moralizado, não maculado pela indiferenciação. Segundo Mircea Eliade a instalação em um território ou a construção de uma morada são ações equivalentes à fundação do mundo, portanto, decisões vitais para o indivíduo, pois trata-se de criar o "mundo" que se deliberou habitar:

"(...) Tal como a cidade ou o santuário a casa é santificada, em parte ou na totalidade, por um simbolismo ou um ritual cosmológico. É por essa razão que instalar-se em qualquer parte, construir uma aldeia ou simplesmente uma casa representam uma decisão grave, porque a própria existência do homem fica comprometida nisso: trata-se, em suma, de criar seu próprio "mundo" e de assumir a responsabilidade de o manter e o renovar. (...)" (p.69)

A instalação de uma Casa como a CEUC tinha algumas peculiaridades, mas talvez a principal seja o fato de nela viverem somente mulheres, ou melhor, moças distantes de suas famílias. Não precisamos lembrar o quanto a imagem de um grupo de mulheres vivendo no mesmo espaço pode levantar suspeitas - (cf. citação na p.70) - assim a instalação da CEUC foi cercada por uma série de cuidados, verdadeiros rituais de instalação, como a solenidade de entronização e bênção de um crucifixo com a presença do Arcebispo, da diretoria da L.S.C., representantes estudantis, professores e políticos que garantiam para as moradoras e para a sociedade a existência de um espaço controlado que funcionava dentro da mais rigorosa disciplina familiar. Ao criar a CEUC suas moradoras sabiam que ela representava um abrigo temporário até o momento do término do curso. Por outro lado, sabiam também da importância daquele espaço e da necessidade de estabelecer suas bases para que permanecesse. Retomando a idéia de ELIADE, estavam criando um "mundo" e sabiam da responsabilidade que teriam em mantê-lo e renová-lo.

Quando as primeiras moradoras começaram a organizar a Casa, o fizeram tendo como ideais a "harmonia de pensamento, a formação moral, a compreensão entre todas, a humildade e a decência". Palavras como "sonho", "idealismo" e "entusiasmo", eram frequentes nas atas e outros documentos da Casa para descrever o ânimo de suas fundadoras e para lembrar da

responsabilidade que agora tinham de levar em frente aquele "ideal", aquele "sonho" de construir uma morada digna, organizada, onde somente deveria reinar a paz, a felicidade e a amizade. A Casa deveria espelhar a compreensão entre seus membros, pois todos teriam direitos e deveres estabelecidos por um código comum, elaborado tão logo a CEUC foi fundada. Trata-se do Estatuto e do Regimento Interno da Casa, organizados por ocasião da fundação da Casa.

É interessante observar estes documentos pela importância que tiveram na organização da Casa e no estabelecimento da conduta que as moradoras deveriam ter para serem aceitas como parte daquele espaço. O Estatuto definia os objetivos da Casa, sua organização administrativa, direitos e deveres das moradoras e o Regimento Interno regulava a admissão e exclusão das moradoras e o "ritmo interno da Casa". O Estatuto elaborado em 1954 estabelecia como finalidades da Casa:

- "proporcionar à moradora um lar com ambiente digno e propício à sua completa formação;
- desenvolver o espírito universitário entre as acadêmicas;
- estabelecer maior intercâmbio entre as alunas das diversas Faculdades;
- facilitar a vida das universitárias do ponto de vista econômico."

Desde o início as moradoras lutaram para ter autonomia administrativa, embora estivessem muito próximas à Reitoria da Universidade do Paraná, que pagava o aluguel da Casa, e da Liga das Senhoras Católicas, que as auxiliava na obtenção dos utensílios básicos para a Casa bem como faziam parte da administração, através da Comissão de Honra. O Estatuto estabelecia a Assembléia Geral das moradoras como sendo o órgão máximo de caráter deliberativo. A diretoria era composta pela presidente, vice-presidente, secretárias, tesoureiras e oradora, sua ação era executiva e deveria estabelecer os vínculos com a Reitoria, o movimento estudantil, as senhoras da Liga, com o governo para conseguir verbas e, principalmente cuidar do "bom andamento" da Casa e das moradoras. Foi instituído também um Conselho Fiscal, que inicialmente era composto por duas moradoras e pela Comissão de Honra. Nos primeiros anos da Casa as atribuições deste Conselho não eram muito claras, parece que seus membros deveriam cuidar do patrimônio, observando se "cada coisa

estava em seu lugar" e fazendo com que as moradoras cumprissem o que determinava o Regimento Interno.

Com exceção da Comissão de Honra, os outros cargos da Diretoria e do Conselho eram todos eletivos com duração de um ano. A Comissão de Honra esteve presente até o início dos anos 60 e era composta pelas senhoras que auxiliaram no processo de criação da CEUC. Sua presença nos primeiros anos da Casa foi muito importante para aquelas jovens que acreditavam que os nomes de destacadas senhoras da sociedade avaliando tal projeto só poderia dignificar a Casa perante a sociedade.

Na administração e nas decisões que deveriam ser tomadas no cotidiano da Casa a Comissão de Honra não tinha grande influência, contudo eram levados ao seu conhecimento os problemas que enfrentavam, principalmente aqueles relativos às condições da casa em que estavam, a qualidade da alimentação e o recebimento de verbas públicas. A importância das senhoras da Comissão de Honra foi maior no seu início, pois asseguravam às moradoras, com sua presença, o apoio que tanto precisavam naquele momento. Nesse sentido, o depoimento de D. Dalila Lacerda revela o sentimento maternal que as três senhoras tinham pelas estudantes:

"(...) Nós tínhamos muito contato com as moças e éramos solicitadas no atendimento dos problemas delas. Elas estavam bem instaladas para seguir o estudo, que era o essencial na vida delas. Era uma residência, um lar longe de suas casas. Foi assim que nós sempre atendemos, fizemos com o critério de mães, amparando e protegendo todas elas. Depois elas se expandiram, já tinham crescido muito, já estavam independentes, não precisavam... Soltamos, demos independência a elas."

É interessante observar como na memória de D. Dalila a tutela exercida por ela e suas amigas seguiu uma trajetória muito semelhante àquela exercida pelos cuidados que uma mãe tem pelos seus filhos. Seu depoimento revela que tanto ela como as outras senhoras estavam, naquele momento, substituindo as verdadeiras mães das moças e por esse motivo tinham que auxiliá-las na organização daquele que seria seu novo lar.

Apesar do respeito que as moradoras tinham pela Comissão de Honra não havia por parte delas submissão aos

"cuidados maternos" daquelas senhoras. Parece que a influência que exerciam era decorrente das relações pessoais que tinham com a primeira presidente da Casa, a estudante de medicina Wilma Machado Carrilho. Esta, por sua vez, era uma pessoa respeitada pelas moradoras e até os anos 60 aparecem referências a ela nos documentos da Casa. D. Odila Zorzi lembra que Wilma era uma "pessoa especial", "intelectual, muito humana, boa e carinhosa". Talvez Wilma representasse o arquétipo da "ceuqueana", o modelo ideal de uma jovem mulher moderna. Em todas as manifestações de Wilma registradas nas atas da Casa percebe-se sua preocupação com o futuro das moradoras enquanto profissionais e futuras mães. Ela defendia a permanência da Comissão de Honra lembrando que as diretorias futuras deveriam prestigiar as senhoras da Comissão e sentirem nelas as suas mães. Desejava a perpetuação da Comissão, pois sentia necessidade de contar com a presença das senhoras, porque acreditava que elas podiam ajudar muito na consolidação da Casa.

Mesmo depois de acabado o seu mandato em 1955, a influência da primeira presidente sempre se fez notar nas decisões da diretoria e nos processos eleitorais da Casa. Wilma parecia ser uma pessoa muito forte e decidida e começou a traçar o perfil de como deveria ser uma presidente da CEUC. Muito preocupada com a imagem da Casa suas ações se pautaram no sentido de criar um espaço totalmente regulado e para isso recorria às noções de harmonia, paz e solidariedade. Lembrava que a Casa precisava continuar, consolidar-se acima de tudo, e para que isso se tornasse realidade era vital que todas se conscientizassem do seu papel enquanto moradoras, ou seja, zelassem pelo "bom nome da CEUC", cumprindo com os seus deveres e não descuidando da sua conduta moral. Quando se viu pela primeira vez desautorizada, pediu demissão de seu cargo, o que causou a primeira de uma série de tantas outras crises envolvendo a figura da presidente. Naquele momento Wilma traça o perfil da presidente, quando explica na ata da reunião da Assembléia Geral das Moradoras, porque havia se demitido:

"A Casa da Estudante foi um sonho acalentado desde 50 e tornado realidade graças a uma comissão abnegada de moças e por muitas senhoras. Para que essa organização possa continuar com a sua finalidade e ter o mesmo conceito administrativo entre as instituições do meio universitário de Curitiba, há necessidade que

não fuja às diretrizes delineadas pelas suas organizadoras, Impõe-se que eu explique o motivo do pedido de minha demissão. Existem para mim dois motivos: um aparente e outro real. O aparente foi a falta de confiança demonstrada à presidente da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. Quando falta a confiança na autoridade da presidente de uma instituição não é mais possível dirigir a referida sociedade, em nosso caso, a Casa. Não nego que erro e que posso errar, pois sou humana, sujeita a clima, temperatura, condições várias de desajuste do organismo, glândulas e em determinadas circunstâncias em determinados momentos, por certo, muitas vezes incorrerei em falta. A presidente pode errar, como expus, mas as atribuições que lhe garantem os Estatutos, ninguém lhe pode tirar."

Esta passagem onde Wilma discute o primado da autoridade da presidente nos remete a uma das questões fundamentais na estrutura da CEUC: a hierarquia. Podemos notar que Wilma utiliza as noções de organização, instituição e sociedade para deixar claro o caráter da Casa: um espaço moral organizado que, para tanto, contava com uma espinha dorsal que tinha que ser fortalecida. Este eixo organizava e estabelecia todas as relações entre as moradoras, os papéis e as posições na estrutura hierárquica, assim como distribuía o poder e o exercício da autoridade. Podemos perceber ao longo das diversas crises de poder dentro da Casa como as relações hierárquicas se constituíam no núcleo de vários conflitos entre os moradoras e a presidente. Parece-nos que estes conflitos revelam a permanente tensão, por um lado, dos interesses individuais ou de pequenos grupos que iam se formando e, por outro lado, da dimensão totalizadora daquele espaço. Nenhuma outra moradora era mais visada nesse conflito do que a presidente, afinal ela estava exercendo um papel de comando e na estrutura hierárquica da Casa estava acima das moradoras no exercício do poder, embora suas decisões não fossem soberanas, estando sujeitas à apreciação da Assembléia. Novamente percebemos outro ponto de conflito, pois dois poderes estavam em choque: o da presidente, hierárquico e centralizado, e o da Assembléia, mais igualitário, pois sujeito à discussão e a tomada de decisões coletivas.

Entendemos que os argumentos de Wilma são uma defesa das relações hierárquicas na Casa, fundamentais até mesmo para a sobrevivência desta e, nesse sentido, a autoridade da presidente não deveria ser questionada. Porém, sua grande preocupação residia no fato de que o ideal de harmonia não estava sendo perseguido pelas moradoras, o que representava um grave risco para a Casa. Diz a presidente:

"(...) Quando me pergunto o motivo real de minha demissão o encontro dentro da organização. Foi uma série de fatos que se sucederam com o desenvolvimento da Casa, e tais fatos têm sua origem quando da admissão das colegas que estão na CEUC. Ao admitirmos as moças as admitimos como são, de acordo com sua maneira de vida, trazendo cada uma sua reação, tipo de temperamento e, como era natural, constituindo cada uma um indivíduo, uma individualidade que já estava quase formada ou em vias de formação. Por esse motivo acarretou certos desajustamentos, mesmos porque umas tinham princípio ideológico de filosofia moral e outras não. Quero que as colegas procurem encarar o problema com a maior elevação possível, pois o meu desejo é esclarecer o que tem representado a Casa para mim, como tenho sentido suas lutas e seus progressos. A Casa em sua fase de organização apresentou uma série de fatos e acontecimentos desagradáveis, como seja a formação de grupos, digo isto porque não me filio a grupos que aqui se formaram. As duas correntes vem se chocando e a Diretoria procurando acalmar, mas em dado momento a doença do organismo atingiu a cabeça, e a instituição, pode-se dizer, de uma hora para outra, ficou acéfala. (...)"

(Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 17-09-55)

Esta outra passagem é muito significativa pois revela o clima tenso que se sentia na Casa logo após sua instalação. As crises que a partir de então ocorreram revelavam a luta que existia para estabelecer um perfil, um "espírito" para a Casa. Esse perfil passava, necessariamente, pelo modelo de mulher que deveria ser seguido por todas, mesmo

que cada uma representasse uma "individualidade". Tanto Wilma como as outras presidentes que a sucederam preocupavam-se com a noção do todo, com o conjunto da Casa e, nesse sentido a utilização de metáforas associadas ao corpo humano serviam para expressar essa preocupação. São várias as referências nas atas sobre o perigo em não se tratar da "doença" ainda na célula, permitindo que ela se espalhasse para os tecidos e os principais órgãos. Por esse motivo cabia à presidente "extirpar o mal" ainda na célula, ou seja, o corpo CEUC formado pelas "células-moradoras" devia ser rigorosamente cuidado para que nenhuma "doença", "falha" ou "desvio" de comportamento pudesse colocar em risco seu funcionamento, sua integridade.

O uso de metáforas que associam a Casa ao corpo humano tem duas implicações imediatas: a primeira refere-se à moradora, à célula, a segunda à Casa, ao corpo, e mais, ao "espírito" deste corpo. Quando se referem à CEUC as moradoras não falam de uma morada simplesmente, mas de uma "imagem", de uma entidade física dotada de uma "aura", de um "espírito". É como se falassem de um ser vivo, harmonioso na sua totalidade que precisa, como todo ser vivo, de cuidados, atenção e respeito. A CEUC, essa "Casa-mulher", deve ser bem cuidada, limpa, organizada com "cada coisa em seu lugar". Seu "nascimento" passa a ser registrado como o de qualquer moradora, celebrado por um ritual específico. Sua integridade não é somente física, mas principalmente moral, definida por uma imagem de ordem, de harmonia e de honra.

Esta imagem-mulher da CEUC se constrói sobre o modelo feminino que a deve sustentar, modelo este a ser seguido pelas moradoras. O recurso à imagem do corpo remetia cada moradora ao seu papel de parte de um todo, portanto responsável pela integridade física e moral do conjunto-corpo - CEUC. Pensadas enquanto partes do corpo humano, as moradoras deveriam se pautar pelo bom desenvolvimento e funcionamento do todo, tentando extirpar qualquer indicio de mal-estar ou "doença" que viesse interromper a "saúde do corpo". Ora, tal imagem tinha como objetivo neutralizar qualquer conflito ou divergência que colocasse em risco o ideal harmonioso que as moradoras buscavam e, conseqüentemente a estrutura hierárquica da Casa. Portanto, fica claro porquê a presidente, enquanto "cabeça" da CEUC não podia admitir a presença de grupos divergentes, pois a diferença, no que diz respeito ao funcionamento da Casa poderia levar ao descontrole total e colocar em risco a existência da mesma. Daí a necessidade de cuidar das "células" e dos "órgãos", para evitar o colapso.

As regras básicas para a "boa saúde" de todas as partes integrantes do "corpo" da CEUC foram delimitadas por ocasião da elaboração do Regimento Interno, estabelecendo quais as tarefas necessárias para o funcionamento da Casa, assim como as determinações que regulavam as atitudes, os comportamentos e os horários das moradoras. Quando o número de moradoras começou a aumentar as divergências se fizeram sentir e a Casa dividiu-se em dois grupos: o "conservador" e o "liberal" - "Crush" e "Coca-Cola" como também se denominavam -, embora não fossem muito claros os limites de um grupo para outro. Segundo depoimento de uma ex-moradora dessa fase inicial o problema era de ordem moral, pois as "conservadoras" queriam zelar pelo "bom nome da CEUC" e para isso exigiam o cumprimento das regras impostas que controlavam as moradoras. Porém, é mais provável que a divisão em grupos tivesse realmente sua origem na questão da hierarquia que colocava a presidente na "cabeça" da Casa, como muito bem localizou Wilma. Constituir uma "casa" com moças de "temperamentos" tão diferentes não parecia ser tarefa das mais fáceis.

A Casa devia abrigar cada moradora com suas particularidades para que cada uma colaborasse na "elevação espiritual e moral das outras". O objetivo não era apenas a formação profissional, mas contribuir com a formação das esposas e mães dos "futuros dirigentes do país". A Casa representava, segundo as palavras de Wilma, o lar daquelas moças que estavam em terra estranha e a falta dos pais deveria ser substituída pela concórdia e o amor entre as moradoras. Talvez pelo fato de conviverem ainda em número reduzido, não ultrapassando trinta moradoras nos primeiros anos, a falta dos familiares fosse muito sentida, daí a preocupação em estabelecer um clima fraternal e familiar entre as moradoras. Na sua gestão Wilma pedia às demais integrantes da diretoria que procurassem se entrosar com as moradoras nos horários de refeição ou fazer uma visita aos seus quartos, conhecer seus problemas, "procurando suavizar-lhes a vida, bem como estimulá-las em suas atividades". As moradoras deveriam ter claro que a continuidade de seus projetos individuais se inscrevia numa organização, numa instituição muito semelhante às suas famílias, onde todas teriam que contribuir para obter a segurança e a estabilidade desejadas. Por esse motivo se fazia necessário estabelecer a ordem e respeitar a hierarquia interna que tinha na figura da presidente seu principal eixo sustentador.

Apesar da Casa ter um órgão máximo de deliberação - que era o conjunto das moradoras representado pela Assembléia -, cabia à presidente as principais funções administrativas e a coordenação de todas as atividades realizadas na Casa. Desde o início a presidente podia resolver certos assuntos sozinha, fora das reuniões da diretoria. Esses outros assuntos diziam respeito a situações particulares envolvendo alguma moradora em especial. Havia um certo consenso de que alguns assuntos exigiam discricção por parte da diretoria e da presidente, como as penalidades e os pagamentos atrasados da mensalidade da Casa. O problema ocorria na interpretação sobre o exercício da autoridade de quem julgava tais assuntos sigilosos. Inúmeras crises envolvendo a presidente e a diretoria tiveram sua origem no exercício da autoridade, que muitas vezes era considerada abusiva.

As crises que muitas vezes culminaram com a demissão de presidentes revelam aspectos muito importantes para compreender a distribuição do poder e a hierarquia na Casa. A criação de um espaço organizado como a CEUC reunia um grupo constituído por indivíduos que se reconheciam na sua diferença, não estabelecendo, a princípio, uma hierarquia entre si, pois todas eram estudantes universitárias, não havendo, portanto, qualquer discriminação social, étnica ou religiosa. Quando tiveram que estabelecer as regras básicas para conviverem em grupo esbarraram em dois modelos de organização e a história dessa instituição é marcada pelo confronto entre ambos.

Há um modelo fundamentado na igualdade e nos princípios democráticos da livre escolha, que está representado pelo Estatuto e pela Assembléia, revelando a face individualizante da Casa. Porém, e esse nos parece ser o problema, tal modelo esbarra a todo momento com o outro, fundamentado na hierarquia, que chamamos de desindividualizante. Este modelo está representado pelo Regimento Interno através de suas disposições sobre o comportamento das moradoras, suas relações com o grupo dirigente e o tratamento dado àquelas que se desviavam do modelo prescrito.

Ao elaborarem tais documentos as moradoras estavam não somente formulando regras para estabelecer uma hierarquia interna, como também dando respostas a problemas que exigiam uma ação ordenada e defensiva. Afinal, não se estava criando um espaço qualquer, mas uma casa para moças. Era necessário estabelecer as diferenças, marcar a fronteira entre o espaço feminino e regulado e o espaço exterior indeterminado, estranho e perigoso. Aquelas jovens estudantes

não estavam criando apenas uma residência, mas um lar, um espaço bem definido por um alto sentido de defesa, tanto de seus bens como de seus integrantes. Segundo DA MATTA quando nos referimos à casa não estamos falando somente de um lugar onde comemos e dormimos ou onde estamos abrigados da chuva e do frio. Seu significado é muito mais amplo, resume um espaço profundamente totalizado numa forte moral. Não é apenas um lugar físico, mas um lugar moral. (1986:24 e 25) É somente a partir desta delimitação espacial fortemente moralizada que podemos apreender o significado das regras da Casa e o papel que tiveram na sua organização.

Se o Estatuto era um documento importante porque definia o que era a Casa, seus objetivos e seu perfil administrativo, o Regimento Interno revestia-se de importância talvez maior, porque regulava a vida das moradoras e traçava o perfil do modelo de mulher que devia morar naquela casa. Revisado inúmeras vezes, o Regimento era sempre o documento mais citado no cotidiano das moradoras. Era o código moral da Casa, a resposta final para os conflitos que surgiam. O primeiro Regimento elaborado entre 1954 e 1955 era dividido em oito itens, sendo logo depois revisado com uma série de adendos e critérios para punir as moradoras faltosas. Durante os primeiros anos da CEUC a aplicação do Regimento era atribuição da Diretoria, somente mais tarde essa atribuição passou a ser também do Conselho Fiscal.

O Regimento Interno era um código de conduta bastante minucioso que regulava a vida da moradora desde a sua admissão até a sua saída voluntária ou por exclusão, caso rompesse com a ordem através de um comportamento desviante. Para entrar na Casa a candidata deveria apresentar carteira universitária, atestado de saúde e atestado de boa conduta fornecida pela última moradia ou pelo último colégio frequentado. Se passasse no concurso de admissão imediatamente deveria cumprir as obrigações de uma moradora:

"Art. 7º As moradoras ficam obrigadas a:

- a- Zelar pelo bom nome da Casa.**
- b- Conservar as dependências da Casa e os objetos de uso comum em perfeito estado.**
- c- Acatar as resoluções tomadas pela Diretoria em suas reuniões habituais.**
- d- Evitar desavenças com as colegas, procurando manter um ambiente familiar e de solidariedade.**

- e- *Indenizar os estragos causados na Casa.*
- f- *Levar ao conhecimento da Diretoria qualquer anormalidade notada na Casa, evitando, desta forma, incompreensões que poderão ser sanadas com uma crítica construtiva.*
- g- *Observar silêncio nas salas de estudo e biblioteca, nas demais dependências a partir das 22 horas.*
- h- *Abster-se de usar a cozinha sem prévia autorização da encarregada."*

Essas eram as regras básicas para o bom funcionamento da Casa e todos os adendos incluídos posteriormente derivaram desses primeiros itens. Observando as atas das reuniões da diretoria e das assembléias, assim como outros documentos da Casa percebemos quanto essas obrigações constituíam a fonte de sérios conflitos entre as moradoras, pois havia o grupo impositor das regras, que exigia acatamento imediato do Regimento Interno, principalmente no que dizia respeito ao zelo pelo "bom nome da Casa". Parece que todas as outras obrigações estavam diretamente relacionadas a este cuidado com o nome, ou melhor, com o "espírito" da Casa.

Essa discussão a respeito do "nome da Casa" nos leva novamente a indagar sobre o modelo de mulher que deveria ser a moradora da CEUC. A admissão de moradoras sempre representou um momento muito importante e delicado, pois era fundamental estabelecer critérios seguros que possibilitassem uma seleção correta. O Regimento Interno era muito vago quanto a esses critérios e, a princípio, todas as estudantes que estivessem numa instituição de ensino superior podiam, se comprovassem que não tinham condições financeiras para morar em outro lugar, morar na CEUC. Porém, a partir de 1958 só podiam ser admitidas estudantes da Universidade Federal do Paraná, pois as verbas que mantinham a Casa eram públicas, além do fato de ser a Reitoria desta Universidade que pagava o aluguel do prédio onde funcionava a Casa.

O principal problema era saber a "origem" da moça que pretendia uma vaga na Casa e por esse motivo era importante que ao se apresentar trouxesse consigo informações que atestassem sua boa conduta, como cartas de recomendação de diretores de colégio ou de alguma autoridade de sua cidade natal. (ver ANEXO) Além disso, a diretoria pedia às moradoras que qualquer informação que tivessem sobre as candidatas fosse comunicada à comissão que as selecionaria. Os principais critérios no momento da avaliação eram, portanto, o

aspecto financeiro e a conduta da candidata. Como disse uma moradora numa assembléia em 1958, "é preferível uma rica boa do que uma pobre não muito recomendada, pois uma condição de preferência é o comportamento da moradora". A partir dessa época os concursos para moradora passaram a levar em consideração por ordem de prioridade, "o aspecto financeiro, a idoneidade moral e o espírito de solidariedade".

As diretorias da CEUC temiam pela imagem que a Casa poderia ter para a sociedade e fundamentadas nesse temor elaboraram um código de conduta para as moradoras centralizado na "moral". Esse código estruturava a Casa e definia as moradoras: marcava a diferença fundamental entre o espaço organizado que era a Casa e a rua. Criava-se, assim, um elo numa aliança muito forte entre a moradora e a instituição. Era a moradora que através de sua conduta definia a Casa, daí a necessidade de se estabelecer um modelo ideal de mulher a ser seguido por todas. Esse modelo tinha vários pontos de sustentação e todos eles estavam expressos no Regimento.

O primeiro deles dizia respeito às visitas que podiam ter acesso ao interior da Casa. Só podiam entrar na Casa visitas do sexo feminino e quando se tratasse dos irmãos ou mesmo do pai da moradora estes só podiam ser recebidos na sala de recepção. O outro ponto - motivo de inúmeras reuniões com discussões acaloradas - era o horário de entrada das moradoras. Todas deveriam chegar em Casa até às 22:30 horas, horário que foi alterado para as 23 horas, posteriormente. Só poderiam chegar depois desse horário as moradoras que estivessem participando de alguma conferência, curso de extensão ou qualquer outra atividade estudantil ou de lazer, contanto que avisassem com antecedência a diretoria. A condição imediata para as chegadas fora de horário era que a moradora sempre se fizesse acompanhar de outra pessoa, preferencialmente de outra colega da Casa ou então de algum amigo ou amiga. Porém, se estivesse acompanhada de rapazes deveria evitar passeios nas imediações da Casa e despedidas demoradas na porta.

De todas as proibições da Casa duas delas deviam ser rigorosamente observadas: o horário de entrada e as companhias masculinas. O horário de entrada foi alterado várias vezes, sendo inicialmente estabelecido 22:30 horas, depois 21:30h., posteriormente mudou para 23h., mas algumas moradoras insistiam em estabelecer um horário entre 22 e 22:30h. Só a partir da década de 70 a porta da Casa passou a ser fechada à meia-noite, mesmo assim, a moradora que chegasse

após este horário devia assinar um livro de plantão informando onde esteve e com quem. Esse foi um dos principais pontos de conflito entre as moradoras e a diretoria pois a permissão para chegar depois das 23h. era dada pela presidente ou por outro membro da diretoria. Logo as moradoras começaram a pedir maior flexibilidade no horário, mesmo porque cada moradora só podia chegar depois do horário estipulado duas vezes por semana. Numa das primeiras assembleias a presidente assim respondeu a uma moradora que indagava da necessidade de uma pessoa acompanhante para chegar depois das 23 horas:

"(...) Já houve caso de chegada tarde que desabonou a moradora e a Casa, por fora, em rodas estranhas, como nos cafês, ficando mais tarde provado que somente havia chegado mais tarde, sem conseqüências piores. Por seu turno, Odila fez ver a necessidade de acompanhante, de forma que se poderia exigir das moradoras alguma abdicação, pois o bem da coletividade deve estar acima do bem-estar individual e o bom nome da Casa estaria em jogo." (Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 19-5-55)

Mesmo constando no Regimento, os horários nem sempre eram observados e várias atas registram o problema que cada diretoria enfrentava ao fazer com que fossem respeitados. Algumas moradoras, por sua vez, argumentavam que se estavam longe de suas famílias era porque seus pais tinham confiança nelas e que, portanto, cada uma era responsável por suas atitudes. Mas o problema tinha implicações maiores, pois não estava em jogo cada moradora em sua individualidade, mas o conjunto, o nome da Casa. A preocupação com os horários chegou a tanto que algumas diretorias decidiram, posteriormente, estabelecer com quem as moradoras deveriam voltar para casa e quais as moradoras que poderiam sair e voltar mais tarde. Depois de um baile, por exemplo, a diretoria resolveu, em 1955, que as moradoras deveriam voltar todas juntas e no tempo máximo de 45 minutos. Também não podiam chegar acompanhadas somente com o namorado se fosse depois das 23 horas, muito menos ficar conversando com ele em frente à Casa. Durante a década de 60 algumas alterações foram propostas, como acabar com o limite de dias que a moradora pudesse chegar mais tarde, mas estabelecendo diferenças entre as moradoras. As mais antigas poderiam sair quantas

vezes quisessem e as mais novas, as calouras, permaneceriam dentro dos limites de dois dias por semana. Para a presidente que fez esta proposta não havia nenhuma discriminação, pois - afirmava ela - só estava pensando no bem da moradora mais nova ao reduzir o número de suas saídas pelo fato de serem inexperientes frente aos perigos do mundo, como também a fim de evitar que acontecimentos pudessem abalar a moral da Casa.

Quanto às companhias masculinas pouca coisa foi alterada desde o momento de criação da Casa até os dias atuais. Parentes do sexo masculino podiam entrar, mas somente na sala de recepção e por poucos minutos. Para atendê-los a moradora deveria estar bem trajada e para os padrões da década de 50 isso significava não usar calças compridas, muito menos shorts. Também não podiam fumar na sala, no refeitório, no terraço e no jardim, só no quarto, ou seja, ninguém de fora da Casa podia ver as moradoras fumando, provavelmente por se considerar que o ato de fumar fosse muito masculino. Caso se tratasse de um amigo ou namorado a moradora deveria atendê-lo no portão, às vistas de todos e por cinco minutos no máximo. Se por um lado podiam chegar em Casa sem acompanhante, por outro não podiam ficar de conversas ou de "agarramentos" com o acompanhante nas imediações da Casa. Se a observância dos horários já era um problema para as diretorias, os namoros e as paradas em frente ao portão sempre foram alvo de críticas, brigas e fofocas. São várias as atas que registram o pedido das presidentes e conselheiras para que as moradoras não ficassem de conversas na porta da Casa, nem que fosse com amigos e muito menos com os namorados. São inúmeros os pedidos nesse sentido lembrando que a atitude de algumas poucas moradoras poderiam comprometer toda a Casa. Segundo uma ex-moradora da CEUC eram necessárias regras bastante rígidas para evitar a desmoralização:

"Naquela época não havia a liberação de hoje e não se admitia determinados comportamentos. Algumas moradoras vinham com um estilo de educação e comportamento diferente daquele que nós tínhamos. Ficavam encostadas na Casa se esfregando no namorado. Era uma coisa que não admitíamos. Podia se esfregar o quanto quisesse, mas longe da Casa, porque não podia desmoralizar. A sociedade estava de olho na Casa. Um grupo de mulheres morando sozinhas podia ser facilmente confundido com um prostíbulo

até, se não fossem adotadas regras muito severas de comportamento. O grupo do qual eu fazia parte exigia o cumprimento dessas normas. Expulsamos uma moradora por mau comportamento, por péssimo comportamento, porque ela era uma moça quase prostituta e nós não queríamos ser confundidas com ela. A Casa era bem vista por causa do rigor do comportamento das moradoras. Era um rigor absoluto. Éramos bem aceitas."
(Norma, ex-moradora da CEUC de 1955 a 1957)

Este depoimento assim como as discussões registradas nas atas vêm reafirmar as colocações que fizemos anteriormente sobre o lugar moral que é a Casa e a relação existente entre esta e a moradora, simbolizada por sua conduta moral.

O que nos interessa é entender essa relação e seu significado, o que nos remete diretamente sobre a posição da mulher no espaço que culturalmente lhe é alocado, o espaço doméstico.

Tradicionalmente o espaço privado-doméstico está associado às mulheres e a todas as atividades ligadas ao cuidado dos filhos, alimentação e outros afazeres, em oposição ao espaço público associado aos homens, à profissionalização e à política, delimitando, desta forma, os papéis sexuais, as identidades e a posição social de ambos os sexos na estrutura social. Nas sociedades patriarcais o poder está concentrado na pessoa do pai ou em seu representante, tendo como locus privilegiado para o exercício deste poder o lar, o espaço doméstico. (ROSALDO et alii, 1979) Porém, o espaço doméstico é, quase universalmente, associado à mulher, e esta representa arquetipicamente as forças incontrolláveis da natureza, um perigo eminente à ordem do espaço sagrado do lar, logo, é sobre a "natureza feminina" virtualmente disruptiva e perigosa, que se deve exercer um forte controle, um verdadeiro "exorcismo", objetivando a purificação da mulher.

Segundo as análises de ARAGÃO (1983) sobre o Brasil, a respeito da categoria mãe enquanto significativa de uma posição estrutural e de um valor cultural no que diz respeito à família, há uma necessidade de controle estrito da "natureza feminina" que se expressa no controle da sexualidade. A "honra" masculina e familiar se articula diretamente com o comportamento sexual feminino, resultando a "exigência" do controle sobre a sexualidade feminina. ARAGÃO refere-se a um tipo específico de sociedade - a mediterrânica -

à qual a cultura brasileira não pertence diretamente, mas em muitos aspectos é tributária, como no que diz respeito a determinados valores culturais. O autor comenta que existe um "fundo arcaico" ligando as famílias à religião no Mediterrâneo, caracterizado na crença no princípio da eficácia mágica dos espíritos específicos do lar, ou espírito da casa. Os estudos etnográficos atestam também esse caráter sagrado da mulher-mãe, o que é confirmado em alguns casos onde a referência moral do grupo familiar não são os homens mas as mulheres. Também Georges DUBY (1988 e 1990) em seus estudos sobre a vida doméstica e conjugal na Idade Média lembra que a honra era a preocupação principal do homem casado, o senhor. Conforme este autor, a honra era um assunto masculino, público, mas que dependia essencialmente do comportamento feminino, ou seja, do privado.

Qual a implicação dessas observações? ARAGÃO nos diz que nessas sociedades existe um princípio de valência dupla e conflitante no interior do espaço doméstico, pois este integra duas representações antinômicas: o masculino e o feminino. Porém, ambos dividem o mesmo espaço físico e simbólico do doméstico. Daí a necessidade do controle do feminino. O resultado de tal controle é uma ideologia que santifica o feminino, purifica-o através da figura da mulher-mãe, embora isso não signifique que o feminino deixou de representar um perigo. A mulher passa, então, a introjetar todos os interditos referentes ao seu comportamento e ao seu corpo, reafirmando essa ideologia. O resultado é a sacralização da "natureza feminina", moldando-a aos padrões morais condizentes com a moralidade do espaço doméstico, onde a virtude da mulher dessexualizada torna-se o símbolo da honra e da moral familiar, sem contudo haver uma contrapartida com a mesma eficácia simbólica da parte dos homens.

A proeminência dos homens nas sociedades patrilineares e patriarcais está, portanto, materialmente simbolizada por um valor, a honra do homem. Segundo Julian PITT-RIVERS (1971) a noção de honra é mais do que uma forma de mostrar aprovação ou desaprovação, possuindo uma estrutura geral que se revela nas instituições e juízos de valor tradicionais de cada cultura. Analisando a estrutura geral, PITT-RIVERS nos diz que a honra é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade, fornecendo um nexos entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo. (1971:13 e 14) Porém, nos interessa discutir esse valor não como atributo individual, mas social, pois "os grupos possuem uma honra coletiva de que seus membros parti-

cipam, a conduta desonrosa de um reflete-se na honra de todos, a honra do grupo é partilhada pelos membros individuais." (1971:25)

Em seus estudos sobre a Andaluzia, PITT-RIVERS notou que a honra tem significados diferentes em se tratando dos sexos. A conduta honrosa é diferente para o homem e para a mulher. Esta é desonrada, perdeu a vergonha, se sua pureza sexual for maculada, o que não é válido para os homens. Portanto, os valores honra e vergonha não são equivalentes quando estão associados às condutas de homens e mulheres. Esses valores, eticamente valorizados para ambos os sexos, derivam, em parte, de qualidades naturais: o comedimento e a timidez são as bases naturais da pureza sexual, que por sua vez está relacionada ao hímen da mulher, e a masculinidade ou coragem é a base natural da autoridade e da defesa da honra familiar por parte do homem. A esta diferenciação corresponde uma divisão dos papéis dentro da família: a virtude é delegada às mulheres, expressa por sua pureza sexual, e o dever de defender esta virtude é delegado aos homens. Fica, portanto, a honra do homem ligada à pureza sexual das mulheres de sua família e não à sua.

Retomando as análises de ARAGÃO: a categoria mulher-mãe ocupa uma posição estrutural de proeminência na família porque é através da sua conduta e da sua pureza - apesar do ato sexual e da maternidade - que a honra da família está preservada. Um lar só é honrado e moralmente fortalecido se as mulheres desta casa forem honradas. As forças disruptivas e perigosas da "natureza feminina" são controladas através de uma ideologia que valoriza positivamente a mulher dessexualizada e esta passa a ter uma posição central em relação ao seu grupo familiar.

Se esta dessexualização pode ser encarada como parte de um mecanismo ideológico que submete as mulheres à autoridade masculina, por outro lado essa negação da sexualidade pode se tornar fonte de poder para as mulheres, como também ser motivo de orgulho. É o que discute ROSALDO (1979) quando se refere às crenças de pureza entre as próprias mulheres:

"(...) As mulheres vitorianas obtiveram status negando sua própria sexualidade e tratando os impulsos sexuais masculinos como um pecado. Crenças de pureza parecem ser especialmente atrativas para as mulheres que freqüentemente elaboram as normas referentes à pureza, as leis de conduta e vestimentas austeras, de

modéstia, de asseio e de pudor que usam como um aviso para contrastar seu mundo com o dos homens, estabelecendo campos de ordem e status entre elas próprias. (...) Talvez o caso extremo de uma sociedade feminina fundada sobre o idioma da pureza, com falta de envolvimento com os homens, é o convento. As noivas de Cristo não necessitam ser tentadas por fraquezas humanas masculinas. Ao contrário, elas estabelecem uma sociedade pura e moral, um mundo exclusivamente delas mesmas." (1979:56)

Grupos ou sociedades femininas que não estão submetidas diretamente à autoridade masculina regulam, talvez, mais incisivamente os comportamentos, estabelecendo códigos de conduta moral centralizados na pureza sexual. Concordamos com ARAGÃO que as mulheres passam a reproduzir uma ideologia que as dessexualiza para que, no plano simbólico, sejam superiores eticamente em relação aos homens, porém, acreditamos haver formas distintas de se apropriar desta ideologia e, em algumas situações, o recurso à crença na pureza sexual feminina pode fazer parte de um processo de diferenciação e de identificação.

Quando as mulheres acionam mecanismos de defesa contra o mundo exterior, público e masculino, tendo como referência a pureza sexual, há, nos parece, objetivos muito bem delimitados que relacionam-se com o tipo de grupo em questão. Grupos exclusivamente femininos têm, entre si, diferenças fundamentais na sua organização e nos motivos que determinam sua existência. Desta forma, associações femininas, clubes de mães e grupos de vizinhança têm objetivos e se constituem diferentemente na sua organização de um caso extremo, como lembra ROSALDO, que é o convento. Acreditamos que em determinados casos os mecanismos de defesa cumprem um papel fundamental, qual seja, fazem, parte de um processo de identificação social como aludimos acima. No caso dos conventos trata-se de um exemplo de instituição total, tal como é definida por Erving GOFFMAN:

"Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada." (1987:11)

Contudo, nossa análise é sobre um caso com características diferentes da definição de instituição total. Estamos nos referindo a um grupo feminino que se organizou em forma de residência e trabalho, onde um número considerável de mulheres com situação semelhante leva uma vida formalmente administrada, sem contudo se afastar da sociedade mais ampla. O "fechamento" da CEUC não é total e faz parte dos mecanismos de defesa criados pelas jovens mulheres que estavam organizando um espaço privado onde poderiam se identificar, marcar seu território físico e existencial.

No processo de criação e organização da CEUC as regras de conduta elaboradas visavam, acima de tudo, o controle da sexualidade das moradoras. Esse controle era de fundamental importância porque assegurava o "bom nome" da Casa, concentrando-se, desta forma, sobre a conduta moral de cada moradora a responsabilidade pela honra do grupo. Assim, sobre as noções de honra e pureza sexual individuais constrói-se uma identidade coletiva e também individual. Retomando o depoimento de Norma, "um grupo de mulheres morando sozinhas podia ser facilmente confundido com um prostíbulo até, se não fossem adotadas regras muito severas de comportamento". Era fundamental marcar bem a diferença do grupo de moças que morava na CEUC, e isso só seria possível acionando fortes mecanismos de defesa, como a proibição que restringia a entrada de elementos do sexo masculino que poderiam poluir aquele espaço, como também a forte regulação sobre o comportamento das moças.

Chegamos, portanto, à discussão sobre o significado da Casa para as suas moradoras e a relação existente entre este significado e o processo de individualização. A CEUC foi criada com o objetivo de abrigar jovens mulheres que estavam procurando se destacar enquanto indivíduos portadores de um projeto de realização pessoal. Ao saírem de suas casas, ao distanciarem-se de suas famílias, experimentaram não só a excitação daquele que se destaca por méritos pessoais, obtendo reconhecimento e prestígio social, mas também o drama do isolamento (e da individualização), quando viram-se sem referências, sem a família como mediadora num mundo estranho e impessoal. Nesse sentido a CEUC representou muito mais que um abrigo temporário, transformando-se num espaço definidor de identidade social. Não se tratava de mais uma estudante sozinha, mas de uma "ceuqueana", uma "pessoa" com referências.

Ao se criar este espaço feminino normas referentes à conduta se fizeram necessárias para regular a "natureza feminina", para estabelecer as diferenças entre uma casa para moças sérias e honradas e um bordel. A Casa passou a significar para suas moradoras e para a sociedade mais ampla um lugar moral, um espaço que possibilitava marcar a diferença entre as "moças direitas" e "as outras", fundado sobre a crença de que o controle sobre a sexualidade feminina garantia esta diferença:

"A Casa da Estudante Universitária é uma instituição bem diferente das demais, já pelos seus Estatutos, já pelo seu regimento interno, mantendo uma disciplina rígida às estudantes. Era necessária essa situação, tendo em vista a manutenção do prestígio e bom nome da instituição. Assim, cada aluna antes de ingressar no quadro de moradoras daquela Casa, é submetida à diligências, examinando-se ainda, as condições econômicas, pois estas constituem um dos pontos essenciais para o acolhimento àquela entidade.

Uma vez interna, a estudante tem severas obrigações a cumprir, desde o tempo para estudos, recreação no próprio estabelecimento e as visitas. Sem se tornar um ambiente sombrio, a Casa da Estudante Universitária é alegre, porque não há dirigentes isoladas, mas todas as moças contribuem para que aquela Casa seja o lar de cada uma das hóspedes, seja pelo tratamento, disciplina, higiene e conservação do patrimônio e, mais do que isso, para que tenha o necessário e indispensável conforto que não teriam num hotel ou pensão". (Gazeta do Povo, outubro de 1957)

Tendo estas questões como referência, entendemos que o processo de criação da CEUC representou um momento de ordenação de vários projetos individuais em torno de uma instituição hierárquica que estabelecia um código de conduta moral para as moradoras e assegurava-lhes uma nova identidade ao acionar mecanismos de defesa contra o espaço exterior e elementos poluidores da ordem interna. Seria extremamente útil contarmos com dados que possibilitassem uma comparação, pois não podemos generalizar o que ocorreu com as moradoras

da CEUC. Contudo, um estudo particularizado sobre um grupo social pode revelar as forças em ação num determinado momento histórico, bem como as estratégias acionadas pelos indivíduos e seus grupos. Desta forma, o momento de criação da CEUC não pode ser dissociado de um processo de mudança que timidamente começava ampliar as possibilidades de ação por parte das mulheres, dando a elas acesso a espaços até então de dominância quase exclusivamente masculina. Se para aquelas jovens mulheres sentar lado a lado com seus colegas homens em sala de aula nas universidades já não se constituía motivo de desaprovação como ocorreu com sua predecessoras há 20 ou 30 anos atrás, havia ainda outros problemas surgindo e talvez mais angustiantes, porque envolviam representações resistentes à erradicação, como as que dizem respeito à identidade, aos papéis de gênero, ao casamento, à educação dos filhos e assim por diante.

Durante as décadas de cinquenta e sessenta o acesso das mulheres às universidades, como vimos, começa a acentuar-se, principalmente nas carreiras ligadas ao magistério. Embora as estatísticas demonstrem uma tendência de crescimento do número de mulheres com grau de escolaridade superior, não se esperava das mulheres necessariamente a profissionalização, pois era mais importante que a mulher ingressasse no mercado matrimonial do que no mercado de trabalho. Assim, um curso universitário poderia ser considerado como de "bom tom" para as moças adquirirem mais conhecimentos enquanto não "arranjavam" um bom partido. Portanto, há uma grande distância entre o acesso à universidade e o futuro acesso à profissão. Saber quem efetivamente conseguiu abrir caminho no mercado de trabalho indiferentemente de ter se casado ou não e como conseguiu é uma questão para a qual não temos resposta ainda. Contudo, podemos ter acesso a um momento anterior, quando as mulheres começaram a enfrentar problemas resultantes do confronto de suas representações tradicionais sobre o papel da mulher e as expectativas sobre a profissionalização. Para aquelas que começavam a ensaiar um movimento de individualização nos anos cinquenta e sessenta havia muito pouco em que se basear, pois esse ato, até então, era socialmente esperado e incentivado somente para os homens. Das mulheres era esperado que cumprissem satisfatoriamente todos os encargos associados com o papel da esposa-mãe-dona-de-casa.

Quando dizemos que as jovens mulheres não tinham um modelo em que se basear no processo de individualização temos como referência um feixe de representações que carac-

terizavam o feminino naquele momento histórico. As décadas de cinquenta e sessenta antecedem um período de mudanças sociais, quando ainda valores e costumes tradicionais não eram questionados, como vai ocorrer na década de setenta, já sob a influência do feminismo. Assim sendo, o modelo de mulher estava estreitamente vinculado ao espaço doméstico e à sua extensão em grupos de vizinhança, de igreja, etc. Conforme a análise que Alice Inês de Oliveira e Silva faz sobre o imaginário feminino na década de cinquenta, nem a divisão tradicional dos papéis de gênero, nem o trabalho doméstico enquanto atribuição "natural" da mulher eram contestados, caracterizando-se, segundo a autora, a "donas-de-casa-ainda-felizes-com-o-seu-papel". (1989:144)

Nosso objetivo não é analisar as "donas-de-casa-ainda-felizes-com-o-seu-papel", mas aquelas que estavam num momento intermediário de suas vidas, entre o casamento e uma outra possibilidade que já se acenava: a profissionalização. Nossa principal hipótese - a de que o processo de individualização feminina pode ocorrer através da incorporação dos projetos individuais numa ordem hierarquizante - está baseada num grupo feminino específico, mas também num conjunto de representações sobre o feminino vigentes num determinado período, as décadas de cinquenta e sessenta. Somente tendo como referência essas representações históricas é que podemos pensar e problematizar a criação de uma espaço auto-regulado em torno de uma forte moral como a CEUC.

Resumindo: o processo de criação e organização da CEUC possibilitou às jovens estudantes que estavam temporariamente afastadas de suas famílias, dar continuidade a seus projetos de busca de conhecimento e formação profissional. Ao organizarem tal espaço procuraram fazê-lo de tal forma que este se assemelhasse em muito ao modelo familiar, tendo como sustentação as representações tradicionais sobre o feminino, formando assim, uma casa para "moças decentes" e "honradas". Entendemos assim que, num momento dramático da vida daquelas jovens estudantes - o afastamento de seus grupos de origem - era fundamental estabelecer o mais rápido possível alguns marcos seguros onde pudessem, a partir daí, definir e assegurar uma identidade social. A CEUC representou um espaço intermediário entre o privado e o público, caracterizando-se, no entanto, pelas representações associadas ao primeiro, assim como pelas representações tradicionais sobre o papel da mulher dona-de-casa e mãe. A ambiguidade desse espaço revela, nos parece, a ambiguidade vivida

por aquelas moças que começavam a dar sentido a seus projetos de profissionalização, mas que não contestavam o papel tradicional da mulher no espaço doméstico. Pelo contrário, a organização da CEUC vem reforçar os estereótipos associados ao papel feminino, principalmente no que se refere à sexualidade.

Situadas entre "dona-de-casa-ainda-feliz-com-o-seu-papel" e a "profissional-bem-sucedida" aquelas moças da CEUC criaram um espaço que em parte era uma continuidade do espaço doméstico, mas que tocava as fronteiras do espaço público. Da mesma forma que elas cumpriam o papel de donas-de-casa ao administrarem a Casa, resolver problemas com empregadas, cuidar da alimentação, também freqüentavam as aulas, militavam no movimento estudantil, iam a reuniões com deputados e audiências com o governador. Além disso, gostavam de ir a festas e bailes, de namorar, de fazer cursos de culinária e etiqueta social e sonhar com o futuro. Inquietas sonhadoras, as moças da CEUC tinham muita esperança no futuro, um futuro que para elas passava pela profissionalização, mas também pelo desejo de casar e ter filhos.

Profissão, casamento, filhos, sucesso, tudo matéria para os sonhos das moças da CEUC. Refletir sobre esse espaço e a forma como suas moradoras imprimiram nele suas marcas é pensá-lo enquanto local de formação e valorização de um modelo de mulher a partir da visão de suas próprias moradoras registrada na organização da memória da Casa.

NOTAS

- ARAGAO, Luiz Tarlei de. 1953. "Em nome da mãe". IN FRANCHETTO, B. et alii. Perspectivas antropológicas da mulher-3. Rio de Janeiro, Zahar.
- DUBY, G. 1988. O cavaleiro, a mulher e o padre. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DUBY, G. P. e ARIËS, E. org, 1990. História da vida privada; da Europa feudal à Renascença. São Paulo, Companhia das Letras. vol.2.
- DA MATTA, Roberto. 1983. Carnavais, malandros e heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro, Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 1985. A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1986. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Rocco.
- DUMONT, Louis. 1970. Homo hierarchicus; ensayo sobre el sistema de castas. Madrid, Ediciones Gráficas.
- ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano; a essência das religiões. Lisboa, Edição "Livros do Brasil," s.d.
- GOFFMAN, Erving. 1987. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, Perspectiva.
- PITT-RIVERS, Julian. 1971. "Honra e posição social." IN PERISTIANY, J. G. Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. p. 11-59.
- ROSALDO, Michelle Z. 1979. "A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica." IN ROSALDO, M. Z. & LAMPHIRE, L. (coord.) A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 33-64.

SILVA, Alice Inês de Oliveira e. 1989. "Abelinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta." IN COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. Rebeldia e submissão. Estudos sobre a condição feminina. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. p. 143-175.

VELHO, Gilberto. 1987. Individualismo e cultura; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar.

Capítulo IV

Memórias

"Há várias formas de se encontrar. Às vezes marcamos encontros e eles não vêm a nós. Há, porém, um encontro que é certo, pontual, que não nos frustra, que não nos aborrece. É um encontro fácil e que nos traz muita alegria! É o encontro com todas as colegas, irmãs desta Casa por meio desse livro de plantão, porque nele há um pouquinho da alma viva de cada uma, uma expressão clara de todas, a imagem de cada uma. Quando o tempo vier desbotar essas folhas, tornar velhas estas linhas, sepultar no passado o nome de cada uma, apagar a imagem da figura venerável da ceuqueana, este livro se tornará presente, sacudirá o pó do passado, fará reviver os anos e novo ENCONTRO se opera aqui, como milagre misterioso do tempo. Por isso minhas irmãs, não digamos adeus a essa Casa, porque é o espírito da Casa que devemos levar quando a nossa bagagem tiver etiquetas com outro endereço e esse permanecerá conosco se o tivermos sempre presente. Este livro será o testemunho de nossa vida de ceuqueanas e vamos proceder de tal forma que ele possa sempre revelar o que há de melhor em nós." (Iris Boff)

No dia onze de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco Iris Boff, moradora da CEUC, escrevia no Livro de Plantão cumprindo sua tarefa de "dona-de-casa por um dia", fazendo o que tantas outras haviam feito antes dela, mas revelando uma importância especial, dando outro significado aquele registro diário do cotidiano da CEUC. O Livro de Plantão, organizado e mantido pelas moradoras da Casa marcava um tempo, registrava o "pouquinho da alma viva" de cada moradora e, como nos conta Iris, propiciava de forma segura o encontro entre todas as ceuqueanas do passado, do presente e do futuro, através do que ela chama de "milagre misterioso do tempo". Este documento, escrito na forma de um diário coletivo e assim mantido até meados de 1968 preservou a memória do grupo formado pelas moradoras da CEUC revelando aspectos coletivos e individuais ao mesmo tempo. Era calculadamente escrito tendo em vista sua exposição e sua permanência além de cristalizar-se efetivamente enquanto um fórum de debates. Ler este diário coletivo nos remete à história da CEUC e de suas moradoras, ao cotidiano e às representa-

ções sobre o feminino; impressões deixadas nas páginas amareladas pelo tempo sobre uma experiência fundamental no processo de formação daquelas jovens mulheres: a individualização.

Há, porém, algumas considerações que devemos fazer sobre esse tipo de fonte a qual recorreremos. O Livro de Plantão foi idealizado por Wilma Machado Carrilho em 1954 e tinha como principal objetivo registrar os acontecimentos do "plantão". Assim que a CEUC começou a funcionar um dos principais "problemas" era a organização do trabalho doméstico. Quem faria as compras na padaria e no açougue; quem supervisionaria a preparação das refeições e escolheria o cardápio; quem cuidaria da limpeza e higiene das dependências da Casa e quem atenderia as visitas e se responsabilizaria pela entrada e saída das moradoras? A solução para tais problemas numa Casa com mais de vinte moradoras foi dividir o trabalho igualmente. Cada moradora devia, por um dia, cuidar da Casa através de uma escala de plantão, estabelecida pela Diretoria. Nesse dia, o dia de plantão, a plantonista fazia as compras, auxiliava a cozinheira e a copeira, cuidava da ordem da Casa, servia as refeições nos horários pré-estabelecidos e cuidava da porta de entrada, para que as moradoras sempre chegassem dentro do horário permitido e, principalmente, para que estranhos não entrassem sem permissão. Todos os fatos que a plantonista achasse ser de interesse para o conhecimento da Diretoria e das outras moradoras ela deveria registrar no Livro de Plantão. O plantão era uma das principais tarefas cumpridas pelas moradoras e faltar a essa tarefa se constituía em motivo para repreensão. Segundo Wilma "o plantão eficiente contribui para o bom andamento da Casa e automaticamente auxilia a formação da mulher do amanhã, lembrando ainda que o trabalho ordeiro gera o progresso e dignifica as criaturas".

Tratava-se, portanto, de uma atividade fortemente valorizada, tanto para o grupo quanto para a moradora individualmente, pois a "mulher do amanhã" era, antes de tudo, uma boa dona-de-casa, responsável pela ordem do lar. A organização do trabalho de tal forma que todas participassem fazia parte de uma estratégia mais ampla que reforçava a imagem de um espaço disciplinado. Em reportagem de primeira página no jornal Gazeta do Povo chama-se atenção para essa organização:

"(...) Nossa reportagem esteve ontem, de surpresa, na Casa da Estudante, para fazer uma

visita, furando, assim, a "Cortina de Ferro". E, mesmo com a surpresa, pudemos registrar um ambiente de ordem e muita disciplina. Quando chegamos as meninas estavam no lanche. Comida farta e sadia e um sorriso em cada criatura que vive como em sua própria casa. Umas liam, outras faziam música ao piano. É um verdadeiro "céu" a Casa das acadêmicas paranaenses. Ali se vive bem. (...) A acadêmica Wilma Machado Carrilho a entusiasta e estimadíssima presidente da Casa, é o "comandante em chefe" das meninas. Mas, apesar disso, há, como num quartel, a moça de plantão. Essa acadêmica, quando em serviço é a dona absoluta da casa. Tudo está sob a sua responsabilidade. Desde a hora de levantar até o "toque de recolher" quem manda é o 'plantão'." (Gazeta do Povo, 21 de agosto de 1955)

Se nesta reportagem a associação do plantão é com a disciplina militar, mais tarde, em outra ocasião, a plantonista é descrita como a "mamãe" das outras moradoras e é quem mantém a disciplina, como também é a responsável por todas "as obrigações indispensáveis à manutenção daquele lar que todas estimam." (Gazeta do Povo, outubro de 1957)

Além de todas essas responsabilidades de "dona-de-casa absoluta" e "mamãe", a "plantonista" tinha que registrar suas atividades um livro próprio para esse fim. Inicialmente a diretoria pedia que as moradoras escrevessem no Livro de Plantão para que pudesse tomar conhecimento do "andamento" da Casa. Todas tinham seus afazeres na universidade e era muito difícil para a diretoria estar ciente de tudo o que acontecia. O Livro de Plantão circulava da plantonista para a presidente e desta para a outra plantonista. Todas tinham acesso ao livro e todas deviam nele escrever. Começava assim, a organização da memória da Casa, um registro do tempo que passava; não o tempo marcado pelos ponteiros do relógio ou pelo calendário, mas o tempo vivido "de dentro", das experiências quotidianas mais "duras", como o trabalho e o estudo, como também aquelas que diziam respeito aos sentimentos.

Tendo como objetivo principal pensarmos o espaço da Casa enquanto local de formação e de valorização de um modelo de mulher, tivemos a oportunidade de encontrar a coleção dos Livros de Plantão da CEUC, que, como explicamos acima,

caracteriza-se como um diário coletivo. Ao lermos todos os volumes de 1954 a 1969 percebemos que a riqueza de detalhes ali descrita e a imensa variedade de temas discutidos revelavam não só a organização daquele espaço e suas hierarquias internas, mas a intimidade do grupo, seus dramas, sua instabilidade e, por cima e por baixo disso tudo, traçando seus contornos, o que ali se desenhava era a identidade do grupo e da "ceuqueana". Uma identidade traçada com caneta tinteiro sobre um papel amarelecido, testemunhando, como disse Iris Boff, a vida daquelas jovens estudantes. Foi, portanto, procurando sempre entender essa identidade do grupo que destacamos o lugar da produção da memória, ou do "encontro" do passado com o presente.

O que nos chamou a atenção inicialmente foi a forma como essa memória começou a ser organizada. Formalmente, a memória da CEUC está registrada nas atas de reuniões da diretoria e do conselho Deliberativo e Fiscal, como também das Assembléias de Moradoras. Há também uma série de álbuns com recortes de jornais, convites, pequenas lembranças e fotografias comemorativas. Sabíamos da existência do Livro de Plantão apenas como um registro dos horários de entrada das moradoras após o horário estabelecido. Ao termos acesso aos Livros das décadas de 50 e 60 percebemos que ali estava um registro da memória da CEUC totalmente diferente daqueles conhecidos, seja por sua linguagem, seja por seu conteúdo. O Livro de Plantão é um diário, com a diferença de que não era uma única pessoa que nele escrevia, mas todas as moradoras. É, portanto, como dissemos acima, um diário coletivo, escrito a muitas mãos, revelando a diversidade entre as moradoras, mas também aquilo que tinham em comum: a condição de moradoras da CEUC, de estudantes e de jovens mulheres. Se com as outras fontes que citamos tivemos acesso à "vida oficial" da CEUC, com o diário tivemos acesso à intimidade não só da Casa, mas também de algumas moradoras, que no seu "dia de plantão" se "confessavam" com aquele "amigo silencioso" que tudo aceitava sem retrucar. Trata-se portanto, de uma fonte que revela, por um lado, a memória do grupo, e por outro, a memória individual. Procuramos analisar estes diários mais como indicativos de uma memória coletiva do que individual, embora esta divisão não seja rigorosa e nem fundamental para o nosso propósito, que é a questão da identidade.

Ao trazer para o debate sociológico um tema até então tido como de domínio exclusivamente individual - a memória -, Halbwachs (1968) defende o caráter social da memória,

destacando a participação determinante do grupo social na construção do passado. Halbwachs não descarta a participação da memória individual no pensamento social, mas o homem só tem memória do seu passado enquanto ser social, ou seja, a memória individual é, segundo o autor, um ponto de vista da memória coletiva, variando de acordo com o lugar social que ocupa, bem como das relações que estabelece com outros grupos. De qualquer forma, há em Halbwachs uma dubiedade quando se refere à memória individual, situando-se no limite entre o pensamento sociológico e uma visão mais introspectiva, psicológica. Conforme a análise de Myriam Moraes Lins de Barros:

"(...) Halbwachs acaba realçando o aspecto individual da memória, que encerra um sentimento próprio e particular. Sua existência tem um caráter único, decorrente de sua posição espacial e temporal e que apenas um único e determinado indivíduo possui em sua biografia. Mas, em relação a esse ponto Halbwachs vai além. As lembranças estariam alojadas no inconsciente, e embora precisemos dos outros para a reconstrução, as marcas do caminho já estão presentes nos indivíduos." (1989:31)

A questão mais polêmica levantada por Halbwachs está na sua definição de memória coletiva. O autor distingue-a radicalmente da história. Memória e história são, para Halbwachs, formas diferentes de se organizar o passado. Segundo o autor a história está acima dos grupos sociais, enquanto a memória pressupõe a inserção dentro das formas de consciência coletiva. A questão central aqui é a consciência coletiva, ela é a responsável pela diferenciação entre a memória histórica e a memória coletiva. Esta consciência é a história vivida, é o depositário das lembranças comuns do passado. Estas definições nos remetem para outra diferenciação: o tempo. Para Halbwachs o tempo histórico é exterior aos grupos, é arbitrário, assunto para historiadores, pois o autor não vê processos históricos, mas períodos traçados e classificados por indivíduos que deles não participaram. Já o tempo da memória coletiva é fluido, a periodização, se houver, é feita pelo grupo. O problema está nessa radical separação entre memória histórica e memória coletiva, pois, como muito bem alertou Barros (1989), esta distinção dá um certo caráter de falsidade para a primeira, como se a

verdade só pudesse existir a partir das histórias vividas, da memória coletiva.

Contudo, Halbwachs propõe uma nova forma de conhecimento do passado, uma nova forma de história, cujo fundamento é a memória coletiva. Nesse sentido, a noção de grupo, bem como de identidade são fundamentais para se analisar a memória, como também a consciência coletiva, conforme esclarece Barros:

"(...) Ao estabelecer a ligação entre o grupo e memória coletiva, Halbwachs acaba fixando um limite de vida para a memória, que é o limite de vida do próprio grupo, mas aqui apresenta, mais uma vez, um caráter dinâmico: primeiro, de formação de uma identidade de grupo através da guarda de uma memória comum e, em segundo lugar, porque não elimina a idéia de transformação desse grupo. As mudanças do grupo se resolvem em semelhanças justamente porque seu papel é desenvolver um conteúdo idêntico, isto é, os traços fundamentais do grupo. Se há uma preocupação em manter a identidade do grupo através de sua memória, é importante que as mudanças não o desintegrem, rompendo as relações entre esses traços fundamentais tanto através do tempo com relação aos conteúdos anteriores, como também na manutenção daquilo que permanece como a essência da identidade do grupo." (1989:33)

Seguindo a análise de Barros é de fundamental importância para a manutenção da identidade do grupo a presença dos mediadores, pois eles são os responsáveis pela transmissão da história de um passado vivido e experimentado. Comentando sua pesquisa sobre os avós (1987) Barros lembra que estes, ao reconstruírem suas histórias de vida, também constroem uma história do modelo familiar. Segundo a autora essa reconstrução é necessária para estabelecer a identidade atual da família. (1989:35) Portanto, a memória do grupo reavivada e mantida pelos mediadores é de fundamental importância para manter a coesão interna e estabelecer sua identidade.

Na CEUC todas as moradoras, conscientemente ou não, desempenharam o papel de mediadoras ao manter um diário que testemunhava a vida do grupo. Como lembrou Iris Boff, nele

havia "um pouquinho da alma viva" de cada moradora e a manutenção de um diário contando a história da CEUC criava um passado comum, "ligava" todas as moradoras do passado e do presente, permitia que todas se "encontrassem", se identificassem através de uma memória coletiva. Uma alteração profunda ocorre quando o Livro de Plantão perde a característica de um diário para se transformar num "livro-ponto" de chegada das moradoras. Mudanças alteraram a forma de se manter a memória da Casa, perdendo-se o contato com o registro do cotidiano. As lembranças, individualizadas, não são mais da Casa, mas "do tempo em que vivi na Casa", "das amigas, "da turma", constituindo-se, assim, uma ruptura entre o passado e o presente da Casa. Como lembrava uma moradora antiga através do Livro de Plantão as novas moradoras podiam ter contato com a dura realidade que as fundadoras da Casa e as primeiras moradoras tiveram que se deparar, podiam conhecer o cotidiano da "velha guarda", quando a "plantonista" ia à feira fazer as compras, ao açougue e à padaria e ainda passava escovão na casa". Se um dia a "velha guarda" não mais estivesse na Casa para narrar às novatas o que aconteceu no passado era só folhear as páginas do Livro de Plantão e, talvez, aprender a "dar mais valor às facilidades de hoje em dia", conforme o registro do dia 2 de dezembro de 1958.

E, portanto, como um objeto histórico que pretendemos analisar o Livro de Plantão da CEUC, valioso por registrar os aspectos rotineiros do cotidiano e também por nos fornecer elementos para pensar como, naquele momento histórico - as décadas de 50 e 60 -, jovens mulheres distantes de seus grupos familiares, organizaram um território físico e existencial fortemente vinculado ao espaço doméstico.

Os historiadores vêm já há algum tempo reconhecendo a importância de documentos privados para o conhecimento da história da família, como também das relações dos indivíduos com a cultura. Entre estes documentos os diários privados têm sido utilizados em pesquisas históricas, como nos trabalhos de ARIËS (1986), MACFARLANE (1989) e GAY (1988). A preocupação em anotar os acontecimentos domésticos, nascimentos, batizados e mortes fazia com que as pessoas mantivessem diários desde meados do século XVI, segundo ARIËS. Esses diários revelavam mais a necessidade de datar a vida familiar do que a privacidade individual, como no século XIX. Posteriormente a prática de escrever e manter um diário para nele registrar o cotidiano, as lembranças e, principalmente as revelações que diziam respeito à vida íntima, passou a ser mais generalizada entre as camadas sociais mais

privilegiadas. Esses diários íntimos são fontes bastante úteis por revelarem os limites entre o público e o privado e por permitir o acesso ao indivíduo e ao lugar que este ocupava na sua cultura. Tais relações são discutidas principalmente nas pesquisas de MACFARLANE e GAY. O primeiro, estudando o campesinato inglês utilizou um diário mantido pelo fazendeiro e pároco Ralph Josselin no século XVII, permitindo, segundo MACFARLANE, "penetrar na mente de um dos habitantes de Earls Colne por um período de 40 anos, de uma forma sem precedentes na Inglaterra". (1989:29) Com base nesse diário e em outros documentos MACFARLANE pode desenvolver uma tese, bastante polêmica sobre o campesinato e as origens do individualismo inglês. Peter GAY desenvolveu um estudo original sobre a experiência burguesa no século XIX, recorrendo, entre outros documentos, a diários íntimos. Segundo GAY foi no século XIX, "um século introspectivo, individualista e reticente" que os diários floresceram, tornando-se companheiros inseparáveis dos burgueses:

"Sabemos que a grande maioria das culturas estabelece limites, mais ou menos nítidos, entre as esferas pessoal e pública. Entretanto, a cultura da classe média do século XIX dava particular ênfase a essa distinção, tornando o abismo que separa as duas esferas o mais amplo possível. Numa cultura como essa, o diário íntimo estava destinado a florescer, e foi com justiça que o século XIX veio a ser considerado sua época áurea." (1988:320)

Ao utilizar diários íntimos como fontes os historiadores estão elegendo a privacidade como tema relevante para estudar instituições, idéias, valores culturais, e principalmente trazer à tona a importante dialética da continuidade e da mudança. Autores como MACFARLANE e GAY trabalharam com diários privados, o que não os impediu de traçar os esboços do mapa cultural da Inglaterra seiscentista e da experiência privada burguesa do século XIX.

O diário íntimo tornou-se, em muitos casos, um amigo, o silencioso e discreto depositário de confissões tanto para homens como para mulheres. Segundo GAY as mulheres se mostravam mais propensas a manter seus diários em dia e muitas o faziam como uma forma de terapia. Apesar de suas ocupações de esposas e mães, bem como seus compromissos sociais, as mulheres registravam em seus diários reflexões sobre o

quotidiano, o casamento, os filhos e suas experiências mais íntimas. Muitas delas começaram essa prática de escrever diários ainda muito jovens estendendo-a até à idade madura, formando verdadeiros quadros da vida íntima e familiar. Muitos romances para moças também descreviam suas heroínas como fiéis escritoras de diários, onde revelavam seus amores platônicos e segredos que não ousariam contar a alguém a não ser para o "querido amigo" de papel.

Apesar de não ser uma atividade unicamente feminina - pois os homens também escreviam diários -, o número de mulheres que a partir do século XIX passou a escrever e manter um diário aumentou significativamente. Mães, avós, tias e madrinhas passaram a presentear as suas filhas, netas, sobrinhas e afilhadas com belos livros encadernados com capa dura e letras romanticamente desenhadas com o título de "Meu Diário". Também nas escolas passou a circular entre os grupos de amigas íntimas o "Caderno de Confidências", de caráter mais coletivo, mas cujo objetivo era fazer circular as intimidades, os sonhos e os desejos das jovens adolescentes entre seus grupos de amigas.

Foi provavelmente com base nessa experiência generalizada em algumas camadas sociais de dividir a intimidade com outras mulheres através de um diário ou de um "caderno de confidências", que a primeira presidente da CEUC criou o Livro de Plantão, transformando-o numa espécie de diário que circulava pelas mãos de todas as outras moradoras. Inicialmente algumas delas não entenderam o objetivo de tal prática, mas logo nas primeiras páginas do primeiro livro observamos que não faltava o quê escrever. Nem todas se dispuseram a assumir tal compromisso, pois não viam o Livro de Plantão como um diário, mas um bom número de moradoras desde 1954 até meados de 1968 manteve a prática de escrever, de registrar tudo que lhes parecesse importante não só sobre o conjunto das moradoras, mas também desabafos, reflexões sobre a vida e as incertezas de cada uma. Foram essas jovens que no seu dia de "dona-de-casa" deixaram as marcas de um passado comum, ritualizaram a aparente banalidade do cotidiano doméstico colocando em foco individualidades e relações, marcando um tempo, emitindo um discurso feminino e elevando o cotidiano a uma dimensão social. O acesso à memória do cotidiano nos permite pensar a relação entre o domínio privado e o feminino e a elaboração de um modelo de mulher que pudesse dar conta com mais agilidade da continuidade representada pela família e pelo casamento, e da mudan-

ça provocada pelo acesso ao mundo do trabalho e às ambições de profissionalização.

* * * * *

A CEUC teve três sedes entre 1954 e 1964. A primeira, localizada no centro da cidade, era uma casa bastante antiga, em condições um tanto precárias e abrigava em torno de trinta moradoras. Os constantes problemas com instalações elétricas e hidráulicas, agravados por "inundações" de quartos e outras dependências com as chuvas, fizeram com que as moradoras procurassem, com o auxílio da Reitoria da Universidade do Paraná, uma nova sede, não tão central quanto a primeira, mas próxima à Universidade na rua Mariano Torres. Esta casa era maior e o número de moradoras aumentou para 48. Finalmente, com a construção dos novos prédios da Universidade, do DCE e do Restaurante Universitário, em 1963, as moradoras da CEUC receberam do então reitor Dr. Flávio Suplicy de Lacerda uma nova sede com oito andares e o número de moradoras aumentou para 120. Quando as dependências da CEUC eram menores e mais precárias, o número de moradoras era, conseqüentemente, menor, como também o auxílio de empregadas se restringia à uma cozinheira e nem sempre podia-se contar com uma ajudante de cozinha que também fosse arrumadeira. Desta forma, o "trabalho pesado" como a limpeza da casa e as compras tinha que ser dividido entre as moradoras igualmente e os plantões eram mais frequentes para cada uma das moradoras. Quando a Casa passou a ter mais de cem moradoras a frequência dos plantões diminuiu sensivelmente, como as tarefas reduziram-se apenas para o controle de entrada e saída das moradoras no turno da noite, ficando uma recepcionista contratada especialmente para atender as visitas e o telefone durante o dia.

A presença constante das moradoras na Casa e o maior engajamento no trabalho doméstico fez com que os registros dos primeiros anos da CEUC fossem mais "densos", mais detalhados, mais voltados para o trabalho em si. Os primeiros três anos foram anos de organização do trabalho e da hierarquia, de ajustes, de estabelecimento de uma "ordem doméstica" e de um código de condutas que deveria atingir a todas, e o diário - como iremos nos referir ao Livro de Plantão -

registrava aquele momento intenso, "fervilhante", como o descreviam as moradoras.

No conjunto o tema mais freqüente era o trabalho doméstico, a rotina do dia de plantão, embora o relacionamento entre as moradoras e a preocupação com a CEUC estivessem sempre presentes nos registros. Conforme o número de plantões fosse reduzido e o trabalho doméstico assumido por empregadas, os registros passaram a ser mais sobre o relacionamento entre as moradoras, sobre o futuro, a política e, principalmente sobre a existência da CEUC e a responsabilidade coletiva em mantê-la e continuá-la. Havia, desde o início, uma grande preocupação em manter e melhorar a CEUC, em elaborar um discurso de permanência da instituição, bem como um modelo de "ceuqueana". Embora todas as moradoras "passassem" pela CEUC por um curto período, no máximo 6 anos - o tempo de um curso de Medicina, por exemplo -, os registros lembram constantemente que "as pessoas passam, mas as instituições ficam", daí a necessidade de se fortalecer a CEUC e de se criar uma identidade para a "ceuqueana", uma identidade que se forjava pela experiência, pelo tempo vivido de dentro, pelo movimento de "fazer-se" enquanto grupo e enquanto individualidade. Nesse sentido, a organização da memória tinha um papel fundamental, pois o diário significava referência, criava um passado comum, integrava o grupo, além de caracterizar um espaço privilegiado para o debate e para a exposição das positivities e negatividades do grupo. Poderíamos dizer que, no conjunto, os registros presentes no diário revelam a dialética entre a continuidade da Casa e da "ceuqueana", os chamados "ideais" e "sonhos" que moveram as estudantes a construir um "lar em terra estranha"; e a ruptura evidenciada pela transitoriedade daquele momento das vidas das moradoras, que viviam entre constantes chegadas e partidas, situando-se num "tempo ceuqueano", um tempo de transição e de aprendizado entre a "vida de estudante" e a vida das "mulheres do amanhã".

A continuidade é mais realçada nos primeiros anos da CEUC, porque havia a necessidade de fortalecê-la frente às dificuldades materiais que se faziam sentir mais intensamente. Palavras como "ideal", "luta" e "sonho" são muito usadas para expressar o desejo de manter um espaço com que contar em Curitiba e de assegurar que aquela Casa seria, doravante, um lar seguro e permanente. Os registros eram escritos sempre na primeira pessoa pressupondo um interlocutor ou então dirigiam-se diretamente ao diário, mas, de qualquer maneira, havia sempre uma mensagem, um recado para todas, ou uma

invocação a Deus pedindo a proteção para a CEUC e suas moradoras e a concretização do "Ideal" que as unia: manter a Casa. Eram bastante comuns as referências a Deus, à bondade divina, ao espírito cristão e à solidariedade, associadas às noções de harmonia social, equilíbrio, bom senso, educação e amor ao próximo. A CEUC é descrita sempre em termos positivos, às vezes como se a Casa fosse um ser, uma entidade independente das moradoras, estas nem sempre descritas positivamente. Geralmente recorre-se às condições do clima para contrastar com o "clima" da CEUC. Se o céu está cinza e nublado, na CEUC está "tudo azul" e "claro"; se o dia está "frio, escuro e triste", na CEUC o ambiente é "quente, claro e alegre". A atmosfera da CEUC é "rôsea", "brilhante", faz com que todas se sintam no aconchego do lar. Sonhos, flores, amor, poesia, céu, calor, afeto e tantas outras palavras são invocadas para lembrar o ambiente afetuosos que existe na Casa. Espera-se que esse ambiente seja sempre renovado através das moradoras e que elas saibam sempre valorizar aquilo que conquistaram seja por palavras, seja por ações.

Assim é que o trabalho assume um papel importante na vida das "ceuqueanas". Trabalhar significava cumprir bem as tarefas do plantão, mostrar interesse e disposição com relação a tudo que se referisse à Casa e estar sempre pronta para auxiliar as outras companheiras, em resumo, ser sempre prestativa. Muitos são os registros que lembram que a Casa não era hotel nem pensão, portanto todas deviam conscientizar-se da importância do trabalho e da dedicação que deviam à Casa. Inicialmente o plantão durava o dia todo e envolvia a limpeza dos principais cômodos da casa, a elaboração do cardápio, as compras, o preparo do lanche da tarde e da noite, o atendimento às visitas e, o que era mais difícil, atender a porta durante a noite, para as moradoras que chegavam depois das 23 horas. Ser "dona-de-casa por um dia" numa casa onde moravam tantas pessoas não parecia ser tarefa das mais fáceis. Por um lado as moradoras registravam que era um "grande prazer" fazer o plantão, porque dessa forma estavam contribuindo com a eficiência do trabalho e "zelando" pela ordem na CEUC. Por outro, as moradoras reclamavam das atitudes de algumas "senhoritas" que eram "caprichosas" e pensavam que a plantonista era "sua empregada". Há também muitos elogios às "bondosas amigas", às "queridas irmãs" aos "anjos de bondade" que sempre auxiliavam a plantonista nos momentos mais "corridos" como servir o almoço e o lanche. Pelos registros podemos perceber que os pontos de tensão e de conflito eram, sem dúvida, o trabalho e o comportamento.

Algumas plantonistas citavam constantemente alguns artigos do Regimento Interno, principalmente quanto às chegadas depois das 23 horas, as companhias masculinas e os namoros em frente à CEUC, lembrando que o mau comportamento de uma moradora poderia "por a perder" todo o grupo. "Zelar pelo bom nome da Casa", era o que se esperava de todas as moradoras.

Fazer o plantão nos primeiros anos da CEUC era uma tarefa que exigia bastante da moradora. Durante este dia ela tinha que adequar suas outras atividades com os horários da Casa. Os registros desse período são muito detalhados:

"Vou relatar o que se passou na data de hoje, em 8 de setembro de 1954, para a qual fui designada plantão. Ao raiar o dia fui à Catedral assistir a Santa Missa. Voltando para Casa fui ao Armazém Curitibano comprar 1 pacote de manteiga e 1 coco gastando Cr\$ 28,00. Em seguida tomei café e logo comecei a limpeza da Casa: passei o escovão nas diversas peças, esperei os móveis e varri a área e a calçada ao lado. Quando me achava entretida nestes afazeres ouço a campainha tocar e deparo com um senhor que indaga pela colega Maria Luíza. Fazendo-a ciente, imediatamente vem atendê-lo. Prossigo minha ocupação com a troca de água e flores nos vasos. As 11:30h. ponho a mesa e, para variar a rotina, coloco um vaso de flores e guardanapos de papel nas respectivas xícaras por falta de copos. A cozinheira, D. Marina, desde cedo achava-se entretida no seu serviço e prepara para o almoço, além de outros pratos, uma grande travessa de bacalhau. Como sobremesa foi servido doce de abóbora em calda. (...) As 15 horas foi servido o lanche. A tardinha tive que sair novamente para comprar 1 Kg de carne para o jantar, que custou Cr\$ 22,00. E agora, diante destas linhas, envolta no mais absoluto silêncio em que está mergulhada a Casa - digo melhor: lar, doce lar... meu pensamento, na data de hoje - festiva para Curitiba, em que se comemora o dia de sua padroeira - Nossa Senhora da Luz, volta-se para os Céus, em ardente prece, para que Ela abençoe estas boas colegas que se acham irma-

nadas pelo Ideal, fazendo ardentes votos para que amanhã possamos tornar realidade o que hoje é sonho, contribuindo assim eficazmente, nesta hora grave e difícil em que nossa Pátria atravessa, para tornar um Brasil forte e unido." (L.S., 8-9-54)

Os registros seguiam quase que um modelo quanto ao estilo. Iniciavam contando o que foi feito na Casa, quem e quando alguma visita chegava, os pratos feitos e se estavam ou não saborosos, e finalizavam com alguma reflexão sobre a Casa, a vida, a política, procurando deixar alguma "mensagem construtiva":

"Cada dia mais firme, cada vez mais fortes, vamos seguindo nessa jornada pelo ideal da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. Levando, sorrindo, brincando, organizando, enfim, vencendo sempre. Segunda-feira!... Um dia aborrecido por si mesmo, a turma toda cansada do fim de semana mas disposta a enfrentar as aulas que vinham pela frente. Enchi a Casa de flores para dissipar esse aborrecimento que nos vem nas segundas-feiras." (O.Z. 13.09.54)

Há um certo tom entusiasta nestes primeiros registros. Todas parecem muito animadas com a nova situação de moradoras de uma Casa de Estudantes Universitárias e procuravam descrever o dia do plantão realçando suas ações ou criticando-se por não ter feito o suficiente. Colocar flores nos vasos, arrumar caprichosamente as mesas, preparar um gostoso pudim para a sobremesa ou um bolo para acompanhar o lanche, eram atividades que demonstravam dedicação e reforçavam o sentimento de intimidade. Ao carregar tão positivamente estas atividades emitia-se um discurso de valorização de um modelo feminino fortemente centrado nas prendas domésticas. O que se percebe nos registros é que ser uma "moça prendada" era motivo de orgulho, pois para o futuro não desejavam apenas ser "doutoras", mas boas donas de casa também. Tal valorização articula um novo modelo de mulher, preparada para a vida pública e para se tornar independente financeiramente mas que saberá desempenhar seu papel de esposa e de mãe ao administrar seu futuro lar. Desta forma, o trabalho doméstico não deveria ser encarado com um fardo,

mas sim como um aprendizado, necessário, tal como os estudos, para a vida da "mulher de amanhã".

Desdobrar-se entre a Casa e a escola; começo de um aprendizado que habilitaria aquelas jovens mulheres para um futuro desdobrar entre a Casa e o trabalho, entre o privado e o público.

Ao registrar os acontecimentos do dia de plantão as moradoras passavam a emitir um discurso que tinha seu principal sustentáculo na ligação entre o universo doméstico e o feminino. É importante lembrarmos que a concepção positivista de mulher como sendo a formadora da geração do futuro e, responsável pela manutenção da ordem e dos valores morais, estava muito presente, sendo reproduzida nas escolas, na imprensa feminina e também no meio estudantil. Procurava-se combinar características modernas como a "ambição", o "individualismo", a "competição", com características tradicionais como a "meiguice", a "fragilidade" e "bondade". As mudanças culturais que permitiam às mulheres maior movimento rumo à individualização fizeram com que um novo modelo de mulher começasse a ser elaborado, onde a educação desempenhava papel de destaque, associada às "inclinações naturais e biológicas" que "destinavam" as mulheres ao cuidado do lar. Assim, os primeiros registros sobre o trabalho doméstico na CEUC são muito valorizados e revelam uma certa ponta de orgulho por parte da moradora-plantonista por poder colaborar com a ordem da Casa, bem como são lembrados posteriormente, através de leituras retrospectivas, como exemplo para as moradoras mais novas.

A transformação da Casa em "lar" passava, necessariamente, por uma ordenação do cotidiano daquele espaço físico e moral: *"Neste dia felizmente tudo correu bem. Nada foi registrado de anormal. Assim fiz o que me cumpria fazer, com interesse em que seja nesta Casa mantido o ritmo de ordem e bem-estar para todas."* (R.R., 5-6-56) Para que todas pudessem se sentir "em Casa" era necessário que tudo estivesse sob controle e, neste sentido, o trabalho doméstico, nas suas mais banais representações, constitui-se em uma rica metáfora da ordem. Geralmente o trabalho doméstico é caracterizado como "estafante", "invisível", "alienante", "não-produtivo" porque não é permanente, desfaz-se de um dia para outro. Por que, então, as moradoras da CEUC valorizavam tanto o trabalho doméstico justamente num momento de suas vidas em que estavam procurando uma formação que as habilitasse a exercer uma atividade profissional fora do lar? Poderíamos dizer que a julgar pelos registros, as "Ceunqueanas" acrédi-

tavam que o lar era o "locus" feminino por excelência, base para a formação moral da mulher e que, como num espelho, sua organização revelava um modelo de mulher.

Ao pensar sobre a visibilidade do trabalho doméstico Alice Inês de Oliveira e SILVA (1989:162) comenta sobre o discurso de valorização da "casa-bem-arrumada", que atesta a presença de uma "dona-de-casa-caprichosa". A ordem e a limpeza do espaço doméstico, garantidos pelo trabalho de dona de casa são elementos indispensáveis nesse discurso, bem como metas a serem alcançadas diariamente. Não é apenas a higiene que está em questão mas o aspecto moral. Para as moradoras da CEUC a formação da "mulher do amanhã" passava pelos bancos das universidades mas também pelo aprendizado doméstico, e esse só se dava na organização do lar. Daí a necessidade de valorizar o trabalho doméstico, de torná-lo visível. A visibilidade era, então, não só do ordenamento das coisas, da comida bem preparada e da limpeza da casa, mas também da responsável por tal ordem, valorizando-se positivamente o papel da "mulher dona-de-casa". Nesse sentido podemos compreender as frequentes exortações quanto à limpeza dos utensílios domésticos e dos banheiros, o cuidado com os objetos e o incentivo às "idéias construtivas" dignas de citação e elogios como bordar monogramas nos guardanapos, enfeitar as mesas com flores, sem esquecer as "guloseimas" que "atestavam" se a moradora já estava preparada para casar:

"Como não sou hóspede e nem pensionista e porque aqui não é casa de pensão e porque também não sou nenhuma parasita, hoje procurei atender as exigências que o cuidado diário de uma Casa exige ou requer.(..) Fazendo votos para que cada moça desta Casa se compenetre de que servir uma colega, preparar um almoço ou arear um talher não é desdouro, pelo contrário, dignifica uma futura dona de casa. Acho que além de doutoras nós almejamos ser 'Esposa'."
(M.L.F., 3-11-55)

A CEUC se prestava muito bem, portanto, para formar esta "futura dona-de-casa", organizando o trabalho doméstico de tal forma que todas pudessem ser "donas de casa por um dia", responsáveis pela manutenção da ordem e também da disciplina.

Além de ordenar o cotidiano e formar a "futura dona de casa" o trabalho doméstico na CEUC hierarquizava as relações entre as moradoras, estabelecendo uma relação imediata entre trabalho e experiência, fundamental para o exercício do poder como veremos.

Conforme expusemos anteriormente um dos momentos mais importantes na CEUC era a realização do concurso para admissão de novas moradoras. Desde 1955 comissões compostas pelas moradoras mais antigas faziam a avaliação das candidatas, porém não encontramos nenhum documento do período inicial da Casa sobre os concursos. A primeira indicação está numa ata de reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo de 22-04-56 onde levanta-se a questão dos critérios de admissão. Nada é detalhado e decide-se que as candidatas devam apresentar fontes de informação a seu respeito, como vimos. Somente a partir de 1958 a discussão sobre os critérios passa a constar mais detalhadamente nas atas. Sabemos a importância que o aspecto moral tinha neste momento de escolha das novas moradoras, bem como a situação financeira da candidata, contudo, havia mais dois outros itens: o espírito de cooperação e de solidariedade. Aparentemente era difícil, num primeiro contato, avaliar se a candidata teria esse "espírito de cooperação e de solidariedade", embora a comissão devesse ficar atenta às reações das candidatas diante das perguntas. O que se percebe com relação ao concurso é que havia, por um lado, um forte apelo assistencial, ou seja, dar prioridade às estudantes com problemas financeiros, e por outro, a preocupação com a idoneidade moral e a capacidade da candidata em provar que corresponderia ao que dela se esperava: trabalho e dedicação à CEUC e à diretoria.

Ao observarmos as categorias de moradoras da CEUC percebemos que a relação trabalho-experiência hierarquiza verticalmente as relações entre as moradoras, estabelecendo uma linha ascendente entre as moradoras inexperientes e as experientes, sendo que as primeiras só poderiam se igualar às outras somente se "esforçassem", fossem solidárias e dedicadas à Casa. A principal etapa, passando o concurso, era o período limiar das novas moradoras, que deviam provar serem merecedoras de permanecer na CEUC e esta "prova" começava até mesmo antes do concurso. Durante as férias as moradoras regressavam para suas cidades e deixavam seus quartos vagos, o que representava uma outra fonte de recursos, para a Casa. Nesse período a Casa hospedava as estudantes que vinham prestar concurso vestibular em Curitiba, ficando as hóspedes sujeitas ao Regimento Interno como qualquer morado-

ra da CEUC. A presença das vestibulandas começou a dar motivo para muitas críticas, pois não conheciam as normas da Casa, algumas falando muito alto pelos corredores, usando roupas indevidas como shorts e calças compridas muitas justas ou chegando após as 23 horas sem avisar. Foi pensando em normatizar a presença das vestibulandas que a partir de 1958 a diretoria passou a exigir uma declaração: *"Declaro que tomei conhecimento dos estatutos e regimento interno da CEUC e me comprometo a cumpri-los durante minha permanência como vestibulanda, estando sujeita à exclusão após a segunda repreensão. Declaro outrossim, que deixarei a CEUC terminado o exame vestibular."* Nem todos deixavam a CEUC porque passando no vestibular muitas faziam o concurso para admissão de novas moradoras. Quase todas as vestibulandas aprovadas faziam concurso na CEUC procurando uma vaga que as transformasse em "ceuqueanas".

Era com esse objetivo que algumas vestibulandas faziam o plantão, o que era muito bem visto pelas moradoras que permaneciam na CEUC durante as férias. Como plantonistas elas podiam começar a se tornar conhecidas e já obter pontos para o concurso no que referia à cooperação e à solidariedade. Embora fossem descritas em termos positivos pelas moradoras, algumas lembravam o "drama" que se iniciava com o afastamento da família na procura de um ideal:

"Em leitura retrospectiva deste livro tomei contato com o pensamento das vestibulandas. Dói-me, confesso, notar que todas aqui 'aportam' tão ingênuas, pois ainda mais chocante será a diferença a se notar dentro de alguns anos. E por que anos? Meses, semanas mesmo. São todas matéria moldável, dócil, exposta. Precisam de orientação segura. E fora dos lares estarão entregues a si mesmas, muitas vezes sem saber como agir... Mas isso é mesmo um drama..." (Norma, 19-2-57)

Os registros das vestibulandas seguem, quase invariavelmente, o mesmo estilo. Mostram-se muito felizes por estarem na CEUC embora ansiosas pelo resultado positivo no vestibular. Referem-se com palavras carinhosas às moradoras e esperam que logo possam fazer parte daquele "lar":

"Quanta vestibulanda tem aqui, quanta moça boa, quantos espíritos elevados, quanta mente sã! É

pena que esta CEUC não seja bem grande para poder acolher a todas essas meninas que procuram e necessitam de "um lar em terra estranha." (Cidinha, 5-2-58)

Para as vestibulandas era importante demonstrar que mesmo não sendo aprovadas no vestibular e, conseqüentemente, tendo que adiar por mais um ano seus planos de entrar na universidade, o curto período que passaram na CEUC tinha sido uma experiência importante em suas vidas e que não se deixariam abater, retornando assim que fosse possível. Seus registros revelavam que eram candidatas não só a entrar na universidade mas também a futuras moradoras da CEUC:

"26 de fevereiro! A expectativa tenebrosa dos exames foi substituída pela espera angustiada dos resultados dos mesmo para algumas e pela sensação adorável da vitória para outras. Para outros ainda tudo continua no mesmo, apenas vibrando com a vitória das amigas ou acompanhando com ansiedade carinhosa a expectativa dos que ainda restam.

É o meu segundo plantão. Talvez seja o último, isto o "concurso" dirá, ou antes dele, o resultado de meus exames.

Fazem quase dois meses que aqui cheguei e neste abrir e fechar de olhos, muita coisa pude observar e muito pude sentir e, o que é ainda mais importante, aprendi muito. O delicioso convívio nesta Casa à qual já estou bastante afeiçoada é um estímulo para a vida e uma escola para as que por aqui passam. O objetivo comum que as moradoras da CEUC visam é algo de sublime que bem expressa o seu slogan: 'Um lar em terra estranha'." (Lucyla, 26-2-62)

"Após três meses que aqui estou, o resultado do vestibular me arrasta para fora e para longe deste 'lar em terra estranha'. Somente levo comigo a lembrança de uma acolhida calorosa perante minha estadia. A todas meus agradecimentos por tudo. Escusas eu peço se falhei em algumas de minhas obrigações. Se Deus quiser no próximo vestibular estarei de volta e ouvi-

rei 'Seja bem vinda vestibulanda'." (Z.S., 11-3-62)

Para aquelas que conseguiam passar no vestibular um novo "exame" começava: o concurso. Assim que saía o resultado do vestibular abria-se o processo de inscrições para novas moradoras. Como dissemos anteriormente poucos são os documentos existentes sobre os concursos. Há algumas cartas de apresentação, as fichas de inscrição das candidatas e, em número muito pequeno, alguns questionários e testes de conhecimentos. Não analisamos estes últimos porque aparecem somente a partir de 1968 e poucos foram os que restaram, apesar de trazerem muitas informações sobre a vida das candidatas. De uma forma geral os concursos não mudaram muito desde a criação da CEUC. A comissão julgadora "examinava" as candidatas através da documentação exigida e de uma entrevista onde eram explicados os objetivos da CEUC e sua organização e funcionamento. Da candidata procurava-se obter informações sobre sua vida pessoal, seus gostos, seu relacionamento familiar e seus planos para o futuro. Munida dessas informações a comissão julgadora escolhia aquelas que mais se adequavam ao modelo de "ceuqueana" e que também precisavam da Casa para poder continuar seus estudos. O momento que antecede a divulgação da lista das novas moradoras é muito tenso e preocupante, pois significava ser aceita ou não na Casa e adquirir um novo status: o de moradora provisória. Os registros do diário revelam sempre a euforia daquelas que são aceitas e a tristeza das que têm que ir embora. As novas moradoras mostram-se muito agradecidas e comprometem-se a sempre trabalhar pela Casa e a fazer jus pela confiança que a Diretoria estava depositando nelas:

"Fiz hoje novamente plantão, porém com uma diferença pois fi-lo como moradora provisória. Que a confiança da Diretoria em mim possa durar até a efetivação. Muito obrigada às ceuqueanas. Novamente fui útil à CEUC colaborando em tudo." (M.M., 26-3-62)

O primeiro plantão na condição de moradora provisória era sempre descrito como "diferente", "feliz". Novas responsabilidades começavam a partir de então e as moradoras mais antigas lembravam às "calouras" as dificuldades em se viver numa comunidade:

"Aproveito meu plantão para fazer um apelo às moradoras que por contingência da vida aqui estão, seja por pouco tempo, ou seja para esperar o fim do curso que ainda não iniciaram. Atentem bem. Procurem ser o mais compreensivas e justas possível. Para viver numa comunidade como a nossa, é mister um espírito de sacrifício e de tolerância bastante desenvolvido. Para as comodistas uma lembrança: o direito da pessoa acaba onde começa o direito alheio. Como experiente nas coisas da Casa aconselho a todas muito tato no trato das coisas que dizem respeito à Casa e a cada moradora. E a vida que as ensine viver. Quanto mais se vive mais se aprende minha gente."
(Myrna, 1-4-62)

Registros como este eram muito frequentes logo após o concurso pois uma nova etapa começava para as "calouras". Começariam a fazer parte da CEUC e a aprender que nem sempre a "atmosfera" era "rôsea" e as "companheiras" bondosas e amigas. Muito teriam que fazer, pois uma nova avaliação ao término de um ano poderia novamente mudar seu status dentro da Casa, e era com vistas a essa avaliação que as "calouras" tentavam "provar" como eram eficientes no trabalho e solidárias com as outras moradoras.

O quadro de moradoras da CEUC era formado por moradoras provisórias e efetivas. As provisórias ou "calouras", recém-aprovadas em concurso, deviam passar por um período de observação para provarem que realmente eram merecedoras de morar na CEUC. Ao fim desse período a diretoria da Casa fazia uma nova avaliação - a efetivação - e escolhia as moradoras que a partir daquele momento passavam a ser efetivas. Há muitos detalhes nas atas da Casa sobre a efetivação até 1968, quando tentou-se abolir a condição de moradora provisória, mas o principal quesito a ser avaliado era a capacidade de trabalho da "caloura". Somente a partir de 1968 é que tentou-se eliminar a diferenciação entre provisórias e efetivas mas até então essa diferença era defendida e inquestionável. Eliminando a diferença todas as moradoras teriam que trabalhar igualmente na Casa o que contrariava os interesses daquelas moradoras que já haviam passado pela condição de provisórias: as "experientes nas coisas da Casa". Para adquirir esta experiência e se tornar uma "igual", só havia um caminho: o trabalho. Os discursos emi-

tidos sobre essa questão variaram muito, pois nem todas as moradoras concordavam com a divisão entre provisórias e efetivas. As moradoras efetivas que defendiam a manutenção da divisão lembravam que só trabalhando as novas moradoras saberiam dar valor à Casa. Era um período de aprendizagem onde só teriam direito a ascender a uma nova condição aquelas que não fossem egoístas e que tivessem bom comportamento.

O processo de efetivação é um rito de passagem que envolve mudança de status, tem uma periodização própria e apesar da hierarquização entre "calouras" e efetivas seu objetivo não é separar, mas separar para posteriormente agregar, pois o que se visava não era a individualidade - daí as críticas às egoístas -, mas sim a totalidade. A efetivação era, na verdade, uma forma de renovar o "espírito" da Casa ao escolher as merecedoras, aquelas que com seu esforço pessoal passariam a ser dali em diante as verdadeiras moradoras, as efetivas. Através da mudança de condição das moradoras renovava-se periodicamente o discurso da permanência da Casa: as pessoas passavam na e pela Casa, mas esta permanecia.

Conforme TURNER (1974) os ritos de passagem acompanham toda a mudança de lugar, de estado, de posição social e de idade. Citando VAN GENNEP, TURNER lembra que todos os ritos de passagem caracterizam-se por três fases: separação, margem (liminaridade) e agregação. Conforme TURNER: *"A primeira fase abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um "estado"), ou ainda de ambos. Durante o período "limiar" intermédio, as características do sujeito ritual (o transitante) são ambíguas: passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem. O sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez, e em virtude disto tem direitos e obrigações perante os outros do tipo claramente definido e "estrutural" esperando-se que se comporte de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social, num sistema de tais posições."* (TURNER, 1974:116 e 117)

A experiência, atributo considerado essencial para se tornar uma moradora efetiva, não se adquiria somente pelo trabalho, embora estivessem intimamente associados. O quo-

tidiano na CEUC não era somente trabalho, havia uma "atmosfera" bastante densa, carregada positiva e negativamente, revelando uma sociabilidade intensa. Os registros mais emocionados são aqueles que se referem a essa sociabilidade, às amizades, ao carinho e compreensão que havia na Casa, ao companheirismo, ao esforço individual enquanto estudantes universitárias e à alegria das conversas, dos saraus e bailes. Por outro lado havia a intolerância, a prepotência, a falta de compreensão e o extremo individualismo que destoavam da totalidade da Casa. A maior parte dos registros do cotidiano da CEUC tratam, portanto, da intensidade das relações entre as moradoras, de um tempo de espera por um futuro que todas sonhavam ser recompensador. Para muitas daquelas jovens mulheres esse "tempo ceuqueano" era um momento especial onde poderiam muito aprender e se preparar para o próximo ritual de passagem, quando então deixariam a CEUC com um diploma na mão e, talvez, uma aliança no dedo.

Há um grande número de registros que descrevem as relações entre as moradoras invocando o sentimento de familiaridade e de harmonia, que deveria existir na CEUC. Naquela lar todas eram "irmãs" e como tal, deveriam agir fraternalmente umas com as outras. Isso, porém, nem sempre acontecia e vários eram os motivos para desavenças, acusações e brigas. Mecanismos punitivos eram acionados nos casos mais extremos - as repreensões e as faltas - como tentativa de disciplinar os "temperamentos" tão diferentes que às vezes se chocavam.

Desde a fundação da CEUC grupos com posições políticas diferentes se confrontavam, tentando, cada um a seu modo, impor uma concepção de ordem para o conjunto das moradoras. Alguns momentos eram especialmente propícios para esses enfrentamentos como as assembleias e as eleições. Ir para uma assembleia era o mesmo que "ir para uma guerra", conforme nos informou uma ex-moradora, pois aquele era o momento de defender as suas posições no que se referia à Casa. Temas muito importantes eram decididos nessas ocasiões como os problemas financeiros e administrativos da Casa. As diretorias procuravam sempre o consenso, ordenar o conflito entre os grupos divergentes, mas nem sempre isso era possível, principalmente quando o que estava em jogo era o exercício do poder. Pedia-se constantemente que tudo fosse dito somente nas assembleias, porque aquele era o momento para se resolver as diferenças, mas, o que se percebe pelos registros no diário é a existência de uma forte crítica quotidiana, um constante murmurinho no café da manhã, no almoço, nos

quartos e fora da Casa também. Bilhetinhos e pequenos cartazes circulavam pela Casa, anônimos, deixando a Diretoria enfurecida. No diário registros indignados com tanta desordem e incompreensão, exortando as moradoras à fraternidade. Percebe-se a existência de uma "oposição" à diretoria nos mais diferentes momentos da Casa, embora o discurso da harmonia social e da ordem procurasse constantemente denegrir a imagem das moradoras que "destilavam ódio e amargura" e estas, por sua vez, diziam-se injustiçadas, oponentes da "gerontocracia" e do conservadorismo.

Segundo informações de ex-moradoras da CEUC e pelo que se pode obter na documentação, os dois grupos que existiam desde a fundação da Casa não eram tão diferentes como um acontecimento isolado pode sugerir. Desde o conflito que precipitou a demissão da primeira presidente uma verdadeira "descendência" de presidentes conservadoras dirigiu a CEUC, pelo menos até 1969. Essas presidentes seguiam rigidamente as determinações de Wilma Machado Carrilho, principalmente no que dizia respeito à imagem da CEUC e ao cuidado com o "bom nome" da Casa. Assim, eram muito rígidas quanto à observância dos horários de chegada à noite, as saídas sem permissão da diretoria para ir a um baile ou dormir fora da Casa. Tinham muito medo que o comportamento desviante de alguma moradora - alcoolismo, prostituição ou roubos - pudesse "macular" a imagem da CEUC e, conseqüentemente, de todas as outras moradoras. Geralmente essas presidentes representavam um grupo composto por moradoras mais antigas, mas "experientes" e, por esse motivo, sentiam-se na qualidade de verdadeiras guardiãs da honra da Casa. A oposição a essa "descendência de guardiãs" também temia pela imagem à questão moral, mas, segundo uma ex-moradora, *"elas eram mais avançadas para a nossa época, mais ousadas no sentido social"*. Eram contra a rigidez das normas, pois achavam que se os seus pais haviam permitido que elas se afastassem de casa para estudar numa cidade estranha era porque tinham depositado confiança nelas, portanto, não concordavam com a vigilância cerrada sobre suas vidas, defendida pelo grupo conservador. Suas críticas à Diretoria e ao Conselho eram dirigidas principalmente ao sistema punitivo da Casa. Segundo os registros "qualquer coisa" era motivo para punição e aquilo estava "errado", pois todas eram "adultas e inteligentes" e esses "castigos" pareciam muito humilhantes. Os "castigos" eram repreensões e faltas, que deveriam ser assinadas pela moradora que não cumprisse o Regimento Interno. A repreensão era assinada quando a moradora cometia uma infra-

ção pela primeira vez e a falta quando a moradora já havia assinado cinco repreensões. Era motivo para repreensão chegar após as 23 horas sem aviso prévio, sair mais de duas vezes por semana para festas - posteriormente as saídas para festas foram ampliadas para quatro vezes por semana -, chegar desacompanhada de outra moradora da Casa depois das 23 horas, não voltar para Casa depois de bailes e festas no prazo máximo de quarenta e cinco minutos e permanecer em frente à Casa por mais de cinco minutos com rapazes. Os motivos para aplicação das penalidades foram pouco alterados, mudando apenas o tempo permitido para voltar ou a questão das acompanhantes.

Essas disposições e cuidados sobre o comportamento das moradoras eram descritos como "excesso de moralismo", pois todas eram "moças direitas" e caso alguma delas desse motivo para se pensar o contrário seria expulsa. Mas essa não era a opinião da maioria, segundo uma ex-moradora:

"Eu lembro que eu fiz parte do conselho no meu último ano e neste ano eu senti um pouco de abertura e a coisa começou a melhorar um pouco, mas era pouco tempo para mudar as coisas. O grupo que entrava na Casa, o pessoal que vinha do interior, era muito reprimido. Eram filhas de famílias muito rigorosas e que vinham com a incumbência dos pais de que só iam entrar lá porque havia um respeito muito grande. As regras eram feitas para pessoas não liberadas. Na Casa uma minoria tinha uma cabeça melhor. A gente contava nos dedos as pessoas que tinham um pouco mais de abertura nesse nível moral." (D.P.)

Para o grupo conservador era fundamental preservar a "boa fama" da Casa e isso só seria possível se as moradoras seguissem fielmente o Regimento Interno. Para as "liberais" a "boa fama" não sofreria nenhum arranhão pelo fato de uma moradora chegar de uma festa sozinha com o namorado ou voltar após as 23 horas sem o conhecimento da diretoria, por exemplo, pois isso não garantia absolutamente nada sobre o comportamento das moradoras e o que realmente importava, segundo os depoimentos das "liberais" era a conduta da moradora na Casa. Segundo essas opiniões as moradoras já eram responsáveis por si mesmas para terem que ficar se submeten-

do à Diretoria no que dizia respeito às suas vidas fora da CEUC.

Durante as décadas de 50 e 60 as "conservadoras" conseguiram, em boa parte das vezes, impor suas idéias sobre a organização da Casa e para isso contavam com o apoio das "calouras" e das moradoras recém-efetivadas. As primeiras porque dependiam da diretoria para serem efetivadas e as segundas porque ainda estavam muito visadas. Mas não eram somente esses os motivos:

"A maioria vinha do interior para estudar, arranjar seu namorado, seu marido, voltar para sua cidade. Muitas deixavam seu namorado lá, vinham estudar aqui, mas o ideal de toda moça naquela época era vir fazer seu curso e casar. Naquele tempo se levava muito em conta esse comportamento. Elas tinham que continuar com os hábitos morais da família e da Casa para poder arranjar um bom namorado, um bom partido. Era raro quem não pensava em casamento, quem tinha um comportamento meio extra, diferente. E como é que uma moça que saía muito, que extrapolava, que morasse numa casa aberta ia arranjar um bom partido? Porque o ideal era casamento mesmo." (D.P.)

Outros depoimentos reafirmam esse e ainda lembram que a sociedade curitibana na época era muito "atrasada e preconceituosa", e por esse motivo a Casa tinha que ser "fechada" e o comportamento das moradoras controlado:

"Naquela época uma moça vivendo sozinha em Curitiba! Com as idéias a respeito de certo e errado que havia em Curitiba, uma cidade fechada e tradicionalista, então imagine o que se pensava de uma moça que não tinha uma família como mediadora de sua vida. As moças da CEUC podiam ficar mal vistas, embora nós fôssemos muito direitas, muito honestas, um movimento muito bonito de gente de muito brío, muita personalidade e senso de dever. Era uma preocupação nossa manter um espírito moralista dentro da Casa, já que existia fora também." (J.P.)

Moralistas ou não, "conservadoras" e "liberais" sabiam que a existência da Casa enquanto "lar" e "família", dependia de seu "fechamento" e para isso muito dependia da conduta moral das moradoras. Os confrontos ocorriam pela disputa sobre quem teria o poder de controlar essas condutas.

As diretorias pediam cooperação, mas o conflito existia sempre e a ordem mantinha-se num equilíbrio não muito estável.

Exemplo da "falta de cooperação" se dava por ocasião das eleições. Nos primeiros anos da Casa evitava-se a formação de chapas para que não se formassem grupos. Porém, os grupos existiam e mesmo sem a presença de chapas as eleições eram palcos de grande disputa pelo poder. Lançava-se nomes para cada cargo da Diretoria e Conselho e votava-se separadamente cada nome. O voto era declarado, o que intimidava as moradoras mais novas. Esse tipo de eleição foi proposto pela primeira presidente da Casa e durou até 1960, quando começaram a concorrer chapas completas e o voto passou a ser secreto. Geralmente a que estava saindo do mandato escolhia sua sucessora, que na maioria das vezes tinha ocupado algum cargo na gestão que se findava. Continuidade e experiência eram os motivos alegados para a indicação. Essa atitude contrariava muito algumas moradoras e várias vezes eleições foram ganhas com uma margem muito estreita de votos, pois as insatisfeitas votavam em branco ou anulavam seus votos, por não haver possibilidade de concorrer com chapa própria. Infelizmente, para as "continuístas", o conflito não resolvido nas eleições assumia outras proporções e bate-bocas, alguns registrados nos diários. Era incompreensível para as "continuístas" que algumas moradoras "semeassem a discórdia", pois a CEUC era o lar de todas, e como em todo lar, ali deveria reinar o consenso e a fidelidade a quem detinha a autoridade:

"A Casa, como a vida, é boa para os bons. A vida dentro da CEUC é doce e mansa para as que sabem encontrar doçura e mansidão nas pessoas e nas coisas. É um suplício para as complexadas, as permanentemente irritadas, as clientes em potencial dos psicanalistas. Estas odeiam a CEUC, como odiarão sempre a vida e as instituições, pois se odeiam e nada nelas é aproveitável. Lamento-as como lamento um verme mal ferido que se arrasta nos últimos extertôres.

Eu sempre os mato quando os encontro assim. Mas a vida continua e as marginais, por sua insignificância deixam de existir. (Norma, 5-12-56)

Tal depoimento exaltado era porque a diretoria, apoiada pela moradora, tinha conseguido fazer sua sucessora e críticas surgiram à ex-presidente e à sua atuação no cargo. Críticas que não fossem "construtivas" não eram nada bem vindas, principalmente aquelas que questionavam a autoridade da presidente ou da diretoria:

"Novamente aqui deixarei minhas despedidas à querida CEUC, pois poucas são as moradoras aqui, a maioria já está no aconchego dos seus lares e as que ainda permanecem devem contribuir com plantões mais repetidos para que a ordem permaneça. (NUNCA HOUVE) A subordinação não é sempre servidão como a autoridade não é sempre tirania. Necessário se torna saber ser subordinado para saber dirigir. (COMO VOCÊ?)" (F.G., 16-12-56)

Esses parênteses foram colocados no registro de F.G. após terminado seu plantão, em outra tinta e em letras de forma. Também era comum grifar algumas frases, riscar o relato ou intervir como nesse exemplo. Poucas vezes uma diretoria conseguiu obter apoio total para sua gestão, embora as críticas e as brigas tenham atenuado com a mudança do sistema de eleições, o que é um indicativo das tensões e conflitos que estavam presentes por trás da idéia de "lar" e de suas representações "positivas". Quando as posições contrárias tiveram espaço para se confrontar nas eleições com a formação de chapas, o conflito passou a ter tempo e espaço delimitados e relatos como os citados acima deixaram de existir, sendo as diferenças "resolvidas" no processo eleitoral.

O processo eleitoral da CEUC era um momento muito tenso, de ritualização da hierarquia e reforço das normas, momento de renovação e de continuidade ao mesmo tempo, ordenação do conflito e confirmação da autoridade. Nesses momentos os discursos continuístas e mais conservadores ganhavam o voto das indecisas e a "gerontocracia" mantinha-se incólume. Segundo DA MATTA (1983), em sua análise sobre os mecanismos básicos da ritualização, podem ocorrer três diferen-

tes situações: o mecanismo de reforço, de inversão e de neutralização. Apesar de serem diferentes, estes mecanismos de ritualização se articulam entre si. O mecanismo de reforço opera através da separação de papéis e não ocorre um deslocamento radical dos elementos do cotidiano: *"O que pode ocorrer é um inflacionamento daquilo que já existe de modo que os rituais fundados no reforço (ou na separação) são rituais que guardam uma relação direta com as rotinas do mundo cotidiano."* (1983:61)

O mecanismo da inversão provoca o deslocamento radical dos elementos do cotidiano. Aqui o mundo "fica de cabeça para baixo" e o que estava separado pela hierarquia passa por um processo de junção, "criando continuidades entre os diversos sistemas de classificação que operam discretamente no sistema social" (p.62). Há inversão quando se juntam categorias e papéis que, no mundo cotidiano estão rigidamente separados. Finalmente, o terceiro mecanismo de ritualização é a neutralização, ou situações de evitação. As relações estão baseadas no respeito, mas existem momentos de reforço e de inversão, como lembra DA MATTA, ao citar como exemplo, a situação de uma missa.

Outra grande fonte de críticas e acusações era o comportamento extremamente individualista e "egoísta" de algumas moradoras, bem como a "falta de delicadeza" e de "educação". Geralmente as plantonistas queixavam-se da rudeza com que algumas moradoras as tratavam, lembrando que ali todas eram iguais e que, como mulheres e universitárias, deviam controlar seus "atos mesquinhos". Nessas ocasiões eram lembradas as qualidades e os atributos geralmente associados a um modelo de mulher: meiguice, boa educação, delicadeza e bondade. Atitudes mesquinhas, falta de higiene e grosserias não podiam ter lugar num ambiente exclusivamente feminino:

"(...) Aproveito aqui a oportunidade, para ressaltar os benéficos efeitos decorrentes da boa educação, tema que nunca é excessivamente trazido à baila. Num ambiente onde reina a boa educação e o respeito, a cordialidade é a nota dominante. Ora nada tão certo como o fato que para se fazer respeitado necessário se faz respeitar; para se ser bem tratado, é imprescindível que se saiba tratar bem; para se ter amigos é preciso que se seja amigável, cordial."

Educação se traduz por controle de atitudes no âmbito individual. No meio social por ambiente de finura, de elevação, de confraternização. Dentro de um ambiente universitário feminino, deve haver algo sutil, algo que sentem apenas os bem formados e que, em última análise, vem a ser a amizade que todas devemos umas às outras, que precisamos umas das outras e que nada nem ninguém deverá ser capaz de abater. Não permitamos, pois, que sentimentos mesquinhos e torpes quiçá originados de raízes patológicas venham nublificar o bom, o sadio, o sereno ambiente da CEUC. Saibamos, vendo o mal, procurar o bem. Sofrendo o feio, sentir o belo. A CEUC é nosso lar. Saibamos amá-la e respeitá-la." (Norma, 21-5-55)

Exortações como essa eram muito frequentes lembrando que determinados comportamentos eram totalmente incompatíveis não só com o espaço da CEUC mas com o feminino. Não era porque mudanças sociais permitiram o acesso das mulheres às universidades e deram maior liberdade de ação que elas deveriam esquecer as "boas maneiras" que distinguiam uma mulher. Cuidar da Casa, mantê-la limpa e em ordem eram tarefas tão indispensáveis quanto o bom comportamento e a "educação" para com as colegas. Os relatos lembravam que a CEUC era uma etapa, uma passagem na vida das moradoras e enquanto tal deveriam todas aprender a ser uma mulher completa, tanto nas coisas que diziam respeito às futuras profissões ou carreiras, quanto naquelas que se relacionavam com o cuidado do lar. Aquela era a oportunidade para se "forjar" a "mulher do amanhã". E esse amanhã estava bem próximo.

As principais reclamações eram quanto ao egoísmo daquelas moradoras que só pensavam em satisfazer-se e não lembravam que estavam vivendo em comunidade. Esse egoísmo se refletia na falta de delicadeza com as plantonistas e em atitudes desrespeitosas:

"A anotar de desagradável a incompreensão das meninas que, ao tomar o chá da noite não sabem se controlar, não aprendem a falar baixo e a rir com moderação. Para contrabalançar, a extrema cortesia de outras meninas, que conseguem equilibrar admiravelmente o ambiente." (assinatura ilegível 10-12-55)

"Depois de várias contrariedades cheguei a uma conclusão: apesar de na CEUC haver apenas moças universitárias é de se lamentar que estas, na maioria, não possuem aquilo que se chama educação. É preciso que certas moças compreendam que a plantonista possui apenas duas mãos. Que não se pode atender a 48 moças ao mesmo tempo. Será que elas não conhecem a palavra paciência? Francamente, a atitude de certas universitárias me fez ficar decepcionada..." (A.M., 10-11-57)

As plantonistas ficavam decepcionadas com determinados comportamentos "anormais" para moças e criticavam os "caprichos" de outras que pensavam ser as plantonistas suas "babás" ou "criadinhas". Nada porém, era mais digno de repreensão do que a falta de solidariedade e de respeito pelas moradoras, principalmente quando o assunto era comida:

"Embora contra a vontade devo deixar aqui a reclamação de uma colega. É referente aos comestíveis guardados na geladeira. Estes misteriosamente somem e como aqui não temos gato, não me foi possível responder a ela "o gato comeu". " (Nage, 27-3-57)

"(...) É um absurdo o que certas meninas fazem, comem a sobremesa que será servida e fica guardada na cozinha. Não bastando isso comem também as sobremesas alheias na mesa. Apelamos às consciências das "devoradoras" porque não é justo que para satisfazer a gulodice de algumas, outras saiam prejudicados". (P.O., 19-10-57)

Para tentar "conscientizar" as "egoístas" foram feitas verdadeiras campanhas contra o egoísmo e a favor da solidariedade e da cooperação. Os registros apelavam à "consciência" das moradoras, que sendo estudantes universitárias deveriam ser "mais educadas", embora nem todas fossem assim. Era, segundo os registros, uma "minorias" de "egoístas" e "mal educadas" que poderiam por em risco a "harmonia do lar". Mensagens cristãs de fraternidade e amor ao próxi-

mo, bem como citações do "Pequeno Príncipe" de Saint Exupery vinham ao lado de outras mensagens não tão dóceis e "construtivas", lembrar que todas precisavam se unir, sair de dentro de si mesmas, pois atitudes muito individualistas poderiam por a perder o esforço daquelas moças que, com "elevados ideais" deram início à Casa, pensando no bem comum e não na satisfação de algumas apenas:

"Com tanta gente, conseguimos produzir algo e assim torna-se necessário que sempre seja para a maioria de nossas atividades, para que consigamos progredir. É preciso, entretanto, que no trabalho e habitação em comum, saibamos respeitar acima de tudo os direitos de outrem e tolerar os defeitos dos que nos cercam. Necessário ainda se torna libertarmos-nos de nós mesmos e transportarmos-nos aos que nos cercam e que de nós necessitam, sublimando o máximo possível a nossa mesquinhez egocêntrica que na qualidade de humanos certamente temos, para chegar a compreender pelo menos uma parcela dos problemas, das atitudes, da maneira de agir de nossas companheiras e saber perdô-las e desculpá-las quando preciso for." (F.G., 6-11-55)

"Sem novidades extras. Infelizmente estou sem inspiração porque assunto nunca falta numa casa de 98 moças com muito para dar umas às outras. Seria tão bom isto, não é colegas? Disse o Pequeno Príncipe: 'Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas'. Nossa Casa parece gritar isto em cada tijolo. Só não ouve quem não quer, porque seus ouvidos são surdos para tudo que não seja a voz do ego." (Bertha, 12-8-64)

Relatos como estes demonstravam bem a preocupação não só com as atitudes individualistas dentro da Casa, mas também com o futuro, quando estivessem "lá fora". Aquele era o momento para aprender a "sair de dentro de si". Muitas moradoras faziam parte do movimento estudantil ou pelo menos compartilhavam as idéias sobre engajamento político e o papel que as estudantes teriam no futuro do país, contribuindo para diminuir as injustiças sociais. Se na Casa as

moradoras eram egoístas e injustas, no futuro, quando fossem profissionais também o seriam. Recorria-se constantemente ao "papel social da mulher", enquanto futura profissional mas, principalmente, como formadora das gerações futuras. Acreditavam que a atuação da mulher na vida profissional dependia em muito da sua formação no espaço doméstico, "contaminando", desta forma, com as qualidades ditas "femininas", o domínio público. Percebe-se aqui a tensão entre o processo de individualização empreendido pelas jovens estudantes - afastamento da família - e o processo de desindividualização das moradoras que ocorria na CEUC.

Embora a incompreensão de algumas moradoras e a falta de cooperação gerassem constantes conflitos e críticas nada era mais digno de registro nos diários do que o afeto, o carinho, a amizade e a alegria gerados pelos fortes laços que se estabeleceram entre as moradoras. Muitas delas continuaram amigas após terem saído da CEUC, foram madrinhas de casamento de suas amigas ou de seus filhos dando continuidade a uma relação de amizade que teve seu início naquele tempo de "vida de estudante". Todas estavam distantes de suas famílias e a solidão era muito grande; assim pequenos gestos de amizade e carinho ajudavam a diminuir a saudade dos pais e de casa. São vários os registros agradecendo a ajuda de alguma moradora para servir o chá, arrumar as mesas, abrir a porta à noite durante o plantão, providenciar remédios e alimentação especial quando estavam doentes e, principalmente por ser amiga, bondosa, gentil e confidente. Esse era o outro lado da CEUC: conversas animadas sobre os namorados e planos para o futuro, circulação de objetos e roupas para ir a bailes, pequenas reuniões nos quartos para ouvir um disco numa pequena vitrola ou ouvir relatos de viagens das amigas e até histórias de fantasmas. Nunca se deixava um aniversário passar sem pequenas comemorações. Palavras de gratidão e carinho para algumas moradoras especiais, os "anjos da Casa", que sempre estavam prontas para ajudar as outras, completavam os registros do cotidiano da Casa.

As diversas passagens sobre a afetividade entre as moradoras demonstram que apesar de todos os problemas era fundamental transformar aquele espaço num ambiente acolhedor, num "lar", conforme este depoimento:

"A gente era sozinha e aquilo era uma família. Se você recebia carta de casa e chorava, as pessoas te agradavam. Se brigava com alguém, sempre tinha uma pessoa para te escutar. A

gente podia dizer que estava sem dinheiro e alguém emprestava uma roupa para ir ao baile. Havia uma transação de coisas; de repente a gente tava com o brinco de uma, o colar de outra, sapato, vestido. Bordava um vestido junto. A gente se sentia muito apoiada. Era uma relação muito gostosa de família que ninguém pode entender sem morar lá dentro."
(J.P.)

Nesse "ambiente familiar" algumas relações eram mais fortes e marcantes do que outras porque envolviam maior intimidade e cumplicidade. Trata-se das relações entre as moradoras do mesmo quarto. Dividir o quarto com outra pessoa envolvia muito mais do que afinidade. O contato diário acabava alimentando uma forte cumplicidade entre as moradoras, como se percebe pelas formas de tratamento que são lembradas: "querida companheira", "irmãzinha" e até "maridas", reafirmando a união que tinham. A companheira de quarto era aquela que sabia dos segredos, das dores, das dúvidas e também dos amores. Era quem ajudava num momento de dificuldade, era quem aconselhava e "quebrava os galhos" mentindo, se necessário, para não prejudicar a "irmãzinha". Por isso escolher com quem dividir o quarto era uma decisão muito importante, pois uma boa escolha significava "ter com quem contar". Algumas "duplas" ficavam famosas e atraíam outras moradoras para conversar até de madrugada, estabelecendo uma rede de relações mais ampla que se configurava como um "grupo":

"Hoje parece ser meu último plantão na CEUC e pretendia escrever uma porção de coisas bonitas, mas acontece que vim numa festinha no quarto da Julia e Bertha.

Cidinha: Viva o amor!

Lia: Vou sentir saudade da Casa.

Julia: As amigas a gente conta com os dedos, mas a sinceridade não tem medida.

Jaira: Esta foi a farra mais honesta que já tive.

M.Ligia: A saudade já nos invade a alma nesta despedida.

Isabel: Eta farra legal!

Acenir: Viva o champanhe do Grande Hotel.

Yole: *Estou encantada de participar de uma reunião tão íntima de vocês.*

Myrna: *Viva as donas do quarto!*

Aracy: *Amo o Eduardo e quero casar com ele.*

Mirtes: *A vida passa mas a saudade fica.*

Clea: *Não, não falo nada (Está voando)*

Dea: *Jamais me esquecerei da amizade peruana representada pela Bertha e Julia. Viva!*

Bertha: *Não falo nada porque o silêncio diz tudo quando se quer falar de amor.*

Como viram já disseram tudo e finalizarei escrevendo apenas: AMOR-AMIZADE-PAZ." (Nage, 6-11-61)

Essas reuniões de quarto, raramente descritas como o relato acima, eram momentos muito descontraídos onde se falava de tudo, mas um tema tinha prioridade: o amor. Não havia nada mais apaixonante e que despertasse maior atenção do que falar sobre os namorados, sobre os sonhos de noivar e casar. Depois dos bailes então, os registros eram somente sobre o amor, sobre os novos casais que se formavam e as possibilidades de "dar certo".

Se a profissão era um assunto que tomava grande parte dos pensamentos e reflexões das moradoras, o amor e o casamento também ocupavam espaço na cabeça das moradoras e nas linhas do diário:

"(...) No mais, céu maravilhoso, luar divino, gracioso telegrama que me chega da Cidade Maravilhosa, de encantadora criatura que deseja cuidar de mim para o resto da vida. Que tal? É claro que eu vou aceitar tão raro oferecimento nestes tempos de crise... ou preferirei a liberdade? Oh, liberdade, vinho capitoso, doce néctar, quanto se tem de renunciar por amor a você. E afinal, se não se tem você, para que viver? Para que discernimentos e para que coração? Mas se liberdade implica em solidão e prisão em amor, a qual vou aderir? Ainda não sei." (Norma, 4-7-56)

Amor-prisão, liberdade-solidão: uma escolha que não precisava ser feita naquele momento, mas que em breve muitas jovens mulheres, moradoras da CEUC ou não, teriam que fazer. Nem todas se preocupavam com esse problema, embora para

algumas a escolha já estava feita. A maioria daquelas moças desejava terminar seus estudos na faculdade e, quem sabe, arranjar um emprego. Porém, entre a profissão e o casamento muitas confessavam preferir o casamento e, se preciso fosse, abrir mão da profissão, pois o que estava em jogo era o ideal de felicidade:

"(...) Para mim a vida é amor, beleza, alegria e conhecimentos. Justamente para conseguirmos ter uma visão mais profunda da vida, para compreendê-la bem, é que sacrificamos parte de nossa juventude com os estudos. Todas nós, universitárias da CEUC, buscamos a felicidade; esta varia de pessoa para pessoa, pois cada uma de nós é um mistério com sensibilidade e gosto diferentes, com originalidade e principalmente com seu valor humano. Pessoalmente creio que a felicidade consiste em amar e ser amada, ter filhos fortes e inteligentes e fazer de meu lar um mundo de ternura. Como sou egoísta!" (Dêa, 26-5-61)

Relatos como esse revelam o quanto a concepção positivista da mulher "ilustrada" era dominante entre as mulheres. O acesso ao conhecimento era para ter uma "visão mais profunda da vida", não para agir sobre o mundo; esta era, ainda, uma tarefa masculina. Para muitas daquelas moças a saída foi o magistério. Era uma profissão que permitia associar, sem maiores problemas, a vida doméstica e o trabalho, além de ser considerada muito adequada às mulheres, porque era uma espécie de "extensão" do lar. (BRUSCHINI e AMADO, 1988) e (LOURO, 1987) Desta forma, muitas ex-moradoras "desistiram" de suas carreiras de médicas, advogadas, engenheiras, bioquímicas, para se dedicar ao lar, ou então só depois de uma separação conjugal retomaram suas carreiras interrompidas. O depoimento de uma ex-moradora formada em Direito na década de cinquenta, cuja escolha foi o lar e o casamento lembra que a mulher foi "agraciada" pela natureza permitindo-lhe ser mãe, impondo-lhe uma escolha:

"Se a mulher quer ser uma profissional liberal competente e dedicar-se inteiramente a esta profissão, então ela não deve ser mãe, não há nenhuma razão para ela provar que é fértil. Quando a mulher opta pelo casamento ela tem

que escolher entre ser mulher-profissional ou mulher-mãe. Eu questiono se o exercício profissional da mulher-mãe e esposa é um bem ou um mal para a família. Será que não estamos pagando um preço muito alto?" (O.Z.)

Durante os anos 50 e 60, apesar do aumento significativo das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho o modelo de mulher "esposa-mãe-dona-de-casa" não havia sido questionado. Romances, fotonovelas, cinema, revistas, escolas, reproduziam ainda um modelo tradicional de mulher, como vimos. O conhecimento era necessário bem como uma profissão, pois caso a mulher ficasse solteira não precisaria depender de seus parentes, porém, não era o momento de quebrar o tabu do trabalho para a mulher depois do casamento.

Relatos e depoimentos desse período demonstram que esse tabu não era discutido entre as moradoras, ou pelo menos não parecia ter muita importância naquele momento. "Todo mundo queria casar, era o projeto de vida das meninas e foram poucas as que ficaram solteiras", segundo o depoimento de uma ex-moradora que saiu da CEUC para se casar e é professora atualmente. Os futuros maridos podiam ser seus colegas de curso, mas os preferidos eram os estudantes de direito e medicina, por serem consideradas profissões mais bem vistas e que davam projeção social. Conforme este depoimento,

"(...) o curso e o casamento caminhavam juntos. E a maioria dava certo, já estava noivando, terminava o curso e já ia casando. Era tudo paralelo. No meu tempo namorar um rapaz da medicina era o máximo. Eu achava uns caras super-tapados, não tinham conversa, mas a maioria gostava. Achavam que médico era uma coisa boa, era um ponto muito alto na vida e os pais iam gostar muito." (D.P.)

Profissão e casamento eram, assim, assuntos muito presentes na vida daquelas jovens, principalmente quando estava chegando a hora de partir, de passar para o mundo fora da Casa e enfrentar novas situações. Um novo ritual de passagem acontecia na vida das moradoras. Para algumas foi mais fácil, para outras nem tanto.

O momento de saída da CEUC era, como o momento de entrada, um drama, porque envolvia uma série de mudanças na

vida das moradoras. Para algumas era casamento, para outras o emprego e uma nova moradia, para outras ainda a volta para sua cidade e para casa. O tempo de "vida de estudante" estava chegando ao fim, logo tudo seria passado e o futuro, enfim, havia chegado. Nos diários há uma série de despedidas, algumas bastante emocionadas, outras lacônicas, mas a maioria sentia ter que deixar a CEUC e suas amigas, embora fosse grande a confiança numa nova vida.

Os registros seguem quase o mesmo modelo. Há os registros das que saem e daquelas que ficam. Estas elogiavam, embora lamentem a perda de suas companheiras, que conseguiram com muito esforço e dedicação "cumprir uma etapa" importante de suas vidas. A moradora que estava saindo, a "formanda", era para as que ficavam, o exemplo a ser seguido, uma pessoa a ser admirada, e a lembrança de que todas ali estavam de passagem. A formanda era, de certa forma, o símbolo da ausência, mas também da realização, fosse ela profissional ou "do coração", como costumavam se referir àquelas que saíam para se casar. No seu "último plantão" a "formanda" fazia um breve relato do que havia sido seu "tempo ceuqueano", lembrando apenas as coisas boas, os momentos mais felizes e pedindo desculpas por qualquer ato que tivesse ofendido alguém. Há aquelas que pediam para as novas moradoras cuidar da CEUC e se esforçar para manter o "bom nome" da instituição. Todas as formandas concordavam que era difícil deixar a Casa, porque aquele "tempo" havia sido "muito bom" e haviam se tornado "mais experientes":

"Parece-me ser este meu último plantão na CEUC e já a saudade invade sentindo deixá-la. São seis anos de existência da gente, na idade mais maravilhosa da vida em que os sonhos e ideais fervilham a mente, fazendo-nos compreender que a vida tem uma finalidade e vislumbro o passado, quando aportei a esta Casa com toda a inocência e saio levando um pouco da sabedoria deste mundo, adquirida nesta Casa que não deixa de ser uma prática da Escola da Vida. A CEUC meus agradecimentos, às colegas que se vão saudades e feliz carreira que hoje abraçam e às que ficam palavras de estímulo e confiança nesta maravilhosa CEUC." (Assaka, 7-12-61)

Naquele momento de despedidas algumas formandas lembravam que, embora todas passassem pela Casa, esta deveria continuar para servir de "lar" para tantas outras novas que haveriam de chegar nas mesmas condições que elas haviam chegado. Dirigiam-se principalmente às novas moradoras, "calouras" e recém-efetivadas, para que lutassem não só por seus ideais próprios, mas pela Casa e por sua permanência:

"Em posição de alerta fiquem todas que aqui permaneceram por um lapso de tempo que venha por fim ao seu ideal estudantil! Todas as que por aqui passamos devemos estar sempre em posição de luta. Luta pelo ideal, luta pelo levantamento moral, material, afetivo, desta Entidade que é nossa de fato e de direito. Nunca se deixem solapar pelos sentimentos menos nobres, pela perfídia, pelo laconismo, pelo conformismo, pela falta de entusiasmo e pelo comodismo. Nós passaremos, mas a Casa ficará. E para que ela possa continuar a viver como nossa é preciso que tenha um presente estável, promissor. Ela precisa ser forte. E isso depende de vocês, moradoras. Saio da Casa felizmente realizada. E há na vida de cada uma de nós duas realizações: a profissional e a do amor. Em sentido estrito estou realizada, em sentido lato caminho para a outra realização. Faço votos para que ao saírem da Casa, como em breve sairei, procurem todas levar consigo a paz de consciência e o grande alento do Dever Cumprido." (Myrna, 21-11-62)

Outros registros lembravam das amizades, da falta que sentiriam de suas amigas, "irmãs" com quem dividiram tantas coisas. O rompimento dos laços de amizade era um dos aspectos mais difíceis, tanto para as "formandas", quanto para aquelas que ficavam e o tema da ausência se fazia registrar:

"O Livro de Plantão além de registrar as ocorrências na CEUC está a refletir nas suas páginas o íntimo das colegas que pela última vez o seu nome nele gravam, testemunhando a afeição pela Casa no desempenho da função de plantão. Despedem-se de nós para sempre da vida estudantil. Ser estudante é bom demais, toda a

despedida tem um sentido amargo, entretanto, como nada estaciona neste mundo, o que podemos fazer é lutar para que o futuro seja sempre melhor do que se passou. As colegas que nos precedem no adeus às provas, aos livros, às emoções tão intensas e variadas desta fase, os votos sucessivos de que sejam bem felizes tanto como profissionais da carreira a que se dedicam, como também na vida que toca ao coração. Sinto-me triste com a despedida, a ausência de todas será um fato. Fazem parte de um pedaço de nossa existência." (Tiê, 12-12-61)

Depoimentos de ex-moradoras lembram que além da dificuldade em se separar das amigas era muito difícil se acostumar com um novo lugar para morar e novas companhias. A CEUC representava para muitas delas um "porto seguro", daí talvez a frequência do uso do verbo "aportar". Quando permaneciam em Curitiba e não casavam logo, era comum dividirem a mesma moradia com as amigas e conhecidas da CEUC. Aquelas que casavam e estavam morando em Curitiba não rompiam imediatamente os laços com a CEUC pois as moradoras que eram suas amigas passavam a frequentar suas casas. Algumas ex-moradoras retornavam à Casa sempre que possível para rever suas amigas e "matar" a saudade daquele "lar". Há alguns registros dessas visitas onde o assunto é a saudade. Saudade do passado, quando eram "ingênuas", "inexperientes" e tudo "era novidade". Saudade das amizades, das pessoas, de um tempo que elas poderiam reviver através do diário:

"Quando deixei a CEUC em fins de 59 parecia-me que nunca mais aqui retornaria. Mas o destino, o caprichoso destino, fez-me voltar e sinto-me contente com tal. Viver longe da CEUC é verdadeiramente difícil, principalmente no início. Aqui deixamos um mundo diferente onde as tristezas quase sempre são esquecidas e onde não existe um fator psicológico muito importante na luta da vida: o receio, o medo de enfrentar situações nunca pensadas. Vivemos de igual para igual e nada existe que possa nos intimidar. Lembro-me perfeitamente da antiga sede, quando lá por volta das dez horas começavam a chegar as moradoras para o chá da noite. Destas que ali vinham, sempre havia uma para con-

tar o seu "caso". As conversas prolongavam-se até a hora que o sono vencia a todas. (...)"
(Aracy, 20-3-61)

O rompimento com este "mundo diferente" implicava tomar uma série de decisões importantes não só para a sobrevivência física das ex-moradoras, como também emocional. Novamente estavam numa fase liminar de suas vidas, munidas de um diploma e talvez de uma aliança, prontas para colocar "em prova" um modelo de "mulher moderna", que deveria transitar entre o privado e o público. Não só as moradoras da CEUC passaram por esse ritual. Algumas saíram de suas casas para se casar e dar origem a uma nova família, outra começavam a ter maior autonomia ao sair para o mundo do trabalho, o que implicava, em algumas situações, a ter que mudar para outra cidade. Outras ainda, saíram para a vida política envolvendo-se no movimento estudantil e, mais tarde, na luta armada contra a ditadura militar e o autoritarismo político. Como foi esse ritual de passagem para as mulheres entre os anos 50 e 60 e em que condições isso se deu, é uma questão que envolve a análise de algumas décadas de profundas mudanças na sociedade brasileira contemporânea e, de uma forma geral, no padrão das relações de gênero, alterando significativamente a condição feminina.

Ao recuperarmos a memória do cotidiano de algumas centenas de jovens mulheres neste período, procuramos entender não só a organização de um espaço específico como a CEUC, mas entendê-lo com um espaço exclusivamente feminino onde se articulou um modelo de mulher. Embora as mulheres já estivessem participando cada vez mais no mercado de trabalho e tendo acesso a profissões antes restritas unicamente aos homens, esse modelo de mulher tinha uma forte associação com o espaço doméstico. Era um modelo com duas faces. Uma voltada para as mudanças sociais que começavam a atingir as mulheres, a "desacomodá-las", a fazê-las enfrentar o mundo; a outra face estava voltada para o que era conhecido, para uma concepção do feminino mais tradicional, fortemente vinculada ao privado, ao espaço do lar, à responsabilidade pela formação das gerações futuras. Uma face voltada para a insegurança das mudanças; a outra para a segurança da estabilidade e da permanência.

A memória do cotidiano da CEUC não interessa apenas por sua singularidade, mas porque a leitura de sua organização, de seus valores morais e da visão de mundo daquelas jovens mulheres que ali viveram são, como num filme, foto-

gramas, instantâneos que dizem muito do seu tempo e que nos permitem, na sua singularidade, pensar sobre as relações entre o feminino e o privado exatamente no momento em que as mulheres começavam a ter maior inserção no domínio público. Nesse espaço muitas mulheres começaram a ensaiar seu futuro onde nem sempre o ideal de "dona-de-casa-profissional-bem-sucedida" conseguiu sobreviver aos conflitos entre a realização profissional e a vida afetiva. *"Mas se a liberdade implica em solidão e prisão em amor, a qual vou aderir? Ainda não sei."* (NORMA, 4-7-56)

NOTAS

ARIES, P. 1986. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Guanabara.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. 1987. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro, Zahar.

-----, 1989. "Memória e família". Estudos históricos. Rio de Janeiro, 2 (3) 29-42.

BRUSCHINI, C. e AMADO, T. 1988. "Estudo sobre a mulher e educação: algumas questões sobre magistério." Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (64) 4-13.

DA MATTA, R. 1983. Carnavais, malandros e heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar

GAY, Peter. 1988. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud; a educação dos sentidos. São Paulo, Companhia das Letras.

HALBWACHS, Maurice. 1968. La memoire collective. Paris, PUF.

LOURO, G. L. 1987. Prendas e anti-prendas; uma escola de mulheres. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

MACFARLANE, Alan. 1989. A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

SILVA, Alice Inês de Oliveira e. 1989. "Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta." IN COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. Rebeldia e submissão. Estudos sobre a condição feminina. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. p. 143-175.

TURNER, Victor. 1974. O processo ritual; estrutura e anti-estrutura. Petrópolis, Vozes.

VAN GENNEP, Arnold. 1978. Os ritos de passagem. Petrópolis, Vozes.

Conclusão

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, "MULHERES DESDOBRAVEIS"

"... as mulheres passaram não só, como os homens, para a condição de trabalhadoras livres, mas, ainda por cima, para a condição de trabalhadoras fora de casa, situação que desconheciam. Não há ninguém no planeta, hoje, que não saiba da dor e da euforia dessa mutação." (ROLNIK, 1989:292)

Foi com o objetivo de entender a construção da identidade feminina a partir do momento em que as mulheres começam a sair da esfera doméstica para atuar no domínio público que estudamos um espaço como a Casa da Estudante Universitária de Curitiba, criado para atender as necessidades de sobrevivência física e moral de jovens mulheres estudantes universitárias que estavam iniciando uma experiência de individualização.

Fizemos a análise desse espaço num momento em que, na sociedade brasileira, formulações ideológicas procuravam romper com o passado, com os "entraves" para o desenvolvimento da nação. Tal leitura nos levou a pensar a tradicional oposição entre os domínios público e privado, principalmente num momento em que a sociedade brasileira procurava "modernizar-se".

Hã, sem dúvida, uma relativa desvalorização do espaço público nas sociedades modernas, razão, entre outras, das profundas transformações sociais, econômicas e culturais causadas pelo capitalismo industrial, pela urbanização e por uma visão secular da sociedade. (SENNETT, 1988) Em contrapartida as noções de privacidade e intimidade passam a constituir-se no ethos burguês, seu espaço privilegiado é o lar, o domínio privado. Conforme SENNETT o desejo de controlar o público passa gradualmente por um desgaste e as pessoas vão buscar no privado um refúgio idealizado dos choques e tensões da vida pública. A ordem e a homogeneidade do privado, bem como a nítida divisão de papéis nas relações familiares passam a ser o parâmetro para avaliar o público:

"A família burguesa tornou-se idealizada como a vida onde a ordem e a autoridade eram incontestadas, onde a segurança da existência material podia ser concomitante ao verdadeiro amor marital e as transações entre membros da família não suportariam inspeções externas. Na

medida em que a família se tornou refúgio contra os terrores da sociedade, também se tornou gradativamente, um parâmetro moral para se medir o domínio público das cidades mais importantes. Usando as relações familiares como padrão, as pessoas percebiam o domínio público não como um conjunto limitado de relações sociais, como no Iluminismo, mas consideravam antes a vida pública como moralmente inferior. A privacidade e a estabilidade pareciam estar unidas na família; é em face dessa ordem ideal que a legitimidade da ordem pública será posta em questão." (1989:35)

Embora moralmente inferior, o espaço público era de fundamental importância para a formação da personalidade. Através da experiência pública o indivíduo se formava, adquiria conhecimentos, aprendia a reconhecer os perigos da vida mundana ao transitar por diversas zonas morais; mais do que isso, era o espaço onde as regras de respeitabilidade podiam ser abolidas em favor da liberdade (para os homens). Tal concepção do público como uma região de diversas "tonalidades" e responsável pela formação da personalidade só é possível numa sociedade onde os valores de igualdade e liberdade sejam constituintes da cultura; onde a noção de indivíduo apropriada ideologicamente através do individualismo enfeixa a totalidade social.

Tais noções de liberdade e igualdade só foram possíveis em sociedades que aboliram os segmentos e os mediadores em favor da totalidade, representada pela sociedade civil e ordenada pelo Estado liberal. Nessas sociedades os princípios que regem a vida social são baseados em leis universalizantes, portanto não há mediadores, "padrinhos" e "jeitinhos" entre o indivíduo e o Estado. Nesse sentido o público é uma região de diferenciação, não de desigualdade.

No Brasil o que se percebe é que as leis universalizantes convivem com um sistema relacional tradicional, marcando negativamente o espaço público. Para agir nesse domínio é necessário acionar a intermediação de "conhecidos", de "despachantes", que reforçam a segmentação social e a desigualdade entre os "amigos" e os indivíduos, gente sem "referências". Há, portanto, uma desvalorização do público, não apenas por ser "moralmente inferior", mas porque é impessoal, heterogêneo e anônimo. Em contrapartida, o privado é o espaço da totalidade, da identidade, das relações com a família, com os amigos e os parentes. Transitar entre o

público e o privado requer, portanto, uma capacidade de relacionar esses domínios, compensar o que se perde num ganhando no outro, nos termos de DA MATTA. (1985)

A partir dessas colocações é que pensamos a CEUC através das suas ambiguidades e tensões, por localizar-se entre o público e o privado, por relacionar valores tanto de um quanto de outro domínio. Enquanto CEUC ela é um espaço público, criado para facilitar a continuidade de projetos individuais de jovens mulheres que buscavam, através da formação universitária, maior conhecimento e profissionalização. Caracterizava-se como uma instituição onde a renovação de seus membros se dava por concurso público; o poder não era totalmente centralizado, mas distribuído e delegado por um processo eleitoral. A princípio todos os seus membros tinham igualdade de direitos e faziam parte de uma mesma categoria: estudantes universitárias. Esta é a face individualizante e pública de um espaço criado para a "mulher que estava se preparando para o futuro: as novas doutoras".

Enquanto Casa este espaço é o "lar em terra estranha", fortemente hierarquizado em torno da noção do todo, onde o individualismo é recusado em favor das relações; ordenado por um código de conduta moral que regula a vida de seus membros e definidor de uma identidade que associa o feminino ao espaço doméstico. Esta é a face totalizante e privada de um espaço criado para a "moça direita" e a "futura dona-de-casa".

É para esse espaço relacional que se dirigem jovens mulheres com idades variando de 17 a 24 anos, oriundas de pequenas e médias cidades do interior do Paraná e de alguns outros Estados; quase todas católicas, de famílias relativamente numerosas, onde as mães eram "do lar" e os pais comerciantes, agricultores, bancários, funcionários públicos, comerciários ou profissionais autônomos. A maioria delas tinha feito o Normal, outras o Clássico ou o Comercial, poucas trabalhavam, mas as que o faziam eram professoras, secretárias ou funcionárias públicas. Vindo de caminhos diferentes, encontraram-se em busca de uma formação universitária. Queriam ser "doutoras" um dia, nem que fosse só no papel, pois nem todas concordariam em trabalhar, ou melhor, exercer sua profissão depois de casadas e com filhos. Mas ainda era muito cedo para pensar nisso. O mais importante era o fato de estar na trilha, mesmo que sozinha, pois a família tinha ficado para trás, a mãe, o pai, os irmãos, os amigos, o namorado ou, até quem sabe, o noivo, aguardando a volta vitoriosa daquela que chegaria com o diploma na mão.

São essas jovens mulheres que organizam um espaço onde possam viver; um "lar", um território que as abrigue em "terra estranha". O processo de individualização encontra aqui uma alternativa, ela é a Casa, o "lar".

Ao analisarmos as representações sobre o feminino através de algumas imagens construídas socialmente, observamos como as mudanças que permitiam a individualização feminina ocorriam num quadro de referências englobadoras, como a família e o casamento, definindo o feminino através de uma estreita vinculação com o espaço doméstico-privado. O ideal é a mulher casada, mãe, "cultu"; o trabalho, se necessário, é encarado como algo temporário, transitório. Casamento e profissão não são temas que combinem muito bem, conforme pudemos constatar.

É no espaço da CEUC que vamos perceber como as jovens mulheres que estavam iniciando uma experiência individualizante, lidam com as tensões entre ser alguém dotado de um projeto pessoal, livre, e fazer parte de um todo. Na Casa as relações eram hierarquizadas - embora o ideal fosse o igualitarismo - seu espaço regulado e fechado para estranhos, sua organização se fundamentava nos moldes da família tradicional e nos valores da honra e da pureza sexual. Através de um rígido código de conduta procurava-se estabelecer um modelo de mulher, cuja identidade era individual, sem dúvida, mas, acima de tudo, coletiva. Sua estrutura era, portanto, hierárquica.

As tensões desse espaço são mais visíveis no cotidiano. Através do registro do "tempo interno" da Casa percebemos como há uma tensão entre a jovem que se individualiza e a sua identidade de "ceuqueana", de integrante de uma ordem social mais ampla que requer, para a sua continuidade, uma série de desempenhos e comportamentos ordenados e disciplinados. Representações sobre o feminino são aí reforçadas pela necessidade e ênfase nas tarefas domésticas e no cuidado do lar (base de uma experiência feminina ?); atitudes individualistas (entendidas neste contexto como sinônimos de atitudes mesquinhas e egocêntricas) são reprovadas em favor da solidariedade fraternal entre as "irmãs" daquele lar.

Percebe-se, portanto, que mesmo tendo uma estrutura hierárquica havia possibilidades de individualização, como nas disputas pelo poder, nas tomadas de decisões coletivas, nas atitudes contrárias ao controle sobre a vida das moradoras - seus horários, mais especificamente - e no contato com o domínio público. Situada entre o público e o privado, a CEUC ordenou, ou melhor, englobou vários projetos individu-

ais, dando uma orientação para o processo de individualização vivido por suas moradoras.

Entendemos que essa característica relacional da CEUC não é um fato isolado, uma mera singularidade dentro da totalidade da sociedade brasileira. Acreditamos que tais ambiguidades e tensões revelam uma forma de lidar com as mudanças sociais que estavam começando a "desacomodar" as mulheres e a proporcionar-lhes novas experiências no mundo, bem como exercer novos papéis. A leitura de um espaço como a CEUC nos leva a pensar sobre um modelo de mulher "desdobrável", cuja identidade se construía a partir de vários códigos e domínios, embora não possamos esquecer o peso do domínio privado na definição do feminino.

Tendo em vista as representações mais tradicionais sobre o feminino no período, acreditamos que a criação de um espaço moral como a CEUC foi uma forma encontrada para lidar com a experiência da individualização, não muito familiar às mulheres, através de uma alternativa de desindividualização. Essa plasticidade de modelos nos levou a pensar, então, sobre um modelo de mulher, que capturado posteriormente pela mídia (anos 70 e 80), deveria ser não mais a heroína pura e recatada dos edulcorados "romances para moças", mas a "super-woman", capaz de dar conta da sua vida afetiva e profissional com extrema competência e ainda por cima ser sexy e feliz.

Contudo, quase todas as representações sobre o feminino na época relacionavam a mulher ao privado e a uma concepção romântica e até infantilizada da mulher. Havia um território feminino definido pelo modelo da "dona-de-casa-ainda-feliz-com-seu-papel", produto/produtor das representações sobre o feminino; entretanto, as mulheres começaram a sair de casa, a trabalhar, a estudar e a querer novas opções para suas vidas, abrindo-se aquele território e criando-se uma situação instável, um tanto indefinida e estranha para seres que até então tinham se definido pela estabilidade, pela espera, pela temperatura morna da vida de dona-de-casa.

Como lidar com essas mudanças?

Recompondo territórios, tentando em manter as "coisas" inteiras, relacionando, recriando relações. Este é, nos parece, o significado da CEUC no processo de construção da identidade feminina para mulheres que buscavam exercer novos papéis além do tradicional papel de dona-de-casa. Não era tempo ainda de ruptura ou de questionamentos sobre as relações de gênero, mas de "forjar" um modelo de mulher que se desdobrasse entre o público e privado. Nesse desdobrar-se

entre vida afetiva e vida profissional, uma nova experiência feminina teve início. Saber quem conseguiu realizar tal desdobramento e a que preço, é uma outra história. Uma história de dor e de euforia que envolveu homens e mulheres, que alterou papéis e que, conseqüentemente, marcou profundamente a estrutura familiar. Pensamos nisto exatamente no momento em que lemos a seguinte reportagem num jornal:

"Crise brasileira é mais cruel com os homens.

(Márcia GUERREIRO)

A crise é mais cruel com os homens. Primeiro tirou deles a capacidade de sustentar a família sozinhos, como fizeram as gerações passadas. Depois reduziu a sua autoridade diante da família. Eles estão indignados. Principalmente porque suas mulheres, ao contrário, ganharam mais do que perderam. Afinal, perceberam que não era mais possível, diante das necessidades econômicas, esperar que o dinheiro viesse de uma fonte só. Saíram à luta, amadureceram e ficaram independentes. (...)"

Em seguida resumimos um quadro de perdas e ganhos conforme apresentado na reportagem:

"Perdas dos homens

- Dificuldades econômicas afetam dramaticamente o seu papel conjugal tradicional.
- Questionamento da autoridade da palavra pai.
- Sofrimento moral quando as mulheres começaram a trabalhar para ajudar no orçamento.
- Sentimento de que mandam menos na família.
- Sentimento de perda da capacidade de sustentar a família e de influenciar seus hábitos."

"Ganhos das mulheres

- A mulher atual é mais bem informada.
- A mulher amadureceu, toma iniciativa, não depende tanto do marido.
- Homens e mulheres estão mais próximos, mais parecidos.
- A mulher mostra mais criatividade na solução de problemas em época de crise.
- A mulher ganhou experiência e liberdade. Hoje ela decide resolver. Antigamente não.
- A mulher se tornou mais exigente. Não fica sentada esperando."

(O Estado de São Paulo, 31-8-92)

Esse movimento, descrito genericamente como "crise brasileira" começa a revelar novos comportamentos para homens e mulheres que abalam e que fazem sofrer, mas que estão cheios de potencialidade de um novo modo de produção dos afetos sobre bases mais justas e iguais. Espero.

NOTAS

DA MATTA, Roberto. 1985. A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense.

GUERREIRO, Márcia. "Crise brasileira é mais cruel com os homens". O Estado de São Paulo. Cidades, p.5, 31-8-92.

ROLNIK, Suely. 1989. Cartografia sentimental; transformações contemporâneas do desejo. São Paulo, Estação Liberdade.

SENNETT, Richard. 1988. O declínio do homem público; as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo da Casa da Estudante Universitária de Curitiba

Livros de Atas de reuniões e assembleias - 1952 a 1968.
Livros de Plantão - 1954 a 1969.
Estatutos e Regimentos Internos - 1954, 1960 e 1964.
Fichas de Inscrição para o concurso de moradoras - 1958 a 1968

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Arquivo da Casa da Estudante Universitária de Curitiba

Revista Opinião Universitária, ano 2, nº6, maio/1952.
Flâmula - UPE - agosto/1954.
Jornal Acadêmico - Diretório Acadêmico Nilo Cairo, nº16, setembro/1955.

Biblioteca Pública do Paraná - Seção de periódicos

Jornal Gazeta do Povo - 1954, 1955, 1957.
Revista O Cruzeiro - 1954, 1955, 1956, 1960.
Revista Claudia - 1961, 1962, 1963.

Arquivo Particular

Revista Capricho - 1963, 1966, 1968.

Arquivo do IBGE

Censos Demográficos do Estado do Paraná - 1950, 1960 e 1970.

Arquivo da Casa da Memória - Fundação Cultural de Curitiba

Paraná Brasil. Edição Comemorativa do I Centenário do Estado do Paraná. Curitiba, Impressora Paranaense, 1953.
Album do Centenário do Paraná. 1853 - 1953. Edição especial da revista A Divulgação.

Livros e outras publicações

BISCAIA, Evaristo. Coisas da cidade. Curitiba: Papelaria Requião, 1951.

LINHARES, Temistocles. Paraná Vivo; um retrato sem retoques. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953.

MARCASSA, João. Curitiba essa velha desconhecida. Curitiba: REFRIPAR, 1989.

MATTAR, Maria Olga. O preconceito e sua força desagregadora na vida social. Curitiba, Tese de Livre Docência, Universidade Federal do Paraná, 1954.

-----, Aspectos Sociais da Realidade Paranaense. Curitiba: s. ed. 1971.

PILOTTO, Erasmo. A educação é direito de todos. Curitiba: Papelaria Max Roesner, 1952.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Pequena história do Paraná. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.

FONTES SECUNDARIAS

Livros e artigos

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. "Em nome da mãe" IN FRANCHETTO, B. et alii. Perspectivas antropológicas da mulher-3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARIËS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

-----". "Memória e família". Estudos históricos. Rio de Janeiro: 2 (3): 29-42, 1989.

BERMANN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BLAY, Eva Altermann. Trabalho domesticado; a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BRUSCHINI, C. e ROSEMBERG, F. orgs. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. "Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério." Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (64) 4-13, 1988.

BUITONI, Dulcília S. Imprensa feminina. São Paulo: Ática, 1986.

BURMESTER, Ana Maria O. Pensando o Paraná... Algumas reflexões de intelectuais paranaenses nos anos 50. Curitiba, UFPR: mimeo.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALLETO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Difel, 1970.

CASTRO, Maria Celeste P. de e FRANCO, Silvia Cintra coord. Mulheres entre linhas. III Concurso de Poesia e Conto. São

Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1987.

COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. Rebeldia e submissão; estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

COSTA, Leticia B. Participação da mulher no mercado de trabalho. São Paulo: IPE-USP, 1984.

CRESCENTI, Maria Thereza Caiuby. Residências universitárias femininas em Campinas; um estudo sociológico. Campinas, Centro Pastoral Pio XII, 1972.

DA MATTA, Roberto. "O ofício de etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'." IN NUNES, E. O. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

-----, Carnavais, malandros e heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

-----, A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

-----, O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos; e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

-----, O beijo de Lamourette; mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. O cavaleiro, a mulher e o padre. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

-----, Idade média, idade dos homens; do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, G. e ARIES, P. História da vida privada; da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. vol.2.

DUMONT, Louis. Homo hierarquicus; ensayo sobre el sistema de castas. Madrid: Ediciones Gráficas, 1970.

------. O individualismo; uma perspectiva antropológica moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano; a essência das religiões. Lisboa: Edição "Livros do Brasil," s.d.

FIGUEIRA, Sérvulo A. org. Cultura da psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRANCHETTO, B. et alii. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1981-1983. vols. 1, 2 e 3.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher brasileira; bibliografia anotada-2. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud; a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HALBWACHS, Maurice. La memoire collective. Paris: PUF, 1968.

IPARDES. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba: 1987.

LINHARES, Maria Yedda. org. História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e anti-prendas; uma escola de mulheres. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 1987.

MACFARLANE, Alan. A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

- _____. História do casamento e do amor; Inglaterra 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MARTINS, Ana Paula V. Casa de mulheres; um ensaio sobre rituais femininos. Curitiba, Monografia, Especialização, Universidade Federal do Paraná, 1989.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. "As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização." IN LINHARES, Maria Yedda. org. História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 243-272.
- NICOLACI DA COSTA, Ana Maria. "Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos." IN FIGUEIRA, Sêrvulo A. org. Cultura da psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 147-168.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência perfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. org. Mauss - Antropologia. São Paulo: Atica, 1979. Coleção grandes cientistas sociais. vol. 11.
- PITT-RIVERS, Julian. "Honra e posição social." IN PERISTIANY, J. G. Honra e vergonha; valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. p. 11-59.
- PRADO, Rosane Manhães. "Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly." IN FRANCHETTO, B. et alii. Perspectivas antropológicas da mulher 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 71-112.
- ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental; transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSALDO, Michelle Z. "A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica." IN ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. coord. A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 33-64.

SAFFIOTI, Heleleth. A mulher na sociedade de classes; mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.

SCHEMES, Maria Irene. A necessidade de assistente social na Casa da Estudante Universitária de Curitiba; o "estranho" lar em terra estranha. Curitiba, Monografia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, 1984.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público; as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Alice Inês de Oliveira e. "Abelinhas numa diligente colmeia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta." IN COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, C. orgs Rebeldia e submissão; estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice Editora, Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 143-175.

TURNER, Victor. O processo ritual; estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana; um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

----- . Subjetividade e sociedade; uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

----- . Individualismo e cultura; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ANEXO

Reproduzimos abaixo documentação de uma candidata ao concurso de moradora da CEUC, de 1964, do qual omitimos os sobrenomes das pessoas envolvidas.

Na ficha de inscrição da candidata Jerusa vem em anexo uma carta assinada por um diretor de colégio de sua cidade, uma declaração e uma carta de seu pai.

"... Sobre a senhorita Jerusa, trata-se de moça de comportamento exemplar e reconhecidamente estudiosa. Concluiu com brilhantismo o Curso Normal e Científico no Colégio Estadual desta cidade, tendo na ocasião conquistado vários prêmios, inclusive da própria municipalidade.

Sobre seus pais trata-se de família procedente de São José do Rio Preto - Estado de São Paulo, radicada nesta cidade há dez anos aproximadamente, tendo conduta exemplar no meio onde vive. Sabe-se ainda que, não obstante os seus proventos reduzidos, vem fazendo os maiores esforços para criar e educar os seus filhos. O cabeça do casal ainda mantém sob sua dependência econômica sua mãe, viúva, residente em Minas Gerais. Paranaguá, 24 de fevereiro de 1965."

"DECLARAÇÃO

A quem possa interessar, declaro que a professora Dona Jerusa foi hóspede da minha pensão no período compreendido entre 1º de abril de 1963 a 31 de março de 1964, obedecendo plenamente o respectivo Regulamento, sem jamais ter sido censurada.

Declaro, outrossim, que não conheci qualquer outro fato em desabono de sua conduta. Curitiba, 31 de março de 1964.

*Pensão Aquarius
sr. Carlos."*

Esta carta é do pai de Jerusa:

"Paranaguã, 15 de abril de 1964.

A

*Casa da Estudante Universitária de Curitiba
senhorita presidente,
Ref. Jerusa*

*Para os devidos efeitos, declaro que minha
filha Jerusa, aluna da Universidade Federal do
Paraná, só se afastará desta Casa, para o fim
de visitar seus pais, residentes à rua XV de
novembro, 338, na cidade de Paranaguã, neste
Estado.*

*Sem mais, com os meus protestos de elevada
estima e distinta consideração, subscrevo-me.*

Atenciosamente

sr. José."